

DM

**Diálogo entre Culturas
na obra literária de Pearl S. Buck**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Laura Isabel Santos Teles

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2025

**Diálogo entre Culturas
na obra literária de Pearl S. Buck**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Laura Isabel Santos Teles

MESTRADO EM LITERATURA, CULTURA E DIVERSIDADE

ORIENTAÇÃO

Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

Dissertação/Projecto/ Relatório de estágio de mestrado

2º Ciclo em Literatura, Cultura e Diversidade

Diálogo entre Culturas na obra literária de Pearl S. Buck

Nome do Estudante: Laura Isabel Santos Teles

Número de Estudante: 2064820

Orientador: Prof. Doutora Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

Resumo:

A presente dissertação de mestrado analisa a diversidade cultural no romance *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, de Pearl S. Buck, uma obra literária que explora o encontro entre as tradições chinesas e os valores ocidentais da América. A narrativa mostra o confronto entre estas duas culturas, onde destaca as tensões e as transformações decorrentes deste encontro cultural. Através de uma leitura detalhada do romance, procura-se compreender como é possível explorar as diferentes culturas, identidades e visões do mundo e como a obra problematiza as questões de relativismo, diferença cultural e hibridismo. O foco recai no percurso das personagens e nas suas experiências, o que realça as complexidades das identidades culturais e os desafios da integração. Partimos da história da família de Kwei-Lan, para analisar o modo como o romance apresenta uma multiplicidade de personagens com diferentes visões, crenças e valores distintos, oferecendo um retrato complexo da cultura chinesa e ocidental do século XX.

Este estudo mostra ainda como a obra se apresenta como um campo de investigação sobre as complexas relações entre o Oriente e o Ocidente, mas também sobre os desafios e as oportunidades que surgem do encontro entre duas culturas distintas.

Palavras-chave: Diversidade Cultural; Pearl S. Buck; Confronto identitário; Relativismo; Identidades culturais

Abstract:

This master's thesis analyzes cultural diversity in Pearl S. Buck's novel *East Wind: West Wind*, a literary work that explores the encounter between Chinese traditions and Western American values. The narrative depicts the clash between these two cultures, highlighting the tensions and transformations arising from this cultural encounter. Through a detailed reading of the novel, we seek to understand how it is possible to explore different cultures, identities, and worldviews, and how the work problematizes issues of relativism, cultural difference, and hybridity. The focus is on the characters' journeys and experiences, highlighting the complexities of cultural identities and the challenges of integration. We begin with the story of Kwei-Lan's family to analyze how the novel presents a multiplicity of characters with different visions, beliefs, and values, offering a complex portrait of 20th-century Chinese and Western culture.

This study also shows how the work presents itself as a field of investigation into the complex relationships between East and West, but also into the challenges and opportunities that arise from the encounter between two distinct cultures.

Key-Words: Cultural Diversity; Pearl S. Buck; Identity Confrontation; Relativism; Cultural Identities

Índice

Introdução.....	6
1. Pearl S. Buck e o diálogo entre Culturas.....	9
1.1. A mulher e a obra.....	13
2. Diversidade Cultural.....	25
2.1. Desafios e oportunidades da Interculturalidade.....	44
3. A Cultura no Oriente e no Ocidente em <i>East Wind: West Wind</i>	52
3.1. A China no início do século XX: Valores, tradições e crenças.....	84
3.2. O confronto entre tradições ancestrais e ideias ocidentais.....	105
Conclusão.....	113
Referências Bibliográficas.....	116
Referências Webgráficas.....	123

Agradecimentos

A realização de uma dissertação representa não apenas uma etapa académica, mas também um percurso pessoal marcado por desafios, aprendizagens e superações. Cada página escrita guarda não apenas conhecimento, mas também histórias vividas, emoções sentidas e memórias partilhadas ao longo de um percurso que nunca foi solitário.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus Pais, que são o meu exemplo de força e resiliência. Agradeço-vos por todo o amor incondicional, pelo apoio constante em cada etapa desta jornada e pela confiança que depositaram em mim.

Ao meu tio, que infelizmente não pôde estar presente para partilhar este momento, deixo um agradecimento sentido. A sua memória permanece viva em mim, e o seu exemplo continuará a inspirar-me.

Aos professores que me acompanharam ao longo deste percurso académico, expresso a minha mais sincera gratidão. Cada aula, cada conversa e cada orientação ajudaram-me a crescer, não só como estudante, mas também como pessoa. À minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Moniz, deixo um especial agradecimento pela sabedoria partilhada, pela escuta atenta e pela confiança depositada em mim. O seu olhar crítico e humano foi essencial para que este trabalho ganhasse sentido. Grata por todo o carinho, pela disponibilidade constante e pela generosidade com que acompanhou cada passo desta caminhada.

À senhora Teresa, da biblioteca da Universidade da Madeira, agradeço a sua simpatia constante, disponibilidade incansável e ajuda preciosa ao longo deste percurso. Graças ao seu cuidado e dedicação, a biblioteca tornou-se muito mais do que um lugar de estudo.

Aos meus colegas de curso, obrigada por todo o companheirismo. Agradeço, em especial, à minha amiga Laura Simão, com quem percorri esta etapa lado a lado. A sua motivação constante, disponibilidade e amizade foram fundamentais nos momentos de estudo, de dúvida e de superação. Com ela aprendi que o percurso académico se torna mais leve quando é vivido em conjunto. Sou grata por cada momento partilhado, por cada gesto de apoio e por tudo o que crescemos juntas.

A todos os que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, deixo o meu mais sincero agradecimento. Este feito é também vosso!

Introdução

Ao longo da História, o ser humano tem vivido imerso em sistemas culturais que moldam a sua forma de pensar, sentir e agir. As tradições e os costumes transmitidos ao longo das gerações são mais do que simples repetições de hábitos antigos, são práticas vivas que ligam os indivíduos à sua história. Representam laços culturais que atravessam o tempo e influenciam a forma como os indivíduos se posicionam no presente. Sabemos que cada cultura carrega consigo uma visão particular do mundo, e é no encontro dessas visões que ocorrem diálogos, tensões e transformações.

Inserida no Mestrado em Literatura, Cultura e Diversidade, esta Dissertação dedica-se à exploração aprofundada de temas como a diversidade cultural, a cultura, a globalização, a interculturalidade, a identidade cultural e o relativismo cultural, entendidos como possíveis chaves interpretativas para a análise do diálogo entre diferentes sociedades. Embora o contacto entre culturas não seja um fenómeno recente, tendo ocorrido ao longo dos séculos através de trocas comerciais, diplomáticas, conflitos armados e processos de colonização, o mundo contemporâneo intensificou esse diálogo de forma inédita. A globalização, ao aprofundar os encontros entre diferentes povos e culturas, promoveu novas formas de partilha, mas também contribuiu para o surgimento de tensões, de desigualdades e de convivência intercultural. Neste cenário, a interculturalidade e o diálogo intercultural afirmam-se como caminhos fundamentais para a construção de sociedades mais inclusivas, enquanto o relativismo cultural surge como ferramenta crítica para ajudar a compreender práticas sem formular juízos de valor, baseados em padrões universais. As fronteiras culturais tornaram-se mais flexíveis, e os indivíduos vivem cada vez mais expostos a sistemas de valores distintos, o que exige uma maior capacidade de compreensão, tolerância e negociação identitária.

Compreender o impacto desses encontros exige mais do que uma abordagem teórica, pois é necessário observar situações concretas, onde várias culturas se encontram e, por vezes, se transformam mutuamente. A Literatura, enquanto expressão artística e reflexo da realidade, constitui um espaço privilegiado para explorar essas dinâmicas. Através das narrativas ficcionais, é possível aceder a experiências individuais e coletivas que ilustram os desafios e as possibilidades do diálogo entre culturas.

Procuraremos com esta investigação analisar de que forma o diálogo entre culturas se manifesta na obra literária *East Wind: West Wind*, título traduzido para a língua portuguesa como, *Vento do Oriente, Vento do Ocidente*, de Pearl S. Buck, com o objetivo

de identificar os elementos que refletem a interação entre o Oriente e o Ocidente e avaliar o impacto desse encontro nas personagens, nas relações sociais e na construção de identidades. A narrativa situada num período de transição histórica da China, expõe as tensões resultantes do confronto entre tradições ancestrais e valores introduzidos pelo contacto com o mundo ocidental.

Pearl S. Buck, “was one of the most renowned, interesting, and controversial figures ever to influence American and Chinese cultural and literary history” (Coon, 1996: s/p). Filha de missionários protestantes, viveu grande parte da sua infância e juventude na China, onde o contacto com uma cultura distinta marcou a sua formação pessoal e intelectual. Neste contexto, coloca-se a seguinte questão de investigação: de que forma o romance *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)* reflete o diálogo e o confronto entre tradições chinesas e valores ocidentais no contexto histórico do final do século XIX e início do século XX? Quais são as implicações desse encontro cultural para a construção das identidades das personagens? De que forma a vivência bicultural de Pearl S. Buck influencia a representação do choque e da interação entre culturas na obra? Como a obra aborda a diversidade cultural e os desafios e oportunidades decorrentes do encontro entre o Oriente e o Ocidente?

O confronto entre o Oriente e o Ocidente revela a complexidade das dinâmicas interculturais do século XX. A China, em processo de transição após o declínio da dinastia Qing, procurava preservar a herança confuciana e as suas tradições ancestrais, enquanto enfrentava pressões externas e internas para a modernização. Por sua vez, o Ocidente, representado pelas potências europeias, afirmava-se como difusor de valores como o progresso, o individualismo e a igualdade. Este contraste de sistemas culturais distintos manifesta-se na vida quotidiana, nas relações familiares e, de forma particular, na condição da mulher, tornando visíveis as tensões e os conflitos decorrentes desse diálogo cultural.

Trata-se de uma narrativa ficcional, cuja inspiração advém das experiências pessoais de Buck enquanto permaneceu na China. A autora galardoada com o Prémio Nobel da Literatura em 1938 e com o Prémio Pulitzer de ficção em 1932, não retrata eventos reais da sua vida, mas sim os conflitos culturais entre Oriente e Ocidente que observou de perto.

Através desta análise, tencionamos ainda destacar o papel da obra enquanto espaço de mediação cultural, capaz de promover a reflexão sobre os desafios e as possibilidades que emergem da convivência entre diferentes sistemas de valores. A

Literatura de Pearl S. Buck, ao dar voz a entidades ficcionais que vivem entre dois mundos culturais, convida o leitor a questionar os limites da tradição, a força da mudança e a complexidade das identidades construídas no encontro entre culturas.

Neste sentido, esta dissertação propõe-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada da relação entre Literatura e interculturalidade, onde é valorizado o papel da ficção como instrumento de diálogo e de construção de pontes entre universos opostos.

No primeiro capítulo centraremos a nossa atenção na autora e na sua obra literária. Em seguida, no segundo capítulo, sugerimos uma reflexão sobre o conceito de cultura, abordando temas como relativismo, identidade cultural, multiculturalismo, hibridismo e a necessidade do diálogo intercultural. Procurar-se-á evidenciar como a diversidade cultural, apesar dos desafios que pode suscitar, constitui como uma riqueza que exige abertura e compreensão para que a interculturalidade se torne um caminho para uma convivência equilibrada e construtiva. No terceiro capítulo, considera-se pertinente explorar alguns aspetos culturais que definem o Oriente e o Ocidente, com especial atenção no século XX. Serão ainda analisados alguns temas como a religião, condição da mulher, política, gastronomia e tradições que estruturam a complexidade das interações sociais e culturais. Dedicaremos a nossa atenção também no confronto entre a tradição e modernidade, evidenciando como essas tensões se poderão refletir nas identidades individuais e coletivas. Pretende-se ainda examinar a obra de Pearl S. Buck, através da qual procuraremos perceber o impacto das tradições confucianas em contraste com os valores ocidentais, e como a narrativa literária permite compreender os desafios da adaptação, da identidade e da convivência intercultural.

Por fim, é importante destacar que, para a avaliação do *corpus*, recorreremos à versão da obra de Pearl S. Buck, traduzida para língua portuguesa, com prefácio de Oldemiro César, publicada em 1939 pela Editora Publicações Internacionais, Ltd. Gostaríamos de referir que o nome do tradutor não consta desta edição.

1. Pearl S. Buck e o diálogo entre Culturas

Nascida a 26 de junho de 1892, em Hillsboro, nos Estados Unidos, Pearl Sydenstricker Buck, mais conhecida como Pearl S. Buck, destacou-se como uma das principais escritoras americanas mais influentes do século XX. Os pais, Absalom Andrew Sydenstricker e Caroline Maude Stulting, embarcaram numa missão para a China, em 1880. Antes de Pearl S. Buck nascer, o casal já havia perdido quatro filhos, que faleceram devido a doenças tropicais. Apenas o filho mais velho, Edgar Sydenstricker, sobreviveu. Filha de pais missionários presbiterianos¹, aos 3 anos de idade foi levada para a China, onde cresceu e viveu a maior parte da sua vida. O seu pai passava longos períodos longe de casa, a viajar pelo interior rural da China, com o objetivo de converter os chineses ao Cristianismo e enquanto isso, a sua mãe dedicava-se a pregar para as mulheres chinesas num pequeno posto que havia criado para esse efeito. Durante esse período, imersa na cultura chinesa, Buck adquiriu competências na língua e na escrita, vivendo a experiência da vida tradicional sob o domínio de uma dinastia em declínio. Começou a escrever desde muito cedo e, aos 15 anos, completou os seus estudos em Xangai, numa escola específica para estrangeiros americanos. Na escola, Buck sofreu preconceito racial por parte dos colegas, o que fez com que falasse pouco a língua do país. Porém, em casa, os pais que eram defensores da igualdade, proporcionaram-lhe um ambiente bilingue e bicultural, no qual aprendeu a língua inglesa com a mãe a língua chinesa com os vizinhos e um professor. Mais tarde, Pearl Buck dedicou-se ao trabalho num abrigo chinês, onde residiam mulheres em situação de escravidão e prostituição. Voltaria, mais tarde, para os Estados Unidos para iniciar a sua formação universitária no *Randolph-Macon Woman's College*, onde estudou Psicologia.

Em 1914, após concluir os seus estudos, regressou à China e três anos depois casou-se com o missionário John Lossing Buck, com quem teve uma filha. Juntos, viajaram por várias partes do país asiático, onde Pearl S. Buck desempenhou a sua função de professora de Literatura Inglesa e de tradutora. Foi graças a essas viagens que Buck adquiriu um conhecimento profundo da língua, dos costumes e da sociedade chinesa. Esta experiência, combinada com o talento narrativo, resultou em obras que retratavam com autenticidade a vida rural chinesa. Mais tarde, assumiu o cargo de professora na

¹ Membros de uma tradição protestante reformada originada na Escócia no século XVI, com forte influência das ideias de João Calvino. Tiveram um papel relevante em missões educativas e religiosas na China, especialmente nos séculos XIX e XX.

Universidade de Nanquim e, em 1924, devido a problemas de saúde da filha mais velha, regressou aos Estados Unidos em busca de um tratamento especializado. Após garantir atendimento médico, regressou à China, onde permaneceu até o início da Guerra Civil, em 1932. Como consequência, foi forçada a partir para o Japão, em 1934, ano em que voltou definitivamente para os Estados Unidos. Desiludida com o rumo político da China do pós-guerra, nunca mais voltaria a esse país. Dedicou-se a causas humanitárias nos Estados Unidos, tendo, para isso, utilizado a sua voz para defender os direitos das minorias. Com isso, incentivou o diálogo intercultural, o que resultou na criação da Fundação Pearl Buck. Tanto na Ásia como nos Estados Unidos, a autora dedicou-se incansavelmente à causa das crianças abandonadas, sobretudo aquelas que eram marginalizadas devido à sua raça ou por condições físicas ou mentais. Fundou a *Welcome House*², uma instituição criada em resposta ao preconceito das agências de adoção da época, que defendiam que as crianças asiáticas e as que eram filhas de americanos com asiáticos eram impossíveis de adotar. No entanto, ao longo de 45 anos, a *Welcome House* proporcionou lares americanos para mais de cinco mil dessas crianças. Em 1934, Pearl S. Buck deixou a China e terminou o seu casamento com John Lossing Buck, que permaneceu no país. Embora tivesse planeado voltar à China, nunca teve a oportunidade de o fazer. Nesse mesmo ano, Buck voltaria a casar-se, com Richard John Walsh³, tendo o casal residido na Pensilvânia até a morte de Walsh, em 1960.

Foi nos anos 20 que Pearl S. Buck deu os seus primeiros passos como escritora, tendo sido a partir de 1923 que as suas histórias e artigos sobre a vida na China começaram a ser publicadas nas revistas americanas. A carreira literária de Pearl S. Buck ganhou forte impacto nos anos 30 com a publicação do romance *East Wind: West Wind* (*Vento do Oriente, Vento do Ocidente*), que foi aclamado pela crítica. O livro foi publicado pela editora *John Day*, após ter sido recusado por mais de vinte editoras. Apesar das dificuldades iniciais, a obra foi bem acolhida pela crítica e pelos leitores, o que levou o editor a incentivar Pearl S. Buck, então uma autora ainda desconhecida, a continuar a escrever. No entanto, seria com o romance *The Good Earth* (*A Boa Terra*), em 1931, que se tornaria conhecida no mundo literário. Este livro não lhe garantiu apenas o Prémio Pulitzer, em 1932, como também a projetou para um cenário mundial, tendo sido traduzido para inúmeras línguas e onde permaneceu na lista dos mais vendidos. A

² Instituição criada por Pearl S. Buck em 1949, nos Estados Unidos da América.

³ Marido e editor de Pearl S. Buck, liderou a John Day Company, responsável por publicar várias obras da escritora.

publicação dos seus romances, a partir dos anos 30, gerou um intenso debate nos círculos acadêmicos chineses. Avaliadas, inicialmente, de forma muito positiva, as suas obras sofreram reavaliações ao longo das décadas, em consonância com as mudanças do cenário político e cultural da China.

Pearl S. Buck foi a primeira norte-americana a receber o Prémio Nobel de Literatura, em 1938. A autora também escreveu novelas autobiográficas nas quais retratava a vida do seu pai, em *Fighting Angel (O Anjo Guerreiro)*, e da sua mãe na obra *The Exile (O Exílio)*, bem como do seu notável livro de memórias *My Several Worlds (Minha Vida)*, lançado em 1960. Do romance ao ensaio, Pearl S. Buck escreveu mais de oitenta obras, tendo-se destacado com a luta a favor dos direitos das mulheres e da melhoria das condições de vida das crianças asiáticas, muitas das quais nasceram de uniões entre ocidentais e orientais. Coon (1996) afirma que:

“Her novels continue to be read around the world, in English and in scores of translations. Buck's novels can still be found in villages and isolated farmhouses in Tanzania, New Guinea, India, Colombia. A friend of mine who served in the Peace Corps read her first Pearl Buck story, a disintegrating paperback copy of *Imperial Woman*, while she was living in a hut in Malawi.” (Coon, 1996:12)

Muitos dos seus romances abordam o tema do amor inter-racial em contextos rurais chineses e receberam adaptação cinematográfica, atingindo um público mais amplo. Durante a Revolução Cultural⁴ da China, muitas das obras de Pearl Buck, que representavam a vida rural chinesa, foram consideradas pelo governo chinês como um reflexo do imperialismo cultural americano e, como resultado, em 1949 o governo proibiu o seu retorno, e fez com que a autora passasse o resto da vida nos Estados Unidos, experiência que lhe causou grande impacto. Em 1972, tentou voltar à China, mas o seu pedido apoiado pelo Presidente Nixon⁵ foi negado, causando-lhe uma profunda desilusão.

As obras de Pearl Buck apresentam-se como um testemunho da complexidade cultural da China, que muitos chineses desconhecem, tal como a China rural, ainda com uma estrutura medieval na época retratado pela autora, como o desprezo pelas mulheres

⁴ A Revolução Cultural (1966–1976), oficialmente denominada Grande Revolução Cultural Proletária, foi uma campanha sociopolítica lançada por Mao Tsé-Tung com o objetivo de reafirmar sua liderança no Partido Comunista Chinês e eliminar elementos considerados “burgueses” ou contrarrevolucionários.

⁵ 37.º Presidente dos EUA, foi o primeiro a visitar a China comunista em 1972.

e a rígida hierarquia da vida familiar. Foi através dos seus livros, que Pearl Buck ajudaria a América a transformar a sua visão sobre a China. Numa época marcada por profundos mal-entendidos culturais, Pearl Buck utilizou a Literatura como uma ponte entre a China e os Estados Unidos, ao retratar a vida quotidiana dos chineses com sensibilidade e autenticidade. Confrontou os estereótipos negativos e proporcionou aos leitores americanos uma compreensão mais completa da cultura chinesa. Lipina afirma que “Pearl Buck was the first writer and woman to recast earlier forms of Orientalist attitudes toward Asia and the Asians in the United States.” (Lipina, 2013:195). Graças ao conhecimento que tinha do país e da sua cultura, adquirido através de décadas de vida e de viagens extensas, Pearl S. Buck conseguiu criar narrativas que aprofundaram a sua compreensão acerca da cultura chinesa. Além das suas obras de ficção, que apresentam a China, a cultura e o seu povo ao público ocidental, a autora escreveu também numerosos textos não ficcionais e realizou vários discursos. Estas obras mantêm o espírito presente nos seus textos de ficção e representam uma parte importante do seu esforço ao longo da vida, com o objetivo de promover a cultura, o intercâmbio cultural, asiático, a melhoria da compreensão mútua entre diferentes culturas e a promoção da inclusão cultural. Ao humanizar a experiência chinesa, Buck não apenas conquistou o reconhecimento da crítica, mas tornou-se uma voz ativa na compreensão intercultural. Pode-se, assim, verificar que a China teve um papel decisivo na sua vida, estruturando-a em três fases distintas. Os seus primeiros anos foram marcados pela procura de uma identidade híbrida, entre o Oriente e o Ocidente. O exílio forçado intensificou a sua ligação com a cultura chinesa, que passou a ocupar o centro da sua vida e obra. Por fim, os últimos anos nos Estados Unidos foram dedicados à defesa de causas sociais onde conseguiu reconstruir a sua verdadeira identidade. Embora nascida nos Estados Unidos, Pearl S. Buck tinha um profundo vínculo com a China, que considerava como o seu país adotivo mesmo reconhecendo as suas raízes americanas. Possuía um profundo afeto por diferentes elementos da cultura chinesa, como o povo, as tradições, a gastronomia e as paisagens.

1.1. A mulher e a obra

Como criança que cresceu no meio de uma comunidade chinesa missionária, Pearl S. Buck foi influenciada pelo discurso missionário americano que refletia uma visão orientalista. Os missionários acreditavam que a cultura americana era superior e observavam os chineses através de um olhar que os considerava exóticos de certa forma menos desenvolvidos, razão pela qual queriam convertê-los ao cristianismo. Enquanto o seu pai observava a China como um novo lugar para fazer o bem, a sua mãe sentia saudades dos Estados Unidos, referindo-se a esse país como a verdadeira casa da família. Essa dualidade marcaria profundamente a visão de Buck sobre as duas culturas, tão distintas entre elas. Durante a infância, Buck viveu na China e escrevia cartas para os seus amigos e familiares dos Estados Unidos, onde muitas vezes comparava a cultura chinesa com a americana e utilizava ideias típicas da época sobre o Oriente. Contudo, quando voltava para os Estados Unidos, ao encarar a realidade americana, apercebia-se de que, afinal, a China lhe trazia aspetos positivos, lembrando-se das experiências que teve durante toda a sua infância. Ao analisar os diferentes modos como Pearl S. Buck descreveu a China, ao longo de toda a sua vida, podemos entender como as ideias sobre a superioridade da cultura americana, o nacionalismo e o papel das mulheres se misturavam com o trabalho missionário na China e influenciavam a própria identidade de Buck:

“Their American nationality guaranteed mother and daughter a status in China that they would not have enjoyed as farming or missionary women in the border state of Virginia. (...) At a time when working women were viewed with suspicion and resentment, missions represented one vocation for women that garnered respect and status. (...) Similarly, American Protestant women—even lower-middle-class women like Buck and her mother—on missions to China achieved a higher status relative to the Chinese men and women to whom they proselytized by virtue of their nationality and religion.” (Leong, 2005:14)

Apesar de ter rejeitado a religião durante a sua infância, os valores que Pearl aprendeu nessa época moldaram a sua personalidade. Criada numa pequena cidade na China, cresceu afastada do país natal e da sua cultura. Na escola, as crianças chinesas ridicularizavam-na pela sua aparência estrangeira, chamando-a de *yang kwei-tse*, um termo pejorativo que significa “diabo estrangeiro”. Sem amigos próximos, era nos pais que encontrava não apenas o companheirismo, mas também um refúgio para as suas

emoções. Talvez se possa justificar que, na infância, o seu vínculo com o cristianismo não se baseava especificamente nas doutrinas ou nas crenças, mas sim no conforto e na proximidade que proporcionava na sua relação com os seus pais.

O pai de Pearl S. Buck, Absalom Sydenstricker, era um missionário presbiteriano dedicado e inflexível nas suas crenças religiosas. Encarava a sua missão de evangelizar a China como um propósito divino, a ponto de colocar a fé acima das necessidades da família. A obsessão que tinha pela salvação das almas, na China, foi marcada por uma abordagem rígida e, por vezes, insensível, o que o isolava tanto dos chineses quanto da própria família. Poucas pessoas aderiram à sua fé, pois achavam as suas crenças estranhas e absurdas. Contudo, preservou a sua missão, convencido de que um dia a China seria salva pela sua fé. Conn defende que:

“In any case, the more serious obstacle he and all the Christian missionaries faced was not Chinese hatred but Chinese indifference. The handful of those who accepted Christianity, and the larger handful of active opponents, were dwarfed by the great masses of people who simply ignored the odd-looking missionaries and their curious ideas.”
(Coon,1996:17)

Caroline, a esposa de Absalom, terá certamente sofrido mais devido à devoção exacerbada do marido, já que sacrificou a própria felicidade para acompanhá-lo numa missão que a deixaria amargurada e desiludida, devido ao facto de ter passado os seus últimos quarenta anos a lamentar ter abandonado a sua terra natal. Pearl S. Buck considerava a mãe uma vítima, que havia sacrificado a sua felicidade para apoiar a causa do marido. Ao crescer nesse ambiente, a autora terá sido influenciada pelos pais. Embora tenha rejeitado as crenças rígidas e a visão limitada do pai, herdaria dele a devoção missionária, o sentido de justiça e a paixão pelo conhecimento. Ainda que tenha deixado de acreditar nas ideias cristãs de salvação, tornou-se, na prática, uma missionária secular, que espalhou os princípios dos direitos civis e da compreensão intercultural tanto para a população da China como para a dos Estados Unidos.

A vida na China proporcionaria a Pearl uma perspetiva única, marcada pela dualidade cultural. Essa experiência permitiu que compreendesse melhor o choque e a integração de duas culturas distintas, um conhecimento que carregou consigo ao regressar aos Estados Unidos. Talvez para essa razão, a maioria das obras sejam centradas na China, embora o que as torne únicas seja o facto da representação do país, que difere tanto da de outros escritores americanos quanto da de chineses. A autora nutria um profundo apego

emocional pela China, mas de uma maneira diferente do amor de qualquer chinês pelo país, pois o objetivo era mostrar ao mundo o verdadeiro rosto da China, a terra que considerava a sua segunda casa. É notável a forma como Buck descreve a China, com uma escrita direta e poderosa, mostrando-a como o país mais belo que já conheceu, mas também feio e mau. Para Buck, a terra parecia viva e inteiramente ligada ao seu povo, ou seja, pertencia tanto aos vivos como aos mortos. O apego especial com a China trouxe às suas obras uma ligação única, distinta de qualquer outra representação feita ao país. Era um amor único, distinto tanto daqueles que habitavam a terra quanto da dos que a contemplavam à distância:

“Her novels demonstrate that the heart of Chinese culture lies inside it not outside (not in “Chinoiserie”). In her Chinese novels there is no need of exoticized “China,” because “in china, china is not china it is an earthen ware. In China there is no need of China because china is china,” as Gertrude Stein quibblingly observed.” (Lipina, 2013:198)

Ou, ainda, como esclarece a autora:

“Assim me eduquei num mundo duplo, de um lado o mundinho branco, asseado, americano, presbiteriano, de meus pais, e do outro, o grande mundo chinês, carinhoso, alegre, que não era excessivamente limpo. (...) Quando eu me encontrava no mundo chinês, era chinesa, falava chinês, comportava-me como uma chinesa, comia à maneira dos chineses e tomava parte das suas idéias e sentimentos.” (Buck, 1960:8)

Ao receber o Prémio Nobel de Literatura em 1938, Pearl S. Buck destacou o amor pelo património cultural da China e pelo povo. Mencionou também que os seus primeiros contactos com as histórias e com a arte de narrar, adquiridos na China, foram fundamentais para a sua trajetória literária:

“But it is the Chinese and not the American novel which has shaped my own efforts in writing. My earliest knowledge of story, of how to tell and write stories, came to me in China. It would be ingratitude on my part not to recognize this today.” (The Nobel Prize, 1938)

As suas palavras demonstraram, de forma notável, como Buck se identificava com a cultura chinesa, a ponto de desejar ter as suas cinzas divididas entre a sua terra natal e a China, como um símbolo do seu retorno às origens. Pode-se entender assim Pearl Buck

como um exemplo de pessoa bicultural, com uma identidade formada por elementos de duas culturas distintas.

Alguns escritores manifestaram-se contra a atribuição do Prémio Nobel a Pearl S. Buck, defendendo que a autora não merecia esse reconhecimento. De acordo com Rachman “(...) when Buck was awarded the Nobel Prize, Norman Holmes Pearson suggested that Cather would have been a much better choice (...)” (Rachman, 2017:16). Também Robert Frost ⁶, um dos escritores que criticou Pearl S. Buck, afirmou que se Buck conseguia ganhar o prémio, qualquer outra pessoa também o faria. Este acontecimento colocou em causa o valor da autora perante o mundo literário, pois foi criticada não só pela obra, mas também por se tratar de uma mulher. Como consequência, Buck foi deixada de parte do cânone literário, nos anos 30 e 40, período no qual alcançou o ponto mais alto da sua carreira como escritora. A autora foi frequentemente criticada pela simplicidade excessiva e pela abordagem que era considerada superficial ou banal nas suas obras, o que gerou muitas dúvidas e questões acerca da qualidade da sua escrita. Os romances de Pearl Buck proporcionam não apenas um importante registo histórico da década de 90, como também pertencem de certa forma à cultura chinesa.

Com o lançamento do romance *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, Pearl S. Buck demonstrou a sua habilidade ao abordar temas relacionados com as tensões culturais, um assunto com o qual a própria autora conviveu durante a infância. Nesta obra, Buck retrata de uma forma sensível as tensões que eram causadas pelo choque entre os valores ancestrais e as novas perspetivas trazidas do Ocidente. Ao defender a compreensão cultural, procurava mudar a forma como o Oriente era visto na sua época, caracterizado frequentes vezes como um país exótico, misterioso e completamente diferente. A autora, apresenta a China de uma maneira que não apenas realça a cultura, mas também a humanidade, de forma a promover mais empatia entre as pessoas.

Durante a escrita da sua obra, Pearl S. Buck vivia na China, embora mantivesse uma forte ligação com os Estados Unidos, que também considerava o seu lar. Como esses dois países estavam distantes, tanto em termos geográficos, quanto culturais, o seu principal objetivo era conectá-los, criando uma espécie de ponte entre esses dois mundos. Para isso, procurou escrever sobre esta união através do tema do casamento entre dois jovens casais. Numa primeira parte, este romance conta a história de um casal chinês que

⁶ Poeta norte-americano de grande prestígio, conhecido pelos seus poemas sobre a vida rural e temas humanos universais. Foi amigo próximo de Pearl S. Buck e partilhava com ela o interesse por questões sociais e culturais.

enfrenta vários conflitos, quando o marido tenta aplicar alguns costumes modernos que aprendera na América à sua mulher, mesmo que a esposa ainda mantenha as tradições ancestrais chinesas. Na segunda parte, o choque cultural intensifica-se quando o irmão da protagonista volta para a sua terra natal acompanhado da sua esposa americana, o que resulta também em várias tensões entre as duas culturas distintas.

Um dos temas que consideramos relevante destacar é a condição da mulher na sociedade chinesa, que mostra as tensões entre os papéis tradicionais atribuídos às mulheres e as transformações culturais da época. Segundo Buck, a mulher era desvalorizada, ao contrário do homem chinês. Enquanto os meninos eram frequentemente mimados e superprotegidos, as meninas, pelo simples facto de nascerem mulheres, eram submetidas a condições mais duras. Elas precisavam aceitar a ausência, lidar com a falta de atenção ou afeto e submeter-se a uma rotina de trabalhos constante:

“The average Chinese boy has been so spoiled, so adored, so "allowed for" in his home that he can hardly be blamed if he cannot summon will power of his own accord in later years to overcome the handicap of his early environment. But the girl has not had this disadvantage. From the very fact of her sex at birth she has had to submit herself, to endure what she did not like, to do without, in many cases, special notice or even affection. Work has been her daily bread and silence her virtue.” (Buck, 1931:905)

Durante a infância de Pearl S. Buck, na China, entre os anos 40 e 50, as questões de género estavam ligadas à estrutura social e cultural do país, e influenciadas pelo confucionismo. Os homens eram considerados essenciais para dar continuidade ao nome da família, honrar os ancestrais e garantir o sustento da casa. Em contrapartida as mulheres, eram vistas como inferiores, com os seus papéis limitados ao casamento, à criação dos filhos e às tarefas domésticas.

A protagonista de *Vento do Oriente*, *Vento do Ocidente*, Kwei-Lan, representa as mulheres educadas sob os rígidos valores tradicionais, que esperavam delas apenas submissão e conformidade, perante os papéis impostos pela cultura patriarcal. No entanto, ao longo da narrativa, os desafios do casamento com um homem de mentalidade moderna virão expor os conflitos dessas normas, e mostrar a necessidade de adaptação e de diálogo entre os dois mundos. Esta obra retrata um determinado período de transição na sociedade chinesa, no qual os elementos tradicionais começam a entrelaçar-se com as influências modernas do Ocidente, o que acaba por resultar em conflitos e a necessidade de adaptação deste encontro cultural.

É importante destacar que, ao centrar a narrativa na vida de uma mulher chinesa, a obra desafia a perspectiva ocidental tradicional, o que pode alterar a forma como os ocidentais pensam sobre os orientais, de modo a mostrar uma perspectiva diferente e mais próxima da realidade do Oriente. Como já foi mencionado, a história é narrada por Kwei-Lan, uma chinesa de classe média, que observa de perto a transformação da sua família tradicional diante da influência dos padrões modernos ocidentais. Não é por acaso que o livro inicia com a frase “Uma chinesa fala (...)” (Buck, 1939:15). A frase representa uma mudança marcante na tradição cultural chinesa, sobretudo no que se refere ao papel da mulher, ao conferir-lhe voz, assim o direito de se expressar e de se impor. A educação de Kwei-Lan foi fundamental para moldar a sua personalidade, deixando-a conectada com a cultura tradicional chinesa, baseada nas antigas tradições, sem considerar a possibilidade de uma abordagem diferente. A ideia de ser educada de forma diferente não faz parte do pensamento da personagem, pois ela acredita que a maneira com que a qual foi educada é a forma mais correta, superior à de quem vem de fora: “Foi assim que meus pais me educaram, em conformidade a tão honrosas tradições. Nunca me assaltou a idéia de desejar ser de outra maneira.” (Buck,1939:17)

Para Kwei-Lan, o mundo resumia-se apenas à China, e tudo o que tinha valor estava imerso na sua cultura e tradições. O mundo exterior, por sua vez, era entendido como algo distante e irrelevante, que não despertava a curiosidade ou o interesse de uma mulher chinesa. Esta perspectiva moldou o seu sentido de pertença, ou seja, a sua identidade, dentro dos limites da sociedade chinesa tradicional, sem espaço para a influência ou os valores externos que poderiam desafiar essa realidade. O seu casamento, arranjado pelo seu pai, de acordo com as tradições ancestrais, impõem-se como o momento da primeira rutura. Esta transformação surge com a introdução de alguns elementos do Ocidente na estrutura familiar, apresentados pelo marido de Kwei-Lan, um médico de naturalidade que traz consigo a ciência e as influências culturais estrangeiras. É com a chegada destas ideias que irá ocorrer uma quebra nas práticas tradicionais e estabelecer ao mesmo tempo um confronto entre as velhas e novas formas de pensar e viver. É graças a este chinês influenciado pelo Ocidente, que Kwei-Lan passará a ter uma nova perspectiva do mundo. Começará a questionar as próprias crenças e, aos poucos, a incorporar elementos da cultura ocidental na sua vida diária.

O início deste processo ocorre numa ocasião de grande significado e vulnerabilidade para uma mulher chinesa, a noite de núpcias. Nesse momento, o marido opõe-se radicalmente ao comportamento esperado de um homem chinês. Recusa-se a ter

relações sexuais e afirma que a considera sua por igual, acabando assim por quebrar o modelo tradicional masculino chinês. Kwei-Lan vê-se numa situação de total incerteza, pois, ao casar-se, deixa de fazer parte da família dos pais para passar a fazer parte da família do marido. Porém, como o casamento não fora consumado, encontra-se de certa forma perdida, sem saber onde pertencer:

“(…) Pela minha parte, quero seguir os rumos novos. Quero considerar-vos, em tudo, igual a mim. Nunca usarei a imposição. Vós não sois propriedade minha, um objeto que me pertença. Podeis ser ma amiga minha, se quiserdes.” (Buck, 1939:49)

Neste excerto, podemos observar como o marido rejeita seguir as tradições da sua própria cultura e propõe a Kwei-Lan uma nova forma de vida, baseada em outros valores, influenciados pela cultura ocidental e, desse modo, oferecendo-lhe uma visão completamente diferente da que conhecia. Contudo, a mulher não compreendia o que ele queria mudar, pois não era hábito fugir às normas, ou seja, fugir ao seu dever. “... Não é êle, o meu senhor, pela lei? ... Que faria eu portanto se não me casasse? E, se me caso, tem de ser conforme meus pais decidiram...” (Buck, 1939:49). O início dessa mudança deu-se quando o marido abordou um tema delicado, relacionado ao padrão de beleza feminina na China. A principal dificuldade na união do casal estava na tradição de enfaixar os pés, os chamados “Pés de Lótus”, uma prática comum na sociedade chinesa dessa época. Contudo, o marido da protagonista, que tinha assimilado influências do Ocidente, considerava essa prática errada e prejudicial, o que causava um grande conflito entre os dois.

A mãe de Kwei-Lan, primeira esposa do seu pai, já desconfiava que poderia haver problemas em relação a este hábito, devido ao facto do noivo da filha ter vivido fora do país. No seu pensamento, uma pessoa que conhece outras formas de viver começa a pensar de maneira diferente, no que diz respeito à sua própria cultura, pois questiona-se, tornando mais difícil aceitar tudo o que é considerado normal na cultura de origem. Quando Kwei-Lan conta à mãe que o marido não gostava dos seus pés enfaixados, embora acreditasse na importância de preservar os encantos da sedução chinesa, aconselha à filha a ceder ao desejo do marido. Apesar da sugestão, a mãe aceita esta decisão, contrariada e consciente de que esta mudança representava um passo inevitável rumo à modernização dos costumes.

Quebrar uma tradição implica radicais transformações, nem sempre tranquilas. Primeiro, acontece um choque e por vezes pode acontecer que uma cultura acabe por forçar a outra a seguir os seus costumes. Hall (2006) defende que antes a identidade das pessoas era algo mais fixo e estável, mas que com o passar do tempo isso mudou. Antigamente, as pessoas identificavam-se com a família, com a cultura ou até mesmo com a religião, e isso transmitia uma sensação de segurança. Contudo, na contemporaneidade, com tantas mudanças rápidas no mundo, como a globalização e as novas ideias, as identidades estão desfazendo e outras novas surgindo. Isso leva a que as pessoas se sintam menos seguras sobre quem são, levando a uma crise de identidade:

“A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.” (Hall, 2006:7)

Ao libertar-se das faixas, Kwei-Lan embarca para um futuro desconhecido, onde descobre uma nova forma de gostar de si própria. Motivada pelo desejo de ser aceita pelo marido, começa a entender e a lidar com hábitos diferentes dos que conhecia, o que a faz olhar o mundo de uma nova forma. No fundo, o marido de Kwei-Lan realmente ama-a, mas não gosta da forma como esta pensa, nem de alguns dos seus costumes, que considera obsoletos. O desejo é que a mulher abandone os hábitos chineses que considera irracionais e dolorosas, seja física, seja psicologicamente.

Apesar das mudanças, Kwei-Lan tentou manter alguns dos seus costumes. Antes de engravidar, o marido decidiu sair da casa dos pais e os dois mudaram-se para uma casa tipicamente ocidental o que, num primeiro momento, provoca um choque cultural para Kwei-Lan. No entanto, ela esforçava-se para trazer alguns elementos da sua cultura para aquele novo ambiente. “No canteiro que está junto ao grande pórtico, colhi um ramo de bambú sagrado (...). Quiz levar comigo um pouco da beleza destes jardins (...) haviam de alegrar a nudez da casa.” (Buck, 1939:82/83). Porém, quando soube que estava grávida, o marido decidiu apresentá-la a uma família ocidental, com o objetivo de que a esposa

aprendesse alguns hábitos ocidentais, relacionados com a maternidade. Nenhum dos irmãos do marido tinha filhos, razão pela qual se tivesse um filho homem, ele seria muito importante para a família e herdaria os bens do filho mais velho. Na cultura chinesa, isso significava que ele não ficaria muito tempo com a mãe. No entanto, o marido de Kwei-Lan não concordava com esses hábitos, e para ele, tudo era ridículo. Então, fez questão de convencer a esposa a ignorar os conselhos da sogra a adotar novas práticas. Este encontro marca o primeiro contacto com uma família estrangeira e simboliza as diferenças entre as duas culturas:

“A porta abriu-se bruscamente do lado de dentro, e um alto diabo estrangeiro surgiu na nossa frente, com um sorriso através de toda a sua feia fisionomia. Reconheci que era um homem porque trazia vestuário igual ao de meu marido. Mas, com um grande horror meu, em vez de ter cabelos humanos negros e corredios, como os de toda a gente, o seu crâneo estava coberto de lã vermelha e acarapinhada.” (Buck,1939:111)

Mesmo perante a estranheza, Kwei-Lan consegue reconhecer certas qualidades nos estrangeiros. “Devo contudo confessar que estes estrangeiros foram tão amáveis quanto lhes era permitido sê-lo” (Buck, 1939:112). Neste contexto, a personagem percebe que embora haja muitas diferenças entre as duas culturas é possível estabelecer uma convivência harmoniosa com pessoas de origens diferentes da sua, de forma a superar várias barreiras.

O contacto com estrangeiros era algo raro e, muitas vezes, indesejado. A ideia de visitar a casa de um ocidental era inadmissível, pois a cultura tradicional chinesa via os estrangeiros como seres estranhos. As criadas, quando saíam para trabalhar, às vezes encontravam estrangeiros nas ruas e, ao voltarem para casa, contavam histórias surpreendentes sobre a aparência e os costumes dessas pessoas. Comentavam, por exemplo, sobre a pele clara, os traços físicos e os hábitos, o que alimentava ainda mais a construção de uma imagem distorcida dos ocidentais: “Esses bárbaros tinham maneira de roubar a alma a uma pessoa com uma pequena máquina contida numa caixa côm de tinta” (Buck,1939:110). Kwei-Lan também aprende muito com a Sra. Liu, sobre a maneira como os ocidentais agem. A protagonista passa a querer cuidar dos filhos sozinha e amamentá-los diretamente, da mesma forma que as mães ocidentais costumam fazer. Com o passar dos dias, Kwei-Lan e o marido começam a entender-se melhor e a amar-se cada vez mais. O filho cresce num ambiente multicultural, com influências tanto da

cultura ocidental quanto da oriental, e Kwei-Lan tenta garantir que ele aprenda a lidar com essas duas formas de vida.

A situação da protagonista complica-se com o regresso do irmão, que volta para casa com a esposa americana. A mãe, defensora dos costumes, esperava que ele honrasse o compromisso com a filha de Li, estabelecido desde tenra idade. O conflito instala-se e a família divide-se. Em vez de seguir a vontade da mãe, opta por afastar-se da família e partir para o Ocidente. Acontece uma grande mudança nos padrões da sociedade chinesa, pois uma estrangeira seria integrada na família por meio do casamento com o filho mais velho, que é o responsável por passar as tradições de geração em geração. Já não se trata apenas de aceitar novos hábitos, mas também no desafio de inserir mudanças num lar que se construiu sobre pilares tradicionais.

É a mãe de Kwei-Lan quem preserva as tradições da família e quem mais sente o impacto das mudanças. Tenta, com muito sofrimento, preservar as tradições da família, mesmo ao saber que as mudanças são inevitáveis. A chegada da estrangeira à casa de Kwei-Lan desperta nela um olhar atento ao compreender que, apesar das diferenças, aquela mulher também enfrentava dores e esperanças, pois partilha um amor que transcende culturas. Apesar de todas as dificuldades que a mulher traz para sua mãe e para sua família, Kwei-Lan começa a vê-la como uma irmã. A protagonista vive entre dois mundos e, com base no que sente, consegue tomar uma decisão, mesmo que seja contra as tradições. A estrangeira revela a sua intenção de deixar para trás os valores da sua cultura, procurando integrar-se na tradição chinesa. Contudo, após a visita inicial do irmão de Kwei-Lan, a mãe agenda um novo encontro e exige que case com a sua esposa, a filha de Li. Este responde que já é casado, mas a mãe insistiu que jamais aceitaria a estrangeira como parte da família. Como consequência, força o filho e a esposa a mudarem-se para a sua casa, e exige que vivam de acordo com os costumes chineses durante um ano. A patriarca sentia vergonha da estrangeira e, por isso, mantinha-a em casa, vigiada e isolada, para evitar que as pessoas comentassem sobre ela nas ruas. A estrangeira, completamente transformada e desanimada com a situação, já não se reconhecia a si mesma. Kwei-Lan, ao observar a sua angústia, questionava-se como poderia a estrangeira algum dia se tornar parte da sua cultura, já que parecia estar tão distante. A estrangeira não compreendia a razão de tanta frieza. Sentia-se presa num mundo que não era o seu, sem poder recorrer à sua mãe nem quebrar a promessa feita ao marido. Ser uma chinesa, como exigiam, tornava-se, a cada dia, uma missão impossível e sufocante. Esta não esperava que o processo fosse tão doloroso e desafiador e estava

completamente infeliz, sentindo-se cada vez mais distante da sua verdadeira identidade. Além disso, o que vivia era um exemplo claro de conflito cultural, um processo profundamente difícil e desgastante:

“– Gostaria de tornar a vêr sua mãe?
- Não (...) De me vêr infeliz tão longe, da repulsa da família dele... do que pode desarranjar tudo. (...) Lá em baixo, na minha terra, parecia ser dos nossos, simplesmente com mais educação (...) Aqui diser-se-ia que recae num mundo estranho, que me fuge... Um dia, na minha terra, tinha-lhe eu dito que me faria para êle uma chinêsa, fosse o que fosse. Agora não posso! Sinto que já não posso! Ficarei americana para sempre!” (Buck,1939: 219)

Após algum tempo, a estrangeira fica grávida, o que causou um grande choque. Quando a sogra soube da notícia, ficou tão abalada que precisou de repouso e nunca mais se levantou. A notícia da gravidez trouxe curiosidade e ansiedade para todos, pois aquela criança representava algo novo para a família, uma mistura de culturas, algo fora do comum, já que não seria completamente chinesa. Kwei-Lan via claramente que o irmão já não encontrava paz. A cada dia, o ambiente tornava-se mais pesado, e ela sentia-se encurralada entre os laços familiares e a dor que se espalhava em silêncio. Estava no centro de um conflito que não escolhera, mas do qual não podia escapar. O pai, incapaz de tomar uma decisão sobre a situação do filho, preferia evitar o assunto. Depois da morte da mãe, uma nova disputa surgiu entre as concubinas⁷, pois todas queriam assumir o lugar da primeira esposa. Porém, segundo as tradições chinesas, quem deve suceder ao lugar da primeira esposa é a mulher do primogênito, neste caso, a estrangeira. A tensão só aumentava, especialmente com a aproximação do nascimento da criança e nada estava resolvido. Foi então que o irmão de Kwei-Lan decidiu falar novamente com o seu pai, para discutir a situação da estrangeira e pedir a sua opinião sobre o que fazer. Por um lado, queria seguir a tradição, mas ao mesmo tempo estava à procura de uma forma de conciliar essa situação com a sua própria escolha. A estrangeira, por sua vez, sentia-se exausta com a situação e só desejava libertar-se daquela prisão. Sentia o peso da rejeição e da rigidez das normas tradicionais chinesas que a rodeavam, pois adaptar-se àquela cultura não era fácil, exigia esforço, paciência e uma aprendizagem constante.

⁷ Mulheres que partilhavam a vida com um homem de forma estável, sem que essa relação fosse oficialmente validada pelo Estado ou por instituições religiosas.

Por fim, o pai de Kwei-Lan tomou a decisão de que não seria possível aceitar a estrangeira como parte da família, pois o sangue dela, que não era chinês, não poderia ser mudado ou aceite. Explicou que a tradição deveria ser mantida e que o sangue não mudava, mesmo que o filho tentasse viver de acordo com novos costumes. Para ele, certos vínculos não podiam ser cortados, apenas respeitados. É neste momento que acontece a última rutura. O irmão havia rompido com as tradições do seu país e, ao escolher seguir a sua vida com uma estrangeira, deixaria a cultura chinesa. Afastara-se da cultura e da família, o que simboliza a quebra das normas tradicionais. Foi assim que o irmão decidiu deixar a casa ancestral, decisão que rompe com o passado e com a sua herança cultural. Sempre que Kwei-Lan pensa no filho do seu irmão com a estrangeira, reflete como estas duas culturas diferentes procuram relacionar-se entre si. No final do livro, Kwei-Lan e o marido observam em silêncio a lua e as estrelas. Pensam em tudo o que viveram e nas mudanças que enfrentaram. Ao recordarem o pequeno menino, tão parecido com a avó, percebem que apesar das dificuldades algo novo e inesperado nasceu daquela união. Esse momento mostra como o destino é irónico, pois, apesar das diferenças culturais e das dificuldades que enfrentaram, o menino, fruto dessa união, surge como símbolo de uma mistura das duas culturas.

Podemos assim afirmar que a história de Kwei-Lan é um reflexo da luta entre as tradições, a modernidade, e os desafios de conseguir construir uma nova identidade, no encontro de duas culturas. A autora, com a sua experiência de vida na China e com o conhecimento da cultura oriental, oferece uma perspetiva única sobre as dificuldades de adaptação, a uma nova realidade cultural. Ao longo da obra, Buck explora a complexidade do processo de conciliar os valores tradicionais com as pressões da modernidade, onde mostra a dor e a angústia de quem vive entre esses dois mundos. É através da protagonista que Pearl S. Buck revela a luta interna de muitos indivíduos que, como a protagonista, procuram encontrar um equilíbrio entre a herança cultural e os novos caminhos impostos pelo contacto com o ocidente. A autora reflete ainda sobre a capacidade humana de adaptação e de reinvenção, de forma a revelar que a identidade é um processo contínuo de transformação, com os diferentes aspetos culturais que formam os indivíduos.

2. Diversidade Cultural

Aceitar a diversidade é um passo para evolução de um mundo cansado de injustiça social.

Reinaldo Vasconcelos Pereira

Ao longo do tempo, a sociedade tem sofrido mudanças importantes no que diz respeito a diferentes áreas do conhecimento. Entre o final do século XVIII e inícios do XIX, o termo alemão *Kultur* era utilizado para exprimir os aspetos espirituais de uma sociedade, como as crenças, os valores e os costumes, enquanto, o termo *Civilization*, de origem francesa, referia-se aos fins materiais, onde se incluía a tecnologia e as infraestruturas. Esta dualidade, refletia as visões da época uma vez que a Alemanha valorizava a *Kultur* como expressão da sua identidade nacional, ao contrário da França que dava prioridade a *Civilization*, como símbolo de progresso e de modernidade. No entanto, foi apenas no final do século XIX que Edward Tylor⁸ viria a assumir um papel crucial na definição do conceito de cultura. O antropólogo britânico uniu os aspetos espirituais e materiais numa só definição, que se tornou fundamental para a antropologia moderna. Na sua perspetiva:

“Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.” (Tylor, 1871: 1)

A definição de cultura proposta por Edward Tylor abrange tudo aquilo que os seres humanos são capazes de criar e desenvolver, desde manifestações intelectuais e artísticas até costumes, crenças e normas jurídicas. Para o autor, a cultura não é inata, mas sim aprendida através da convivência social, ou seja, não é algo que é transmitido de geração

⁸ Edward B. Tylor (1832–1917), antropólogo britânico e fundador da antropologia cultural foi defensor do evolucionismo cultural e da ideia de que as sociedades evoluem de forma simples para complexas.

em geração. Embora Tylor tenha sido o primeiro a apresentar uma definição formal do conceito de cultura tal como o compreendemos atualmente, essa noção já se encontrava de certo modo, na mente do povo. Por ser um processo dinâmico, também terá sido impactada por mudanças que aconteceram de maneira lenta e progressiva. Dessa forma, podemos afirmar que a cultura não é algo fixo, mas dinâmico, suscetível de se modificar com o tempo.

Trata-se de um conceito amplo e complexo que pode ser definido por diversas perspectivas, embora dependa sempre da perspectiva teórica ou da disciplina na qual é abordada. A cultura refere-se, assim, a aspectos simbólicos e adquiridos do comportamento humano, como a língua, as crenças religiosas, os costumes e as normas sociais. Ao contrário do instinto natural, é o que permite diferenciar os seres humanos dos animais. Nesta ótica, a cultura, que é exclusiva do ser humano, está ligada ao progresso intelectual e ao desenvolvimento das suas atitudes. De modo geral, a cultura é tudo aquilo que aprendemos e transmitimos de geração em geração, e é o que nos permite viver em sociedade e compreender o mundo ao nosso redor. Este processo desempenha um papel fundamental na sociedade, pois influencia o modo como as pessoas convivem e interagem. Não se trata apenas de um conjunto de costumes e ideias, como por exemplo a arte, nem tão pouco de uma só área da vida da sociedade, como a religião. Não se deve afirmar que a cultura seja algo ausente do convívio social, ou que nada tenha a ver com a realidade dos indivíduos. Pelo contrário, está presente em todos os aspectos da vida e não apenas em alguns contextos. Terá sido criada desde o início dos tempos pela humanidade e só existe porque as pessoas a construíram ao longo da história. Isto significa que não é apenas sobre como a percebemos, mas sim sobre a sua importância na sociedade, pois o que faz parte de cada cultura é o resultado da história de cada povo. Além disso, a cultura é um elemento essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas, pois constitui a base sobre a qual se estrutura a identidade, a tradição e a memória coletiva de um povo. A cultura fornece assim as bases que orientam a forma como os indivíduos interagem e compreendem o mundo à sua volta, pois influencia tanto as relações sociais quanto as estruturas institucionais:

“De um modo geral, a cultura refere-se aos componentes simbólicos e aprendidos do comportamento humano, tais como, a língua, a religião, os hábitos de vida, e as convenções. Sendo o oposto do instinto, é muitas vezes considerada como aquilo que distingue o homem do animal. No âmbito desta perspectiva, cultura, que apenas o Homem possui,

corresponde ao desenvolvimento intelectual e a um refinamento de atitudes.” (Pires,2006:35)

Segundo uma perspectiva sociológica, a cultura pode ser definida como um conjunto de elementos produzidos pelo homem. No entanto, quando um elemento cultural deixa de ser transmitido e perde o seu valor, acaba por ser excluído do repertório cultural dessa comunidade. Assim, podemos concluir que a cultura não é fixa nem imutável, já que se constrói e se transforma constantemente. Uma das principais características é o seu caráter social, pois as maneiras de sentir, agir e pensar não são espontâneas, mas sim adquiridas e transmitidas por meio da interação dos indivíduos. Dessa forma, influencia e é influenciada pelos processos históricos, políticos e económicos, de maneira a refletir a dinâmica e a identidade de um determinado grupo social.

A noção de cultura não é algo que se aplique apenas a um país ou a uma sociedade como um todo. Dentro de uma comunidade maior, podem existir grupos menores, como classes sociais ou regiões específicas, que possuem as suas próprias expressões culturais. É como se a cultura fosse um conjunto constituído por várias camadas. Existe, por um lado, a cultura geral de um país, que abrange os costumes e os valores compartilhados pelos seus cidadãos, e, por outro lado, existem as subculturas semelhantes a mini culturas inseridas numa cultura maior, utilizadas para identificar uma entidade cultural parcial, numa sociedade mais ampla, ou para descrever a relação entre uma cultura particular e a cultura dominante, da qual faz parte.

Com base no que foi exposto, cremos ter esclarecido que a cultura exerce múltiplas funções psicossociais que ajudam a reunir diferentes indivíduos num grupo específico, o que acaba por facilitar a adaptação dos mesmos ao ambiente onde vivem, assim como determinadas situações do dia a dia. Embora apresente diversos significados, a cultura está ligada à identidade, à tradição e à memória coletiva. Pode ser interpretada como um conjunto de práticas sociais, baseada nos conhecimentos adquiridos e organizados, como um sistema de símbolos. O que significa que esse sistema permite que os membros de um grupo possam criar simbologias que ajudem a definir os comportamentos e adaptar-se à sociedade em que vivem.

De acordo com Eliot⁹ (1996), o termo cultura pode ter diferentes significados, dependendo do contexto no qual é aplicado. No âmbito individual, a cultura de uma

⁹ T. S. Eliot (1888–1965) foi um poeta e crítico literário anglo-americano, e uma figura central da literatura modernista.

pessoa está diretamente ligada à cultura de um grupo, ou da classe a que pertence, e esta, por sua vez, depende da cultura da sociedade como um todo. Assim, a cultura de uma sociedade apresenta-se como a base fundamental sobre a qual se constrói as demais formas de cultura:

“A palavra *cultura* implica associações diferentes segundo o desenvolvimento de um *indivíduo*, de um *grupo* ou *classe*, ou de toda uma *sociedade*. A minha hipótese inclui o conceito de que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe e de que a cultura de um grupo ou classe depende da cultura de toda a sociedade a que pertence esse grupo ou classe.” (Eliot, 1996:22)

T. S. Eliot considera a cultura como algo coletivo e como um reflexo do modo de vida de uma sociedade e não apenas como um conjunto de manifestações ou atividades isoladas. Nesse sentido, a cultura não é algo que se limita apenas às expressões artísticas ou intelectuais, mas algo que se manifesta em todos os aspectos da vida quotidiana, como nas interações sociais, nos princípios éticos, nas tradições e nas estruturas de poder que moldam uma sociedade.

Bauman¹⁰ (2012) afirma que a cultura não deve ser considerada como uma consequência da alienação social ou política, mas como um processo essencial para a liberdade individual e coletiva. Nesta perspectiva, examina como as diferentes teorias entendem a cultura na sociedade ocidental. Além disso, propõe uma nova forma de pensar que analisa a cultura como algo prático e dinâmico, onde as pessoas, de forma livre e criativa, moldam o mundo ao seu redor, por meio das suas ações e das suas expressões culturais.

Segundo o autor, existem três maneiras de entender o conceito de cultura. A primeira, é definida como um conceito hierárquico, a segunda está ligada às diferenças nos hábitos e nos costumes, entre os diferentes povos ou até mesmo entre as diversas regiões de um mesmo país: “As relações são muito mais complicadas do que conseguimos tipificar; são cheias de efeitos do tipo reação e recuo por parte de qualquer elemento na totalidade da prática.” (Bauman, 2012: s/p). E, por último, é caracterizada como um conceito genérico do próprio termo, no qual o ser humano é visto como um todo, um ser em constante transformação, com pensamentos e com comportamentos dinâmicos:

¹⁰Zygmunt Bauman (1925–2017), sociólogo polaco, criou o conceito de modernidade líquida para descrever a instabilidade das relações sociais contemporâneas.

“O conceito genérico tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais. (...) o conceito genérico de cultura tem a ver com as fronteiras do homem e do humano.” (Bauman, 2012: s/p)

Este conceito pode ser entendido como um conjunto de normas que limitam o comportamento dos indivíduos. É como um manual que refere o que está certo e errado. Embora tenha sido criada pelo homem, a cultura também limita a liberdade do mesmo, ou seja, enquanto pode conceder liberdade de criar, também pode impedir de fazer determinadas ações coisas. Dessa forma, Bauman destaca que a cultura funciona como um conjunto de ferramentas que permite ao ser humano interpretar o mundo e a estabelecer formas de convivência organizada:

“Ora, se a cultura humana é um sistema de significação (e deve ser, se uma de suas funções universalmente admitidas é ordenar o ambiente humano e padronizar as relações entre os homens), o que se a afirmou até agora sobre a natureza do significante é relevante demais neste contexto.” (Bauman, 2012: s/p)

Dentro deste contexto, a diversidade cultural surge como uma manifestação das múltiplas formas de viver, pensar e de se expressar dentro de uma sociedade. Conforme o artigo n. °2 da UNESCO (2001), o conceito de diversidade refere-se à ampla variedade de expressões culturais, que refletem a identidade dos diferentes grupos sociais. A diversidade, de um sistema social, refere-se à coexistência de múltiplas diferenças e semelhanças entre os indivíduos, e os grupos que representam. Este processo opõe-se à uniformização cultural de uma única identidade coletiva, ou seja, significa que não existe apenas uma única cultura igual, mas sim várias que convivem juntas:

“Nas nossas sociedades cada vez mais diversas, é fundamental garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, bem como a sua vontade de viver em conjunto.” (UNESCO, 2001:3)

No entanto, a diversidade que se pretende analisar é a cultural, uma vez que a cultura ao permitir ao ser humano adaptar-se ao meio, dá sentido e une as diferentes perspectivas sociais, como as que estão ligadas aos grupos étnicos, à religião, à língua, isto

é, às várias línguas que expressam a riqueza e a diversidade cultural, às tradições, aos costumes, entre outros.

Porém, durante muitos anos, a noção de diferença tem sido vista como algo que separa as pessoas. Existe uma certa dificuldade, tanto no campo da educação quanto na vida social, de compreender a relação entre a diferença e a igualdade de algumas comunidades. Para muitos, a diversidade cultural é algo positivo, porque permite que várias culturas do mundo possam partilhar as suas riquezas, e assim aprender umas com as outras. Este tipo de intercâmbio tem como objetivo promover a empatia, o respeito pela diversidade e a aceitação mútua de forma a fortalecer os laços que unem a humanidade, enquanto para outros, as diferenças culturais podem gerar conflitos, preconceitos e até mesmo discriminação entre os vários grupos sociais.

De acordo com Rowland¹¹, Lévi-Strauss defende a diversidade entre as várias culturas, pois “(...) em primeiro lugar, por ser nela que residem as possibilidades de progresso da humanidade, uma vez que o progresso deriva da colaboração entre culturas diferentes” (Rowland, 1987: 8):

“the true contribution of a culture consists, not in the list of inventions which it has personally produced, but in its difference from others. The sense of gratitude and respect which each single member of a given culture can and should feel towards all others can only be based on the conviction that the other cultures differ from his own in countless ways (...).” (Lévi-Strauss, 1952: 45)

Todavia, é através da diversidade que se torna possível compreender outras culturas pois ao entender as diferenças como parte de um sistema podemos conhecer o valor e o significado de cada cultura individual. Quando várias culturas se juntam, é expectável que os indivíduos fiquem mais abertos e menos preconceituosos, o que contribui para a construção de um ambiente de paz e de harmonia entre todos, tal como Bauman afirma: “(...) a diversidade é o modelo do mundo dentro de cada um de nós” (Bauman, 2012: s/p).

A diversidade cultural não é um processo recente. Pelo contrário, trata-se de uma característica que sempre acompanhou a história da humanidade. Desde os tempos mais antigos, vários grupos definiram as suas línguas, costumes, tradições e maneiras de se

¹¹Robert Rowland (1945–2023), antropólogo britânico, contribuiu para a antropologia histórica e a sociologia das populações, com destaque no contexto académico português.

organizar em sociedade, de forma a interagir uns com os outros, através das migrações, trocas comerciais e influências culturais. Este processo constante mostra que a diversidade é fundamental para o desenvolvimento das sociedades e tem o objetivo de ajudar a construir identidades e a desenvolver o conhecimento de todos. Contudo, nos últimos anos, este fenómeno expandiu-se na Europa, continente que se tornou um destino privilegiado para os migrantes e refugiados provenientes de diversas partes do mundo, que procuram por melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, a globalização terá promovido uma crescente ligação entre os países e as sociedades através do avanço das tecnologias, dos transportes e das trocas comerciais. Como consequência, as distâncias tenderam a tornar-se mais reduzidas e o ritmo das interações acelerou-se. Assim, é possível concluir que o mundo se encontra interligado de forma inédita, tendo implicações diretas no modo como as sociedades se organizam, comunicam e vivem a diversidade cultural.

A globalização tem impactado a vida das sociedades contemporâneas, em áreas como a cultura, a economia, a política e a organização social. Este sistema tem provocado uma série de transformações, embora tenha trazido com ele alguns desafios que têm sido debatidos nas diversas áreas do conhecimento, já que promove a aproximação entre indivíduos de diferentes países e facilita o acesso e a interação com outras culturas. A globalização, ao intensificar as trocas culturais em diferentes níveis, influencia, por vezes, o surgimento e a intensificação de fenómenos como a enculturação, o etnocentrismo e a xenofobia. Embora tenha tendência para uniformizar as culturas, seja de forma involuntária, ou não, o mundo continua a manifestar uma ampla diversidade cultural, linguística e religiosa, expressada através de variadas tradições e formas de pensar. Ainda assim, com o decorrer do tempo, estas realidades modificaram-se.

Segundo Santos¹², “a globalização põe em contato diferentes culturas” (Santos, 2003:557), ou seja, foi graças ao colonialismo que a criação de vários Estados resultou na união sob uma mesma soberania de povos com diferentes culturas. Esta dinâmica lançou as bases para uma convivência forçada entre diferentes grupos, o que contribuiu para a formação das sociedades multiculturais. Posteriormente, com o avanço das migrações internacionais e o desenvolvimento dos meios de comunicação, estas interações intensificaram-se e tornaram-se uma característica central das sociedades

¹² Boaventura de Sousa Santos (1940) é um sociólogo, jurista e professor português. É conhecido sobretudo pelos seus estudos sobre a globalização, sociologia do direito, epistemologia, democracia e direitos humanos.

globalizadas. De acordo com os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente existe uma crescente mobilidade populacional à escala global, sendo que uma em cada trinta e cinco pessoas é considerada migrante internacional. Calcula-se que cerca de 200 milhões de pessoas residem fora do seu país de origem e optam por se estabelecerem em áreas mais urbanas, onde procuram uma melhor qualidade de vida e de oportunidades de integração.

Na atualidade, as questões que estejam relacionadas com a diversidade cultural, a mobilidade das populações e as dinâmicas interculturais assumem um papel importante no contexto de um mundo globalizado. A convivência entre diferentes culturas, impulsionada pela globalização, representa tanto um desafio como uma oportunidade para promover as sociedades contemporâneas. Contudo, esta convivência multicultural nem sempre se processa de forma harmoniosa, pois pode gerar tensões, preconceitos, discriminação e conflitos de identidade, especialmente quando não existem políticas eficazes de integração e de promoção que valorizem a interculturalidade:

“Cultural difference and social marginalization are often closely linked, creating ethnic minorities with disadvantaged and relatively isolated positions in society.” (Castles, 2000:8)

Neste sentido, valores como pluralismo¹³, tolerância e abertura de espírito assumem uma importância significativa, sendo fundamentais para a construção de sociedades mais justas. Para isso, é fundamental adotar uma nova abordagem em relação à diversidade e a grupos minoritários, ou seja, não devem ser encarados como um problema, mas sim como um recurso valioso para fortalecer as identidades culturais. Esta perspectiva deve ser vista como uma oportunidade para o desenvolvimento individual, social e cultural, bem como um processo de resiliência. Nesse sentido, a diversidade contribui para reforçar as competências dos indivíduos e das comunidades, permitindo-lhes tomar consciência dos seus direitos e deveres e enfrentar as transformações da sociedade e do seu próprio percurso de integração. Deste modo, é necessário desenvolver estratégias e intervenções de carácter psicossocial e educativo que permitam aos profissionais e aos cidadãos adotarem posturas conscientes e competentes, face à diversidade individual e cultural presente nas comunidades e nas instituições sociais.

¹³ Pluralismo é a ideia de que várias culturas, crenças e formas de vida podem coexistir numa sociedade, sendo todas reconhecidas e respeitadas. Defende a aceitação da diversidade como algo positivo e essencial para uma convivência justa.

Estas soluções devem preparar o indivíduo para enfrentar, de maneira responsável, os desafios impostos pela educação e pela interação com pessoas que possuem diferentes referências linguísticas e culturais, com o objetivo de promover a diversidade. Neste sentido, é fundamental adotar uma abordagem intercultural baseada na compreensão mútua, na tolerância, na alteridade¹⁴ e na diversidade. Este modelo deve permitir que cada indivíduo identifique e reflita sobre os seus próprios preconceitos e valores, enquanto desenvolve a capacidade de reconhecer e compreender os sistemas de valores e as perspectivas culturais das outras comunidades. Posto isto, é crucial a construção de relações mais imparciais e respeitosas, de forma a promover a aprendizagem intercultural e combater determinadas atitudes relacionadas com o etnocentrismo e a xenofobia. Os estereótipos os preconceitos e o etnocentrismo representam barreiras à comunicação entre as culturas, uma vez que funcionam como filtros que geram conflitos e dificultam a compreensão mútua entre grupos majoritários e minoritários:

“O espaço urbano proporciona uma rede complexa de inter-relações e de vivências, uma diversidade e complexidade de relações entre os indivíduos, os bairros, os locais de residência, de trabalho, de lazer e distração. Estas redes poderão favorecer uma progressiva integração das diferentes comunidades étnicas, promover a sua inserção num todo urbano, social e cultural mais vasto, influenciando os seus valores, escolhas, realizações e desenvolvendo atitudes de autoconfiança e emancipação (...) Com efeito, quanto maior for a diversidade de redes de relações sociais de um indivíduo, maior é o acesso às oportunidades de integração, de educação, de saúde e bem-estar, e de mobilidade individual, social e familiar.” (Rubin e Miranda, 2008:143/144)

Nesse sentido, uma sociedade caracterizada pela multiplicidade cultural e inserida num cenário de interdependência global requer uma conceção de cidadania mais ampla, capaz de responder de forma inclusiva às necessidades dos residentes locais, dos grupos migrantes e dos grupos étnicos minoritários. populações locais, migrantes e de minorias étnicas. Assim, devemos articular com estratégias psicossociais e educativas que promovam a compreensão da diversidade, da inclusão, da igualdade e do respeito, pelos direitos culturais. Para isso, só é possível através do desenvolvimento de competências

¹⁴Alteridade é o reconhecimento e respeito pelo “outro”, ou seja, pela diferença cultural, social ou individual. Implica entender e valorizar que outras pessoas ou grupos têm identidades e experiências distintas das nossas.

interculturais e da valorização da diferença, para podermos construir comunidades mais justas, coesas e preparadas para enfrentar os desafios de uma convivência social.

Surge assim, uma necessidade de reflexão sobre o papel da identidade cultural, enquanto um dos principais elementos, na forma como os indivíduos se relacionam com o mundo que os rodeia. A identidade cultural não só orienta o sentimento de pertença e contribui para a construção da autoimagem, como também influencia os processos de integração e de diálogo intercultural. Ao mesmo tempo, a dignidade humana representa a base essencial de qualquer sociedade. No entanto, o indivíduo não deve ser visto como um agente social homogêneo. Por natureza, a identidade de cada pessoa não se define apenas pelo que a aproxima dos outros, mas sim pelo que a distingue. Trata-se, assim, de um conjunto de elementos complexos e adaptáveis, que se moldam de acordo com os contextos sociais e culturais, no qual o indivíduo se insere.

A questão da identidade tem sido alvo de várias reflexões no âmbito da teoria social. Stuart Hall¹⁵ (2006) defende que a modernidade era marcada por um carácter de constante transformação. Segundo o autor, as sociedades modernas definem-se precisamente por estarem em permanente mudança. Porém, são também marcadas pela diversidade onde atravessam múltiplas tensões sociais. Hall argumenta que as transformações próprias da pós-modernidade obrigam os indivíduos a adaptar-se, levando-os a participar num verdadeiro “jogo de identidades” (Hall, 2006:20):

“A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo., através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada.” (Hall, 2006:38)

O que significa que consoante o contexto em que os indivíduos se inserem tendem a adotar a identidade que melhor se ajusta à situação ou com a qual mais se identificam naquele momento.

¹⁵ Stuart Hall (1932–2014), sociólogo jamaicano-britânico, foi uma figura importante nos estudos culturais, identidade e raça. Destacou-se pela análise do multiculturalismo e das relações de poder na cultura.

Por sua vez, João Maria André¹⁶ (2012) argumenta que a identidade é um fenómeno em constante construção e não deve ser entendida como algo estático, nem para o indivíduo nem para o grupo social. Pelo contrário, é um processo contínuo de construção e transformação que se desenvolve ao longo do tempo, sendo influenciada por múltiplos fatores históricos, sociais e culturais:

“A identidade, (...) não é algo que nos seja dado de uma forma definitiva, nem a nós pessoalmente, nem ao grupo, à comunidade ou ao povo a que pertencemos. As identidades formam-se e transformam-se com o tempo.”
(André, 2012:52)

Para Castells¹⁷ (2008), a identidade é construída dentro das relações de poder, ou seja, pelas instituições sociais por exemplo, sendo possível identificar três formas distintas pelas quais essa construção se manifesta:

“Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (...).

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (...)

Identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.” (Castells, 2008: 55/56)

Contudo, cada processo de construção identitária constitui-se como expressão das particularidades estruturais e culturais de uma determinada sociedade, sendo o indivíduo em grande parte, um reflexo do meio cultural em que foi socializado.

Deste modo, tanto a identidade como a diferença inscrevem-se no âmbito das relações sociais e estão sujeitas a dinâmicas de poder e de força que moldam os seus contornos. Estas não se definem de forma neutra, mas são impostas e disputadas, o que

¹⁶ João Maria André (n. 1942) é um antropólogo português. Destaca-se pelos seus estudos em antropologia social e cultural, com foco em temas como identidade, memória e multiculturalismo. É professor na Universidade Nova de Lisboa e tem vasta publicação em antropologia contemporânea.

¹⁷ Manuel Castells (n. 1942) é um sociólogo espanhol. É conhecido pelos seus estudos sobre a sociedade da informação, redes e globalização. Destaca-se pela análise do impacto das tecnologias digitais na sociedade.

acaba por gerar conflitos. As percepções de identidade demonstram que o indivíduo já nasce num contexto histórico e cultural específico, inserido numa sociedade que lhe oferece os primeiros espaços de socialização e de construção do seu eu. Contudo, à medida que desenvolve o seu percurso relacional, confronta-se com múltiplas identidades, o que desencadeia a contínua (re)construção da sua identidade:

“A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.” (Silva, 2005:81)

Ainda assim, cada pessoa pode em simultâneo ou ao longo das diversas etapas da sua trajetória, identificar-se com diferentes sistemas culturais. Ainda que a identidade de cada sujeito seja, em certa medida, determinada pelo seu património cultural e pelas suas origens sociais, nas democracias modernas é possível enriquecer a própria identidade, através da escolha de diversas pertenças culturais.

Num mundo aberto, onde a diversidade cultural e as diferenças são claramente visíveis, a cultura e o multiculturalismo emergem como uma das principais preocupações no âmbito dos Estudos Culturais, ao colocar em evidência os desafios associados à convivência entre várias culturas e identidades, num cenário de desigualdade de poder. Julgamos, por isso, necessário uma reflexão crítica que coloque em questão e confronto práticas que tendem a silenciar ou a marginalizar determinadas identidades culturais. A experiência do encontro do outro com outras culturas, sobretudo em contextos de crescente mobilidade e diversidade, representa uma oportunidade significativa de reflexão identitária. A convivência com outros modos de vida não apenas alarga o nosso horizonte cultural como também nos obriga a reavaliar as referências que estruturam o nosso sentido de pertença. Para além de todos os desafios e oportunidades que o multiculturalismo enfrenta este fenómeno convoca uma interrogação fundamental sobre a identidade e a consciência que dela temos. Ao sermos confrontados com a diversidade cultural, somos levados a questionar não apenas o modo como compreendemos a nossa própria identidade, mas também a forma como a construímos, pois, o contacto com o outro, com a sua alteridade, está longe de ser algo simples, pelo contrário, pode gerar inseguranças que nem sempre reconhecemos de imediato. Afinal, o multiculturalismo tem a capacidade de desafiar, pois implica reconstruir a nossa identidade através do olhar do outro:

“O *multiculturalismo* é uma questão radicalmente *individual, social e universal* que tem na *concretização ética* o seu maior desafio. Ao manifestar-se na educação, na escola, no religioso, geográfico, político, epistemológico, nas disputas territoriais e económicas, etc., o multiculturalismo tem aí o seu desígnio. Sendo muito mais do que o espaço físico habitado pela diversidade de “raças”.” (Cunha, 2014:17)

Com o avanço da globalização, este conceito passou a ser amplamente mobilizado para interpretar as múltiplas expressões culturais e os desafios da convivência intercultural. Teve origem nas primeiras lutas contra o racismo, lideradas pela população negra nos Estados Unidos. Surgiu no momento de reconhecimento da existência de uma diversidade cultural significativa naquele país. No entanto, essa diversidade era inicialmente entendida como algo que deveria ser integrado na cultura dominante, através de um processo de assimilação¹⁸, em vez de ser valorizada nas suas particularidades. Ao analisar o contexto histórico, verifica-se que o multiculturalismo tem sido um fator determinante para o avanço do desenvolvimento cultural. Ainda assim, o multiculturalismo enquanto filosofia política assume um papel de destaque, seja na defesa do respeito pelas múltiplas culturas que convivem no seio de uma mesma sociedade, seja para orientar políticas públicas que promovam a proteção e valorização dessa pluralidade cultural. Portanto, é fundamental considerar que as diferenças na própria diversidade não são homogêneas nem estáticas. O multiculturalismo, nesse sentido, oferece um espaço de reflexão sobre a complexidade das identidades contemporâneas e sobre as múltiplas formas de classificação e pertença que hoje coexistem e, por vezes, entram em tensão.

É através de André (2012) que fica clara a ideia de que é necessário compreender a sociedade dentro de uma perspectiva multicultural, reconhecendo-a como composta por identidades múltiplas e diversas, que refletem a variedade de raças, géneros, classes sociais, culturas, línguas e outros marcadores identitários:

“Com efeito, o conceito de multiculturalismo pode ser usado, em primeiro lugar, como referindo-se a um facto ou a uma constelação de factos na sociedade actual: a coexistência de uma determinada sociedade e numa proximidade espacial, de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes, articulando-se essa diversidade com presumíveis diferenças étnicas, religiosas, histórico-sociais, de nacionalidade, ou, (...) estilos de vida, opções de género, classes sociais, etc ...” (André, 2012:30)

¹⁸Assimilação é um processo em que grupos minoritários adotam elementos da cultura dominante. Normalmente ocorre em contextos de desigualdade, levando ao abandono progressivo da cultura de origem para facilitar a integração social. (Ramos, 2008)

Ao abordar a questão do multiculturalismo, não devemos limitá-la apenas aos grupos socialmente excluídos ou àqueles que não se enquadram nos padrões normativos dominantes. A diferença é um traço comum a todos os seres humanos, pois afinal somos seres singulares em constante transformação. Nas últimas décadas, tem-se visto a afirmar o direito à diferença, com base na convicção de que as particularidades humanas devem ser respeitadas e ter como garantidas o seu espaço de expressão na sociedade. Compreender a diversidade implica analisar de que forma as identidades são construídas e quais as instituições e mecanismos influenciam esse processo, de forma a contribuir para a valorização de uns e a desvalorização de outros. É, pois, essencial promover uma abordagem da diversidade enquanto riqueza, como um processo contínuo de construção identitária e como parte integrante da condição humana.

Charles Taylor¹⁹ é uma das principais figuras no debate contemporâneo sobre o multiculturalismo, sobretudo pela forma como articula a questão da identidade, do reconhecimento e da justiça social. Para Taylor, as sociedades democráticas devem reconhecer e valorizar a diversidade cultural como parte essencial da dignidade individual e coletiva. No seu estudo *The Politics of Recognition* (1994), o autor reconhece que o reconhecimento público das identidades culturais não se limita apenas a um ato de respeito moral, mas constitui uma condição indispensável para o desenvolvimento saudável:

“The demand for recognition in these latter cases is given urgency by the supposed links between recognition and identity, where this latter term designates something like a person’s understanding of who they are, of their fundamental defining characteristics as a human being.” (Taylor, 1994:25)

Taylor defende que as identidades culturais devem ser reconhecidas publicamente, pois a sua negação ou marginalização podem ter efeitos negativos na autoestima e no desenvolvimento dos indivíduos. A ausência do reconhecimento ou a sua negação podem gerar formas de opressão cultural que comprometam gravemente a autoestima tanto dos indivíduos quanto dos grupos minoritários. Assim, o multiculturalismo, na perspectiva de Taylor, implica o compromisso político de acolher diferentes tradições culturais dentro

¹⁹Charles Taylor (1931), filósofo canadiano, destacou-se pela defesa do reconhecimento das identidades culturais nas sociedades democráticas. Defende que o reconhecimento das identidades culturais é essencial para a dignidade e o desenvolvimento individual.

do espaço público, sem que isso signifique a dissolução dos valores democráticos comuns. O seu contributo destaca-se, portanto, por colocar o diálogo intercultural no centro das sociedades plurais e por defender que o reconhecimento mútuo é uma condição para a justiça social.

Neste quadro, é pertinente considerar a ideia de hibridismo cultural²⁰, que complementa e aprofunda a reflexão sobre o conhecimento no contexto multicultural. Por um lado, como defende Charles Taylor, o conhecimento das identidades culturais é essencial para a dignidade e a autonomia dos sujeitos, mas, por outro lado, a realidade contemporânea mostra que essas identidades não são fixas. É neste sentido que devemos considerar a noção de hibridismo cultural que mostra como as culturas se formam nas zonas de contacto, de tradução e de tensão entre as diferentes tradições. O hibridismo aponta, assim, para uma visão dinâmica da identidade, que resulta do encontro, do diálogo e, muitas vezes, do confronto entre diferentes culturas. Isto implica que, ao contrário de uma perspectiva essencialista, que concebe a cultura como um fenómeno estático, o hibridismo entende a identidade como um processo dinâmico e em contínua transformação. Desse modo, quando falamos de conhecimento cultural, não estamos apenas a falar de preservar tradições como se fossem intocáveis, mas sim de valorizar os processos pelos quais essas tradições se misturam e se reinventam.

Bhabha²¹ defende que o hibridismo cultural é um processo marcado pela disputa e pelo confronto, que resulta do conflito e da tensão das diferenças culturais. Para o autor, “O contorno da diferença é agonístico, deslizante, fendente (...)” (Bhabha, 1998:158/159). Ao invés de considerar as culturas como entidades puras e separadas, Bhabha caracteriza as identidades como fluidas, em constante construção e sempre moldadas pela interação com o outro. No âmbito do multiculturalismo, essa visão implica que o reconhecimento das culturas não deva limitar-se à preservação das suas formas originais, mas sim o dever de acolher as transformações híbridas culturais, resultantes da convivência e do confronto entre várias comunidades. Nesse sentido, o hibridismo não deve ser visto como uma ameaça à identidade, mas sim como uma oportunidade para o

²⁰ Hibridismo cultural é o processo pelo qual diferentes culturas se misturam, dando origem a novas formas culturais. O hibridismo não elimina as diferenças, mas dá origem a formas culturais complexas, frequentemente marcadas por tensões, conflitos e reinterpretações criativas.

²¹ Homi K. Bhabha é um dos mais influentes teóricos contemporâneos no campo dos estudos pós-coloniais e da teoria cultural. De origem indiana e radicado nos Estados Unidos, é professor na Universidade de Harvard e tem desenvolvido um pensamento sofisticado sobre as dinâmicas do poder, da identidade e da cultura em contextos marcados pela colonização e pela globalização.

surgimento de novas formas de pertença e de reestruturação das relações de poder, com impactos significativos na promoção da igualdade.

Podemos concluir que o hibridismo cultural apresenta aspetos tanto positivos como negativos e nenhum deles deve ser visto como a definição completa do conceito. Por um lado, pode levar à perda de algumas tradições como, por outro lado, permitir criar significados para os discursos identitários e abrir mais espaço para a tolerância e a aceitação das diferenças culturais, como, por exemplo, uma visão mais inclusiva da cultura ocidental em relação à oriental: “Não me aborrecia de ouvir falar desses estrangeiros e principalmente das suas invenções” (Buck, 1939:98), afirma Pearl S. Buck. Ambas partes do hibridismo cultural são importantes e válidas no entendimento das relações entre diferentes culturas.

A questão verdadeiramente moral não parece residir na existência de diversas culturas, mas o que realmente levanta questões éticas é quando várias culturas convivem no mesmo espaço, ou seja, quando estão em contacto direto. É nessas situações que as relações, sejam de harmonia ou de conflito, podem ser analisadas do ponto de vista moral ou político. Neste contexto, torna-se essencial refletir sobre o papel do relativismo cultural²², sobretudo quando analisado em articulação com o hibridismo cultural. O relativismo defende que os valores, normas e práticas devem ser compreendidos no contexto específico de cada cultura, sem impor julgamentos externos. Esta perspetiva é útil para promover o respeito pelas diferenças e evitar imposições etnocêntricas. No entanto, quando culturas distintas entram em contacto e partilham o mesmo espaço, como acontece nos processos de hibridização, surge a necessidade de conciliar o respeito pela diversidade, com a defesa de certos princípios éticos universais, como a dignidade humana ou a igualdade. O relativismo cultural baseia-se, pois, na ideia de que a moralidade é determinada pelos valores e normas culturais de cada sociedade, ou seja, depende da forma como cada grupo social define o que é moral ou imoral. A moralidade baseia-se, assim, em factos objetivos dentro de um determinado contexto histórico e geográfico, ou seja, são as próprias sociedades que constroem o seu conjunto de normas morais. De acordo com esta perspetiva, não existem verdades universais ou absolutas sobre o que é o bem ou o mal, pois esses conceitos, variam conforme os valores de cada

²²O relativismo cultural é uma perspetiva teórica que defende que as crenças, valores e práticas de uma cultura devem ser compreendidos e interpretados no seu próprio contexto, sem serem julgados à luz de padrões externos ou universais. Este conceito surgiu como crítica ao etnocentrismo das ciências sociais ocidentais, que avaliavam outras culturas pelos padrões europeus.

grupo. Assim, quando alguém afirma que algo é absolutamente bom ou mau, está apenas a aplicar os padrões morais da sua própria cultura, como se fossem universais. No entanto, esta perspectiva tende a apresentar o mundo como um conjunto de culturas isoladas, de maneira a esquecer que, na realidade, vivemos numa sociedade globalizada, onde diferentes culturas coexistem e se influenciam. Ignorar essa convivência é deixar de reconhecer a complexidade e a diversidade do mundo contemporâneo.

Segundo Laércio Fidelis Dias, é necessário “Relativizar para tolerar. Relativizar para respeitar. Relativizar, em grau menor, para aceitar” (Dias, 2018:169), ou seja, relativizar um traço cultural implica compreendê-lo dentro do seu contexto, da sua realidade social, histórica e cultural, no qual surgiu e foi adquirido sentido. Isso implica não julgar os comportamentos ou costumes de outra cultura com base nos valores da nossa, mas sim tentar perceber como esses comportamentos são vividos e compreendidos pelos indivíduos dessa sociedade. Relativizar é, portanto, o mesmo que contextualizar, perceber que cada coisa só faz sentido dentro da sua realidade e para isso, é necessário mudar de opinião e tentar ver o mundo através da perspectiva do outro. Só através da empatia é que o ser humano poderá alcançar uma compreensão mais justa e respeitosa da diversidade cultural. Embora o relativismo cultural tenha marcado uma mudança importante na forma como a antropologia passou a estudar outras culturas, ao romper com paradigmas como o evolucionismo social²³ e o etnocentrismo, a ideia de considerar cada cultura como uma realidade isolada foi sendo desconstruída com o tempo. Na prática, a comparação entre culturas continua a ser frequente, sendo muitas vezes de acordo por uma perspectiva ocidental como referência. Esta tensão entre culturas é bem representada na obra *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, de Pearl S. Buck, onde é apresentado o confronto entre os valores tradicionais chineses e os costumes ocidentais, através da perspectiva de Kwei-Lan, uma jovem chinesa. Apesar do esforço da autora em retratar a cultura oriental com sensibilidade e respeito, a narrativa revela que a mudança da protagonista está fortemente influenciada pelos valores ocidentais, que surgem como modelo de progresso e libertação. “É interessante modernizar-se uma pessoa. (...) Desde o dia em que aceitei esta mudança, parece que uma vida nova se me abriu de par em par na minha frente.” (Buck, 1939:97). Assim, a obra revela as limitações

²³O evolucionismo social, teoria do século XIX, propõe que as sociedades humanas evoluem de formas primitivas para complexas. Foi criticado por reforçar o etnocentrismo, ao assumir a cultura ocidental como padrão superior e considerar outras sociedades como atrasadas ou primitivas.

do relativismo cultural que mesmo ao tentar valorizar a diferença acaba por reproduzir uma lógica comparativa com o eu ocidental.

Face a estas limitações, é essencial adotar uma perspetiva que privilegie o respeito mútuo e a valorização da diversidade cultural, de forma a evitar comparações hierárquicas ou em imposições de um modelo cultural dominante. A compreensão das culturas deve ir além da mera observação externa e procurar um verdadeiro conhecimento da alteridade, ou seja, da diferença do outro como legítima em si mesma. Neste sentido, o diálogo intercultural revela-se essencial. Não se trata apenas de uma coexistência, mas de uma interação ativa e aberta entre culturas, onde se partilham ideias, valores e experiências, num processo de aprendizagem recíproco. Este tipo de diálogo, permite ultrapassar estereótipos e preconceitos, de maneira que possa criar oportunidades, para que as culturas interajam, sem nunca perder o respeito. Assim, o diálogo intercultural não enriquece apenas o entendimento mútuo, como também fortalece a coesão social em contextos multiculturais. Além disso, num mundo globalizado onde diferentes tradições e formas de vida partilham o mesmo espaço geográfico, a promoção do diálogo torna-se uma necessidade tanto ética como política. É através dessa escuta ativa e do reconhecimento das diferenças que se constrói uma sociedade mais inclusiva, capaz de enfrentar desafios comuns, como a discriminação, o racismo e a desigualdade, com base na solidariedade e na justiça. Para atingir este objetivo, devemos analisar as diferentes formas como as culturas se relacionam entre si, desenvolver uma maior consciência dos valores que têm em comum e dos objetivos que partilham, bem como identificar os principais obstáculos que precisam de ser superados para ultrapassar as barreiras culturais.

O êxito do diálogo intercultural não depende apenas do conhecimento que se tem pelo outro, mas sobretudo da capacidade genuína de ouvir o outro sem julgar. Com este propósito, nos últimos anos têm sido implementadas várias iniciativas que visam fortalecer o diálogo e a compreensão mútua entre os jovens de diferentes origens culturais. Estas iniciativas incluem desde programas escolares até intercâmbios internacionais, através de atividades culturais, artísticas e desportivas, que incentivam a participação ativa. Para além de valorizar a pluralidade, estas práticas contribuem para desconstruir perspetivas identitárias rígidas. Assim, é fundamental continuar a apoiar projetos e redes que promovam o diálogo intercultural, em todos os níveis da sociedade, de forma a garantir a inclusão efetiva de novos agentes sociais.

Para além de assumir um papel essencial na construção de sociedades inclusivas, ao incentivar a convivência pacífica entre indivíduos e grupos com origens diversas, a sua implementação requer não só a valorização da diversidade, como também a criação de espaços seguros, onde todas as vozes possam ser ouvidas. Promover este tipo de diálogo significa, portanto, combater estereótipos, desconstruir hierarquias culturais e fomentar uma cidadania ativa. Ao criar condições para que as diferentes tradições e visões do mundo coexistam num ambiente de respeito e reciprocidade, o diálogo intercultural torna-se uma ferramenta fundamental para a construção de sociedades mais justas, coesas e democráticas, em que a dignidade humana é preservada e a diferença é encarada como fonte de enriquecimento mútuo e não de divisão. No entanto, é necessário reconhecer que o diálogo não é um processo automático nem garantido, pois exige uma grande abertura de espírito, bem como a disposição para resolver os conflitos de forma pacífica. Embora se reconheça a dificuldade de dialogar com quem recusa o diálogo, é precisamente nas conversas difíceis, com quem pensa de forma distinta, que reside o potencial transformador desta prática.

Souza Santos (2003) defende que o diálogo intercultural não é apenas uma troca de conhecimentos, mas sim uma tentativa de comunicação entre formas muito diferentes de entender o mundo. Como já referido anteriormente, essas formas de pensar são muitas vezes tão diferentes, pois o diálogo exige muito esforço, respeito e abertura para verdadeiramente tentar compreender o outro, mesmo quando não partilhamos os mesmos valores:

“No diálogo intercultural, a troca não é apenas entre diferentes saberes, mas também entre diferentes culturas, ou seja, entre universos de sentido diferentes e, em grande medida, incomensuráveis.” (Santos, 2003: 443)

Contudo, o diálogo intercultural não se constrói apenas pela troca de costumes ou informações. Exige uma abertura genuína de universos simbólicos que, por vezes, escapam à tradução numa linguagem comum. Ao reconhecermos a diversidade como um valor e não como um obstáculo, abrimos caminhos para sociedades mais inclusivas. Pensar a interculturalidade é, portanto, refletir sobre os limites e as possibilidades do encontro com o outro.

2.1. Desafios e oportunidades da Interculturalidade

Atualmente, as questões relacionadas com a multiculturalidade e as relações interculturais assumem uma importância crescente no mundo globalizado, encontrando-se no centro das preocupações de grande parte dos Estados. Estas dúvidas têm colocado novos desafios à sociedade e às políticas públicas sobretudo desde o final do século XIX até ao início do século XXI, refletindo-se nos mais diversos setores, com especial destaque para as áreas da educação, da comunicação, da gestão da diversidade e da comunicação intercultural. Este sub-capítulo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre conceitos fundamentais ligados à interculturalidade, com base em autores que, além de definirem este conceito, contribuíram para a consolidação deste campo de estudo.

Tanto o multiculturalismo, como o interculturalismo constituem paradigmas do pluralismo cultural. No entanto, a principal distinção entre ambos reside no seu foco, pois enquanto o multiculturalismo se centra nos imigrantes e nas minorias étnicas o interculturalismo alarga essa abordagem às maiorias. Todavia, a ausência de conhecimentos que estejam relacionados com as línguas, culturas, religiões e etnias, tende a gerar sentimentos de medo, e de desconfiança em relação ao outro. Podemos afirmar que o interculturalismo transmite uma vontade genuína de conhecer o outro para além das aparências. Ao mesmo tempo que o multiculturalismo se define como uma filosofia que promove o conhecimento e a valorização das diferentes culturas, o interculturalismo representa um avanço, ao incorporar um potencial transformador das atitudes e dos comportamentos face ao outro. Mais do que simplesmente conhecer, o interculturalismo propõe a aceitação da diferença, como elemento constitutivo e enriquecedor das sociedades, de maneira a promover, assim, a coesão social e cultural.

De acordo com Damázio (2021), a proposta intercultural surge como uma resposta às limitações do modelo multicultural. Embora o multiculturalismo tenha contribuído para o conhecimento da diversidade cultural nas sociedades contemporâneas, muitas vezes limitou-se a uma lógica de coexistência entre diferentes culturas, sem promover uma verdadeira interação entre elas. Assim, acabou por resultar um certo vazio ao não promover o diálogo nem a transformação mútua entre os diferentes grupos culturais:

“A proposta intercultural surge, principalmente, a partir do vazio deixado pelo multiculturalismo. Visa à superação do horizonte da tolerância e das diferenças culturais e a transformação das culturas por processos de interação.” (Damázio, 2021:76)

Nesse sentido, o interculturalismo apresenta-se como uma alternativa ao multiculturalismo, com o objetivo de procurar as suas fragilidades, discutidas no espaço público e analisadas pelas ciências sociais. Ainda assim, este processo está longe de ser simples. O interculturalismo implica uma transformação social profunda, pois assume um papel ativo e interventivo, orientado para a ação e marcado por uma missão exigente que lhe é inerente. Contudo, a aplicação de várias práticas interculturais enfrenta alguns obstáculos. Em primeiro lugar, verifica-se uma resistência por parte das culturas maioritárias, em aceitar as culturas minoritárias e em partilhar valores com estas. Em segundo lugar, tende a existir uma insegurança nas culturas minoritárias em relação à abertura às culturas maioritárias, motivada por experiências passadas negativas, ou pela perceção de que a cultura dominante não valoriza nem respeita a sua. Por fim, importa sublinhar que a interculturalidade não pressupõe a eliminação dos valores culturais, mas sim o seu conhecimento, compreensão e a procura de conciliação entre diferentes culturas:

“Pode-se dizer que o interculturalismo é democrático, visto que busca a participação de todos no desenvolvimento do Estado e da sociedade. Postula-se que não deve haver hierarquias (maioria e minoria, dominados e dominantes), mas igualdade entre todos os grupos.” (Calçada e Júnior, 2008:168)

Podemos entender que a finalidade essencial do Interculturalismo é promover sociedades onde diferentes culturas possam encontrar vários pontos de encontro, coexistir e conviver de forma pacífica. Isto só é possível através da aceitação da diferença e do respeito pela igualdade de oportunidades. O Interculturalismo defende a presença e a valorização de múltiplas culturas, de maneira a valorizar cada uma. Ao valorizar os contributos e qualidades de todas as culturas, promove-se a construção de uma cultura comum assente no respeito, no diálogo, na cooperação e na convivência, de forma a contribuir assim para uma comunidade mais justa.

A globalização, a crescente mobilidade das populações e os processos acelerados de urbanização têm intensificado os contactos entre culturas e a convivência entre diferentes modos de vida. Estes fenómenos contribuem para a crescente multi e interculturalidade das sociedades, enquanto colocam sérios desafios à comunicação e à gestão da diversidade cultural. Os novos meios de comunicação, tal como os média digitais, vieram alterar a perceção da diversidade cultural e do outro. Este deixou de ser

percecionado como alguém distante e passou a estar mais presente no nosso quotidiano. Ainda que nem sempre compreendido ou aceite, o outro coabita connosco e reclama igualmente os seus direitos. Como menciona a UNESCO na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001), os encontros e as relações interculturais irão fazer cada vez mais parte do tecido social das sociedades contemporâneas:

“A diversidade cultural é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não apenas como crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória.” (UNESCO, 2001, art. 3)

Segundo alguns dados das Nações Unidas, atualmente uma em cada trinta e cinco pessoas no mundo é migrante internacional, o que representa cerca de 200 milhões de indivíduos a viver fora do seu país de origem. Na Europa, o número de migrantes provenientes de países fora do espaço europeu registou um aumento de 75% desde 1980, o que tem gerado profundos desafios de natureza social. Na União Europeia, existe um projeto político que reúne 27 países e aproximadamente 500 milhões de cidadãos, com línguas, culturas e histórias distintas. Coloca-se um enorme desafio não só político e cultural, mas também comunicacional, de modo a exigir, sobretudo, um forte compromisso com o diálogo intercultural:

“O número estimado de migrantes internacionais tem vindo a aumentar ao longo das últimas cinco décadas. No entanto, a grande maioria das pessoas continua a viver nos países onde nasceram, sendo que só apenas 1 em cada 30 pessoas são migrantes. De acordo com os últimos dados disponíveis, estima-se que, em 2020, houvesse cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo, o equivalente a 3,6% da população global. Este número reflete um aumento de 128 milhões de pessoas a viver num país que não é o seu país de nascimento desde 1990.” (Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental, s/d)

Perante este cenário, é possível observar que os homens e mulheres do século XXI encontram-se imersos em múltiplas pertenças identitárias, em redes transnacionais cada vez mais complexas. Esta dinâmica conduz à emergência de novas formas de interação social e de convivência entre culturas distintas bem como ao desenvolvimento de práticas de cidadania mais alargadas. Ao mesmo tempo que se assistiu à conquista de novos direitos surgiram também novos desafios, nomeadamente conflitos, dificuldades de

comunicação e diferentes expressões de discriminação. A intensificação da globalização e da convivência entre múltiplas culturas obriga as sociedades e as instituições a enfrentar uma crescente diversidade linguística e cultural entre os seus membros. Como consequência, é necessária uma resposta adequada por parte das estruturas sociais através da implementação de políticas e estratégias que estejam à altura desta nova realidade, seja ela social, cultural ou até mesmo no domínio da saúde. Assim, as questões relacionadas com a diversidade cultural e com a interculturalidade exigem uma reformulação das abordagens utilizadas tanto na investigação como na intervenção. Estes desafios dizem respeito não apenas à comunicação, mas sobretudo à comunicação intercultural²⁴, e também à forma como se gerem as identidades, os conflitos e as interações entre o eu e o outro.

Tal como foi já anteriormente discutido, o interculturalismo está exclusivamente ligado a noções fundamentais como o diálogo, o respeito e a convivência entre diferentes culturas. Estes elementos não são meros complementos, mas sim a base sem a qual não é possível pensar ou praticar uma verdadeira interculturalidade. Neste sentido, emerge uma questão central que não pode ser ignorada: de que forma se pode, efetivamente, promover a interculturalidade nas sociedades contemporâneas? Esta questão, exige uma reflexão profunda sobre os caminhos possíveis para promover relações mais justas e equilibradas, entre indivíduos e grupos com origens, percursos e referências culturais distintas. Perante este desafio, impõe-se a necessidade de nos libertarmos das tradições que herdámos de um longo percurso histórico. Cremos ser fundamental questionar a ideia de que existe um modelo cultural único e normativo, a que todos nos devemos conformar, um modelo que, na verdade, resulta de um processo político sustentado por relações de poder. Promover a interculturalidade exige, por isso, um esforço consciente de desconstrução dessas lógicas, bem como a abertura de espaços para uma valorização genuína da diversidade e para a construção de novas formas de pertença.

Uma forma relevante de pensar o conceito de interculturalidade é reconhecer a centralidade da comunicação entre pessoas provenientes de outras culturas. Um dos principais obstáculos a esse tipo de comunicação reside precisamente no desconhecimento mútuo, no facto de não estarmos familiarizados com os modos de vida, valores e referências do outro.

²⁴A comunicação intercultural é o processo de interação entre pessoas de diferentes culturas, que envolve não apenas a linguagem verbal, mas também gestos, expressões faciais, normas sociais e valores culturais.

Como salienta Natália Ramos (2008), a comunicação assume um papel central e apresenta uma natureza complexa e multidimensional, uma vez que envolve não apenas a simples transmissão de mensagens, mas também a sua inserção num quadro cultural específico. Essa transmissão apoia-se num conjunto de códigos, normas e convenções partilhados, que possibilitam a compreensão mútua e a interação entre os indivíduos pertencentes a uma mesma cultura ou subcultura:

“Comunicar com o outro implica a tomada em conta da sua identidade na interação e as suas reacções à alteridade. A comunicação constitui um conceito integrador, o qual permite redimensionar as relações entre os indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade, entre o indivíduo e as instituições, entre a sociedade e a cultura.” (Ramos, 2008:100)

Porém, quando esse encontro acontece, muitas vezes de forma inesperada, vemos-nos confrontados com os limites do nosso conhecimento e com a nossa ignorância, face à diversidade humana. Assim sendo, a forma mais construtiva de estabelecer relações interculturais não passa por enfatizar ou dramatizar as diferenças, mas antes por compreendê-las. Ao reconhecermos semelhanças, divergências e afinidades, o outro deixa de ser um desconhecido absoluto e passa a ser alguém com quem partilhamos a mesma condição humana. Esta abordagem permite uma convivência mais equilibrada, baseada no conhecimento e não na oposição. Uma das principais oportunidades que a interculturalidade oferece reside na valorização da diferença, como um recurso e não como uma ameaça. Ao reconhecerem e integrarem a multiplicidade de saberes e de práticas culturais, as sociedades além de enriquecerem simbolicamente, ganham em termos de criatividade e de adaptação. No campo da educação, por exemplo, a interculturalidade permite que se desenvolvam práticas pedagógicas, que respeitem e acolham a diversidade dos alunos, de maneira a promover um ambiente de aprendizagem mais justo, onde todos se sentem valorizados. Silva e Rebolo (2017) defendem que é necessário “compreender e possibilitar a promoção da igualdade de oportunidades e a integração dos diferentes sujeitos socioculturais na sociedade em que vivemos” (Silva e Rebolo, 2017: 181). Para isso, torna-se fundamental incentivar a realização de estudos que explorem questões que estejam ligadas às práticas educativas e à atividade docente, de maneira a valorizar a diversidade cultural presente nos contextos escolares. Além disso, a interculturalidade constitui um instrumento fundamental para a desconstrução de

preconceitos e o combate aos estereótipos, através do contacto direto, do diálogo genuíno e da escuta ativa entre indivíduos e comunidades de diferentes origens:

“A Educação intercultural, numa concepção ampla, consiste na intervenção que organiza e desenvolve processos educativos sensíveis à diversidade cultural do meio envolvente, utilizando esta para vinculá-la à cultura escolar e promover simultaneamente a interação e o intercâmbio cultural igualitário. Nesta perspectiva, a interculturalidade interessa-nos a todos, pois a todos nos compete tais objetivos educativos.” (Martins, 2002:23)

A construção da competência intercultural²⁵ exige que os indivíduos sejam capazes de negociar ativamente os sentidos e significados culturais, tendo sempre em consideração as diversas identidades presentes na interação. No entanto, essa capacidade de comunicação, não se manifesta através de um diálogo idealizado, sem falhas ou ambiguidades. Pelo contrário, acontece mesmo entre pessoas que partilham a mesma cultura, mas é frequente que ocorram mal-entendidos e dificuldades de compreensão. Isto acontece porque cada indivíduo possui um conjunto próprio de conhecimentos e experiências, o que influencia diretamente a forma como interpreta o mundo à sua volta. Assim, a clareza ou a obscuridade de uma mensagem dependerá, em grande parte, do grau de familiaridade e de proximidade que existe entre os conhecimentos e as capacidades cognitivas de quem transmite e de quem recebe a mensagem. O nível de dificuldade que uma pessoa enfrenta, ao tentar adaptar-se à cultura de um país estrangeiro, varia consoante diversos fatores, como o contexto social, as crenças religiosas, o ambiente que a rodeia e, ainda, a sua capacidade de se ajustar a um modo de vida distinto daquele a que estava habituada. A noção de que é o imigrante quem deve adaptar-se ao novo contexto onde se insere, com o objetivo de imaginar e construir novas formas de estar e de viver, é uma realidade sentida por muitos que se estabelecem nos países ocidentais. Torna-se ainda mais evidente quando são confrontados com uma cultura e com um sistema político-social que difere significativamente dos do seu país de origem, sobretudo se nunca tiveram contacto com um regime democrático que defenda, independentemente do sexo ou género, os valores da liberdade e da igualdade.

No romance, *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, de Pearl S. Buck, o irmão de Kwei-Lan, ao regressar da sua formação no Ocidente, recusa

²⁵A competência intercultural é a capacidade de interagir de forma eficaz e apropriada com pessoas de diferentes culturas.

seguir a tradição chinesa de um casamento arranjado e casa-se por amor com uma mulher ocidental. Por sua vez, esta mulher, ao entrar numa família tradicional chinesa, enfrenta um ambiente que lhe é completamente estranho. O choque cultural é evidente, pois não compreende os rituais, os costumes, o papel submisso reservado às mulheres, nem a autoridade absoluta que os mais velhos possuem:

“Entrou, direita, altiva, a cabeça erguida. O seu olhar cruzou-se com o da minha mãe, sem receio e sem sorriso. Levei as minhas mãos à boca para reprimir um grito. Porque não lhes explicara meu irmão como deveria apresentar-se ante uma pessoa de idade baixando os olhos?” (Buck, 1939:184)

Este exemplo reforça a ideia de que a adaptação a uma nova cultura envolve não apenas vontade e esforço por parte de quem chega, mas também abertura e acolhimento por parte da sociedade. No caso da mulher estrangeira, Mary, o processo de adaptação é dificultado precisamente pelas rígidas normas culturais do meio em que tenta integrar-se, e pela falta de conhecimento da sua identidade e dos seus valores. “Um dia, na minha terra, tinha-lhe eu dito que me faria para êle uma chinêsa, uma ... fosse o que fosse. Agora não posso! Sinto que já não posso! Ficarei americana para sempre” (Buck, 1939:219). Este contraste permite ao leitor perceber que a adaptação cultural exige esforço de ambos os lados, de quem chega e de quem recebe.

É através do conhecimento de outras culturas que se desenvolve a sensibilidade necessária para conhecer e aceitar essas diferenças, de maneira a facilitar uma atitude mais compreensiva perante o outro. Por essa razão, é essencial que quem trabalha de forma próxima com imigrantes não tenha apenas formação técnica ou profissional, mas também uma compreensão mais alargada da diversidade humana, de modo a conseguir interpretar o outro a partir da sua própria cultura, mas sempre a respeitar os seus valores morais, religiosos e éticos.

Mesmo perante as dificuldades envolvidas, o diálogo entre culturas é particularmente relevante nos dias de hoje, pois promove um intercâmbio constante de experiências, num processo em que ideias, valores e práticas são postos em causa. A interculturalidade revela o seu verdadeiro potencial quando deixamos de olhar o mundo apenas com os nossos olhos e passamos a perceber o valor que as coisas têm perante a experiência do outro. Esta torna-se mais profunda à medida que compreendemos melhor esses significados, sobretudo quando partilhamos modos de vida e práticas sociais,

inclusive nas redes sociais digitais, que hoje influenciam as formas como as pessoas se relacionam e comunicam.

Diante deste cenário, o leitor pode questionar-se se vale realmente a pena o esforço de manter esta diversidade cultural, que à primeira vista parece contrariar o ideal de igualdade, um dos fundamentos das sociedades democráticas. A verdade é que, depois de séculos de luta pela igualdade e pelo reconhecimento de que todos somos iguais em direitos, percebemos que também somos diferentes, e que, além disso, temos o desejo de manter essas diferenças vivas. A diversidade que distingue cada ser humano é precisamente o que nos permite ver os mesmos problemas, por ângulos diferentes e encontrar soluções variadas. É, provavelmente, uma das maiores riquezas intangíveis da humanidade. Por isso, é fundamental que haja políticas e iniciativas que protejam essa pluralidade, pois uma sociedade diversa é uma sociedade mais flexível, com maior capacidade de adaptação às mudanças. No entanto, para que essa diversidade seja uma verdadeira vantagem, é necessário que as várias comunidades que a compõem estejam ligadas entre si, por relações sólidas, que garantam coesão e partilha.

3. A Cultura no Oriente e no Ocidente em *East Wind: West Wind*

Conforme indicado anteriormente, a palavra “cultura” deriva do latim *cultura*, cujo significado inicial estava relacionado com o cultivo da terra. Com o passar do tempo, a partir do século XV, o termo alargou-se gradualmente e passou a referir-se também ao cultivo da mente e do espírito humano. Desde então, muitos pensadores procuraram formular uma definição abrangente e satisfatória de cultura, consoante as respetivas áreas do saber. Contudo, até hoje, não se alcançou um consenso universal quanto a esta definição. Apesar da ausência de uma definição unânime, é geralmente aceite que a cultura constitui um fenómeno social, resultante de uma construção desenvolvida ao longo do tempo e, simultaneamente, um fenómeno histórico que representa a acumulação da experiência social. Como afirmam Godoy e Santos, “a cultura explora os recursos do mundo exterior para fornecer materiais e tornar a vida mais segura, contínua e duradoura” (Godoy e Santos, 2014:23). Esta perspetiva reforça a ideia de que a cultura não se limita apenas a expressões simbólicas ou artísticas, mas envolve também práticas concretas que permitem à sociedade adaptar-se, organizar-se e garantir a sua sobrevivência ao longo das gerações.

Por sua vez, a cultura abrange vários elementos, como a história, a geografia, os costumes, as tradições, os estilos de vida, as práticas literárias, as artes, as normas de conduta, e os modos de pensamento entre outros. Representa, uma ideologia herdada e partilhada, que atua como forma de comunicação e de organização social dentro de uma comunidade. Para além da dimensão simbólica e identitária, a cultura exerce uma função objetiva, pois regula e controla as diversas regras que orientam tanto a vida económica como a vida política. Inclui igualmente as ciências naturais, enquanto estruturas normativas do comportamento humano em relação à natureza, bem como os códigos éticos e religiosos que regulam os interesses sociais. O seu progresso contínuo permitiu à humanidade transformar o meio ambiente para o tornar mais favorável às suas necessidades e modificar os próprios comportamentos como forma de adaptação às condições envolventes.

No Oriente, em particular na China, o conceito de cultura é bastante complexo, pois está ligado à longa história, à filosofia e à espiritualidade do povo chinês. A palavra “cultura” em chinês é geralmente traduzida como 文化 (*wénhuà*), composta pelos caracteres 文 (*wén*), que remete para a escrita, a literatura, as artes e os valores

civilizacionais, e 化 (*huà*), que significa transformação ou mudança. Esta ideia mostra que a cultura é um processo dinâmico, onde os valores de uma sociedade são transmitidos e transformados ao longo do tempo.

Segundo a aplicação do *Dicionário Chinês Xinhua*²⁶, o conceito de cultura, numa conceção ampla, corresponde ao conjunto de bens materiais e espirituais produzidos ao longo da trajetória histórica da sociedade humana. Em termos mais específicos, remete para os elementos espirituais como a filosofia, a ciência, a literatura e a arte. Assim, a cultura abrange não apenas os aspetos tangíveis da civilização, mas também os valores, os modos de pensar e as expressões simbólicas que caracterizam um povo. A cultura chinesa, influenciada pelo pensamento confucionista, valoriza a ordem social, o respeito pelos mais velhos, a educação como caminho para alcançar a virtude e a ligação constante ao passado. A transmissão cultural ocorre através da linguagem, dos rituais, da medicina tradicional e da arquitetura, com o objetivo de influenciar o comportamento individual e coletivo. Este conceito estabelece uma espécie de ponte entre o indivíduo e a sociedade, entre o presente e os antepassados, assim como o ser humano e a natureza. Não se trata, portanto, de uma herança passiva, mas de uma prática viva, guiada por valores éticos e espirituais, no qual ideais como *ren* (humanidade) e *yi* (justiça moral) procuram construir uma sociedade harmoniosa e moralmente íntegra.

Ao contrário de algumas abordagens ocidentais, que tendem a associar a cultura à produção artística ou ao estilo de vida, a conceção chinesa atribui-lhe um papel central na organização da sociedade, ou seja, funciona como um regulador das normas e condutas que sustentam a harmonia coletiva. A sua continuidade histórica confere-lhe um profundo carácter identitário, que se expressa tanto nas práticas quotidianas como nas tradições filosóficas e espirituais. Além disso, destaca-se pelo forte respeito pela tradição e pela capacidade de transmitir valores ao longo de séculos, mesmo em contextos de fragmentação política ou de contacto com culturas estrangeiras. Simultaneamente, revela uma notável capacidade de adaptação onde incorpora elementos novos sem perder a sua essência.

De acordo com o modelo das dimensões culturais de Hofstede²⁷, a China apresenta características distintas em comparação com outras culturas ocidentais. Hofstede defende que “para compreender a cultura de um determinado país existem cinco dimensões

²⁶ https://play.google.com/store/apps/details?id=com.qiushui.android.app.chdir&hl=pt_PT

²⁷ Geert Hofstede (1928–2020) foi um psicólogo social holandês conhecido por seu trabalho pioneiro na análise das diferenças culturais entre países.

culturais que se devem analisar” (Pires,2020:149). Isto é, trata-se de cinco categorias que ajudam a entender como os valores culturais influenciam o comportamento dos indivíduos em diferentes países. Cada dimensão representa um espectro de atitudes e práticas sociais. A elevada distância do poder na China revela uma aceitação natural das hierarquias, visível tanto nas relações familiares como nas organizações, ao contrário de muitas sociedades ocidentais que tendem a promover maior igualdade e participação. Segundo a dimensão individualismo *versus* coletivismo, a China posiciona-se como uma sociedade coletivista, em que o bem-estar do grupo e a coesão social são prioritários. Por oposição, nas sociedades ocidentais observa-se uma valorização da autonomia individual, liberdade de escolha e da realização pessoal como pilares da identidade. Relativamente à dimensão da masculinidade, a cultura chinesa adota uma orientação moderada, onde equilibra a ambição com a preocupação pelo bem-estar dos outros, sobretudo no contexto familiar. Já as culturas mais patriarcais, como a norte-americana, evidenciam maior competitividade e assertividade. A sociedade chinesa demonstra uma elevada tolerância à incerteza, refletida numa abordagem adaptativa e pragmática perante as transformações sociais, políticas e económicas. Em contrapartida a países como Portugal, que preferem estruturas mais rígidas e previsíveis. Por fim, a orientação a longo prazo constitui um dos traços mais marcantes da cultura chinesa. Influenciada pelo pensamento confucionista, valoriza a perseverança, a poupança e o planeamento estratégico, em contraste com a preferência ocidental por resultados imediatos e recompensas a curto prazo. Em suma, a cultura chinesa destaca-se por valorizar a hierarquia, o coletivo, a adaptação e uma visão de futuro, refletindo uma herança milenar que continua a moldar o comportamento social e organizacional:

“ (...) segundo as dimensões culturais de Hofstede, a China tem uma sociedade onde existe um grande distanciamento em relação ao poder e uma generalizada aceitação da desigualdade; é uma sociedade pragmática que se sente confortável com a ambiguidade e a incerteza do futuro; é uma sociedade masculina orientada para o trabalho e para o sucesso; tem um sentido coletivista onde as relações pessoais se sobrepõem e as normas dos grupos determinam os comportamentos dos seus elementos; é orientada para o longo prazo, guiada por valores como a perseverança, a manutenção da ordem e o respeito pelos estatutos sociais; e é também uma sociedade onde as normas sociais tendem a restringir as atitudes das pessoas e a recomendar humildade e comedimento.”(Pires, 2020:151)

Como sintetiza Pires (2020), a sociedade chinesa mantém uma grande distância em relação ao poder, aceita a desigualdade, valoriza o trabalho, o sucesso, o sentido coletivo, a manutenção da ordem e o respeito pelos estatutos sociais, enquanto adota a humildade. Estes valores, aliados à capacidade de adaptação, explicam a resiliência cultural da China e a sua coesão social. Esta ideia contrasta com muitas culturas ocidentais, que tendem a dar mais atenção ao indivíduo, à igualdade nas relações e aos resultados imediatos. Ao compreendermos estas diferenças, conseguimos entender melhor a cultura chinesa.

A cultura nas chamadas sociedades tradicionais apresenta características próprias, embora o conceito seja alvo de críticas, pois a oposição entre sociedades tradicionais e industrializadas revela-se simples, dadas às semelhanças que partilham. Nessas sociedades, as mudanças eram lentas e as soluções consolidadas pela experiência, mantinham-se por longos períodos, sustentadas pela autoridade dos mais velhos e pela memória coletiva. Esse fenómeno foi particularmente evidente na China, “que, durante milénios, encontrou respostas para as mais variadas situações e se manteve fechada na óptica ocidental” (Amaro, 1998:32). As ideias que sustentavam essa estabilidade foram concebidas pela Escola Confucionista²⁸, que alcançou o auge nas dinastias Song²⁹ e Ming³⁰, mantendo-se presentes em várias comunidades chinesas até meados do século XX.

A religião também desempenha um papel importante na formação da cultura. Na China, as tradições religiosas e filosóficas como o confucionismo, o taoísmo e o budismo influenciam profundamente o modo como os chineses pensam, vivem e se relacionam com o mundo. Mais do que simples crenças espirituais, estas correntes definem valores morais, normas sociais e formas de convivência, o que revela uma forte ligação entre a religião e a cultura. Juntas formam os chamados “três caminhos”, pilares que moldam a ética, a espiritualidade e a forma como se compreende o mundo na tradição chinesa. De acordo com Gonçalves, a religião “é uma das manifestações da acção humana que ora se distancia da cultura, ora nesta se deixa diluir, mesmo que possa, eventualmente, ter uma

²⁸Fundada no século VI a.C., e desenvolvidas pelo Neo-confucionismo.

²⁹A dinastia Song foi fundada por Zhao Kuangyin, que unificou a China depois do período das Cinco Dinastias e Dez Reinos. Esta dinastia destacou-se pelos avanços culturais, económicos e tecnológicos significativos e consolidou o Neo-confucionismo como a principal filosofia oficial.

³⁰A dinastia Ming foi fundada por Zhu Yuanzhang, que derrubou a dinastia Yuan e restabeleceu o governo chinês tradicional. Ficou conhecida pelo fortalecimento do Estado, revitalização cultural e pelo patrocínio das artes, além de manter e expandir as tradições confucionistas que influenciaram a sociedade chinesa até ao século XX.

procedência não estritamente cultural” (Gonçalves, 2012:317). Isto é, a religião constitui uma expressão da ação humana que, em determinados contextos, se afasta da cultura, mas continua a manter uma lógica própria. Noutras situações, integra-se na cultura onde se molda pelos valores e práticas sociais. Ainda que possa ter origens que ultrapassam o domínio cultural, a religião interage de forma constante com os elementos culturais de cada sociedade, influencia e é influenciada por eles. Na China, esta interação manifesta-se de forma clara na tradição confucionista, onde rituais como a homenagem aos antepassados combinam com as dimensões espirituais e culturais e reforçam valores como o respeito, a continuidade familiar e a identidade coletiva. Mesmo que haja indivíduos que não se identifiquem com uma religião formal, estas mantêm essas práticas como parte da sua cultura. No Ocidente, por outro lado, a religião tende a estar mais separada da cultura quotidiana. A religião ocidental é habitualmente considerada como uma escolha pessoal, centrada na fé individual e na adesão consciente a determinadas crenças, enquanto na China, assume uma forma mais difusa, fundindo-se com a cultura e expressando-se através de práticas éticas e comunitárias.

Desde os tempos mais antigos, três doutrinas têm coexistido como referências fundamentais do pensamento chinês. Entre essas correntes, o confucionismo revela-se fundamental na construção da ética e da ordem social, ao estabelecer princípios que regem o comportamento coletivo e sustentam as relações interpessoais. O confucionismo refere-se a uma corrente filosófica fundada a partir dos ensinamentos de Confúcio³¹, cujas ideias foram preservadas pelos seus discípulos desde o século V a.C. Esta corrente viria a ser elevada ao estatuto de doutrina oficial, especialmente entre as elites governantes. Confúcio acreditava que o céu e os antepassados eram entidades sagradas protetoras da conduta humana, e defendia que a dignidade de cada cidadão se revela na forma como trata os outros. Demonstrava grande interesse pela política, pois via uma expressão concreta da ética aplicada à vida pública. Para este filósofo, a educação e o governo justo eram essenciais para garantir a harmonia social e o desenvolvimento virtuoso da comunidade:

“acreditava na educação como processo relacionado ao ser humano no sentido de que objetivos e comportamentos são moldados e realizados dentro da estrutura familiar, não havendo sentido de recompensa em vida

³¹Confúcio (551–479 a.C.) foi um filósofo chinês que fundou o Confucionismo. Os seus princípios, compilados na sua coletânea de aforismo *Analectos*, promovem a educação, o cultivo das virtudes e o cumprimento dos deveres sociais como caminho para uma sociedade equilibrada.

posterior a morte. Aí entra o conceito de aprender, ou seja, a formação do indivíduo; através da autodisciplina, ele chega ao conhecimento e à prática da virtude, descobre sua autêntica natureza.” (Simões, 2011:82)

Ao longo dos séculos, o confucionismo assumiu características de uma religião cívica, sendo promovido pelo Estado e, por vezes, imposto em detrimento de outras crenças. Baseado em princípios éticos e morais, transmitia valores como o respeito, cortesia, dever, sabedoria e generosidade, com especial honra aos anciãos e à memória dos antepassados. A doutrina valorizava a construção de um ambiente harmonioso e equilibrado no seio familiar e social, tendo como bases o *yin* e o *yang*³². Invés de se focar na promessa de uma vida após a morte, valorizava o comportamento virtuoso do presente e promovia uma visão humanista em que a ética se refletia nas relações familiares, sociais e institucionais.

Após milhares de anos de desenvolvimento do pensamento confucionista, apesar de terem surgido diferentes interpretações, as ideias principais mantiveram-se sempre as mesmas. Pensadores como Dong Zhongshu³³ e Wang Yangming³⁴ basearam-se nos cinco valores éticos que influenciaram durante séculos a forma de pensar e de agir do povo chinês. Estes princípios eram considerados fundamentais no confucionismo, pois representavam a benevolência (仁), justiça (义), respeito (礼), sabedoria (智) e honestidade (信). Estes pilares, presentes nos *Analectos* de Confúcio, serviam como base para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada:

“É um livro muito conhecido por todo o mundo, e é maioritariamente o resultado da junção de trocas de palavras que Confúcio tinha com os seus discípulos. (...) São a verdadeira porta de entrada para os pensamentos deste filósofo. É graças a esta compilação de pequenas conversas e reflexões pessoais que os valores morais e ensinamentos de Confúcio conseguiram atravessar os séculos.” (Moura, 2014:10)

³²*Yin* e *Yang* são forças opostas e complementares da filosofia chinesa, cuja interação mantém o equilíbrio do universo. O Yin simboliza a escuridão, o feminino, o frio e a passividade, enquanto o Yang a luz, o masculino, o calor e a atividade.

³³Dong Zhongshu (179–104 a.C.) foi um filósofo e político da dinastia Han que estabeleceu o confucionismo como ideologia oficial do Estado chinês. Uniu os ensinamentos de Confúcio com ideias do taoísmo e da cosmologia Yin-Yang, defendendo que o imperador devia agir em harmonia com o Céu para garantir a ordem e a justiça na Terra.

³⁴Wang Yangming (1472–1529) foi um filósofo, militar e funcionário da dinastia Ming, reconhecido como um dos principais pensadores do neoconfucionismo. Criador da Escola da Mente, defendeu o conhecimento inato e a unidade entre saber e agir, valorizando a intuição moral como guia para a conduta ética.

Antes do surgimento das ideias confucianas, o pensamento taoista já se encontrava presente na tradição chinesa, tendo como principal referência Lao-Tsé³⁵ e a sua obra *Tao Te Ching*. Apesar de terem métodos diferentes, ambas as correntes compartilham alguns princípios básicos, como a importância da simplicidade, da harmonia e de uma vida ética. O taoísmo influenciou o pensamento de Confúcio, especialmente na forma como este concebeu a relação entre o indivíduo e a natureza. Essa proximidade revela que, embora tenham seguido caminhos distintos, o Confucionismo não surgiu de forma isolada. As suas bases vêm de tradições espirituais mais antigas, que já procuravam entender formas de compreender a ordem universal e o papel ético do ser humano no mundo. Os seguidores do Taoísmo procuravam alinhar-se com as forças da natureza, afastando-se das preocupações do dia a dia e do apego aos bens materiais. Valorizam o equilíbrio e a harmonia na vida pessoal, e acreditam que a paz interior se alcança através da compreensão profunda da existência.

Esta doutrina apresenta duas vertentes principais, uma de carácter religioso, centrada no culto às divindades e na procura contínua do *Tao* e outra voltada para o corpo e para a mente, associada a práticas de vida saudável, de meditação e de exercício físico, no qual o seu objetivo é promover uma existência equilibrada e natural. O Taoísmo religioso, conhecido como *Tao-Chiao*, abrange diversas correntes espirituais, onde inclui seitas que procuram alcançar o *Tao*, entendido como um caminho universal, através de práticas como a meditação, a liturgia³⁶ e a alquimia³⁷. Esta vertente manifesta uma forte preocupação com a harmonia das energias fundamentais, que gerem o universo. No Taoísmo, os indivíduos que atingem a imortalidade e um estatuto divino devido às suas realizações em vida são vistos como deuses pessoais.

A obra *Tao Te Ching* lançou os fundamentos do pensamento taoista e permanece como um dos pilares da tradição filosófica chinesa. Algumas traduções feitas, como o *Tratado do Caminho e da Virtude* (2019), explicam que o *Tao* constitui o princípio fundamental da filosofia taoista, sendo frequentemente traduzido como caminho ou via.

³⁵Lao-Tsé foi um sábio chinês que viveu há mais de dois mil anos e é considerado o pai do Taoísmo. Em “*Tao Te Ching*”, Lao-Tsé diz que o *Tao* é uma força invisível que guia tudo no mundo e mantém tudo em equilíbrio. Para ele, a verdadeira sabedoria está em viver com leveza, respeitar o ritmo natural das coisas e evitar ações forçadas que perturbem a harmonia do mundo.

³⁶A liturgia no Taoísmo consiste num conjunto de rituais que visam a ligação entre o ser humano e o mundo espiritual, promovendo harmonia com o *Tao*. Inclui cerimónias de purificação, oferendas e distribuição, realizadas com cânticos, mantras, gestos simbólicos e oferendas como incenso, flores, água e alimentos.

³⁷A alquimia no Taoísmo é uma prática espiritual e filosófica que visa alcançar a imortalidade e a harmonia com o universo. Procuram o equilíbrio entre Yin e Yang e consideram a purificação interior como um caminho para alcançar a longevidade e a perfeição espiritual.

Não representa uma entidade divina, mas sim a ordem natural e invisível que rege o universo, a origem de todas as coisas e o fluxo constante da existência:

“Tao é um caminho que veio de um passado que não teve início e se estende para um futuro infinito. Tao, como caminho, representa o elo que liga todos os tempos. É um caminho da infinidade, que rompe a barreira do tempo e do espaço (...) Caminho é aquilo que conduz de um ponto a outro, desse modo, o Tao pode ser entendido também como um processo de transformação.” (Chén, 2019:11)

Seguir o *Tao*, para os taoistas, é viver em sintonia com o curso natural da vida e valorizar a harmonia e a simplicidade sem interferir nas coisas. O *Tao* representa o ser humano como um todo e a origem de tudo, inclusive da própria consciência humana. No Taoísmo, o cuidado com o corpo está intimamente ligado ao silêncio e ao vazio da mente, considerados essenciais para alcançar o equilíbrio. Ao atingir essa serenidade, torna-se possível compreender os ciclos da vida e perceber as transformações do mundo de forma ampla e profunda. Acredita-se que, quando uma pessoa se afasta das distrações e alcança um estado de calma interior, é possível viver em paz e em equilíbrio consigo próprio. Esse pensamento está em consonância com o princípio *Wu Wei*³⁸, que defende o curso natural das coisas sem intervenção forçada. Assim, de acordo com a filosofia taoista, a vida deve ser vivida com leveza e naturalidade, de forma a respeitar o ritmo da natureza e evitar ações forçadas.

À semelhança do Taoísmo, que valoriza a harmonia com o fluxo natural da existência, o Budismo propõe uma compreensão profunda da realidade como um caminho para a paz interior. Fundado no século VI a.C., por *Siddhārtha Gautama*³⁹, o Buda, esta filosofia não se baseia apenas na devoção de divindades, mas sim na experiência pessoal de superação do sofrimento. Após a morte de Buda, o Budismo passou por diversas transformações, espalhando-se por todos os continentes. Atualmente, é reconhecido como a quinta religião com maior número de praticantes a nível mundial. De acordo com a tradição, *Siddhārtha Gautama* nasceu em Lumbini⁴⁰, como príncipe do clã *Sakya*⁴¹, entre

³⁸*Wu Wei* traduzido como “não ação” ou “ação sem esforço” “é um princípio central do Taoísmo que propõe agir em harmonia com o fluxo natural do universo, sem interferência.

³⁹*Siddhārtha Gautama* (c. 563–483 a.C.), conhecido como Buda, foi um príncipe indiano que renunciou à vida de luxo para buscar a iluminação espiritual.

⁴⁰Lumbini é um local sagrado situado no Nepal, reconhecido como o local de nascimento de *Siddhārtha Gautama*, o Buda.

⁴¹O clã *Sakya* foi um grupo aristocrático do nordeste da Índia. É conhecido por ter dado origem a *Siddhārtha Gautama*, o Buda, também chamado de *Shakyamuni*, “o sábio dos *Sakya*”. O clã vivia na região de *Kapilavastu*, perto do atual Nepal, e organizava-se como uma república oligárquica.

os séculos VI e V a.C. Na juventude, viveu rodeado de luxo, protegido pelo pai que desejava vê-lo como futuro imperador. Aos 24 anos, saiu do palácio e deparou-se com um idoso, um doente, um morto e um ermitão. Este momento expôs-lhe a realidade do sofrimento humano e motivou-o a renunciar tudo para procurar respostas sobre a vida e seguir um caminho espiritual. Aos 35 anos, retirou-se para meditar sob uma figueira sagrada, hoje conhecida como *Árvore Bodhi*⁴², onde permaneceu em silêncio profundo durante sete semanas. Foi neste período que atingiu o estado de iluminação e adquiriu uma compreensão renovada sobre a natureza da vida e do sofrimento. A partir desse despertar espiritual, Siddhārtha Gautama iniciou a partilha dos seus ensinamentos na região central do rio Ganges, onde reuniu vários discípulos e fundou a tradição budista. Entre esses ensinamentos, destacam-se as Quatro Nobres Verdades e o Nobre Caminho Óctuplo. Em primeiro lugar, as Quatro Nobres Verdades afirmam que o sofrimento faz parte da vida. O termo *dukkha* expressa essa condição, sendo traduzida como insatisfação, angústia ou desconforto. Em segundo lugar, identificam o desejo e o apego como a sua origem. Em terceiro, afirmam que é possível acabar com o sofrimento ao eliminar esses impulsos, e por fim, apresentam o caminho para essa libertação, o Nobre Caminho Óctuplo. Este caminho propõe oito práticas que guiam o indivíduo rumo ao despertar espiritual e para isso divide-se em três grandes dimensões, a sabedoria, a conduta ética e a disciplina mental. Ao seguir este percurso, o praticante cultiva a compreensão da realidade, a virtude e a serenidade interior, aproximando-se do estado de *nirvana*⁴³, ou seja, da libertação definitiva do sofrimento. O conceito de *Dharma*, que significa *Karma*, assume um papel central na filosofia do Budismo. O *karma* é entendido como a lei da causa e efeito que comanda a vida, pois cada ação intencional, seja através de pensamentos, palavras ou comportamentos, gera consequências que se manifestam no futuro e influencia o bem-estar ou o sofrimento de quem as pratica. Importa destacar que Buda não é considerado um Deus, mas sim um mestre espiritual. Os seus seguidores prestam-lhe homenagem sem recorrer à veneração típica de outras religiões. Este, “é o pai de todo o mundo e todos os seres humanos são filhos de Buda, sendo Ele a mais venerável das deidades” (Kyokai, 2024:32). No Budismo, a liberdade de crença é

⁴²Árvore *Bodhi* é considerada sagrada no budismo por ser considerado o local onde *Siddhārtha Gautama* alcançou a iluminação e se tornou Buda. Localizada na Índia, pertence à espécie *Ficus religiosa* e tornou-se símbolo de sabedoria, despertar espiritual e meditação.

⁴³*Nirvana* é o estado supremo de libertação espiritual, alcançado quando se extinguem o desejo, o sofrimento e o ciclo de renascimentos (*samsara*). Representa a paz absoluta, a ausência de apego e a realização plena da verdade.

respeitada, desde que o indivíduo viva em consonância com os princípios da doutrina. Pode afirmar-se que, a prática budista valoriza o silêncio como forma de sabedoria, pois afasta as preocupações, criando-se espaço para a libertação do sofrimento interior e conquista da verdadeira serenidade:

“O budismo é muitas vezes descrito como um humanismo espiritual, uma doutrina centrada no homem (e não em Deus, nos deuses ou no mundo). Segundo a definição clássica que vamos abordar na primeira parte, os seus três pilares são a moralidade, a meditação e a sabedoria, e as suas três «jóias» o Buda, o Darma* (ou doutrina) e o sangha* (ou comunidade dos fiéis). São estes últimos que constituem o objecto da confissão de fé búdica, os «três refúgios», cerimónia no curso da qual o postulante declara:
No Buda me refugio
No Darma me refugio
No sangha me refugio.” (Faure, 1996:8)

Por sua vez, a religião na Europa Ocidental, embora marcada por uma forte tradição católica, revela atualmente uma diversidade crescente que reflete as transformações sociais e culturais do país. As crenças ocidentais encaram a história da humanidade e do mundo como algo que tem um início e um fim. Deus é o único criador de tudo o que existe e detentor de todo o poder. Ele quem salva o ser humano do pecado, sendo o homem visto como instrumento da sua vontade.

O Cristianismo baseia-se na fé e nos princípios de Jesus Cristo, do Espírito Santo e de Nossa Senhora. Para os cristãos, Jesus é o Messias, o Filho de Deus e o criador de todas as coisas. Esta religião teve um impacto significativo no ocidente, onde influenciou os domínios da cultura, da religião, ética, política, economia, literatura, moral e dos costumes. Surgiu no século I d.C., na Judeia, no tempo do Império Romano, tendo como figura central Jesus de Nazaré, enviado para redimir e salvar a humanidade. A fé cristã fundamenta-se na vida, nos mandamentos, na morte e na ressurreição de Jesus Cristo:

“Cristo não apresentou como filósofo. O Cristianismo não é uma filosofia. Cristo apresenta-se como fundador da religião. O Cristianismo é uma religião. Cristo não se dirige só à inteligência, com argumentos de razão, para demonstrar a veracidade das coisas. (...) Exige *fé na sua pessoa e na sua doutrina*.” (Sanson, 1988:41)

Os princípios cristãos assentam em valores como o amor ao próximo, o perdão, a justiça, a humildade e a fé num Deus único. A *Bíblia*, composta pelo Antigo e pelo Novo Testamento, é a principal fonte do Cristianismo e contém os textos considerados sagrados

pelos fiéis. A oração ocupa um lugar central na vida dos crentes. Mais do que um ritual formal, é um diálogo íntimo e sincero com Deus, que envolve também a escuta. Para os cristãos, a oração é um canal essencial de comunicação com Deus, através do qual podem desenvolver uma relação pessoal com o Pai, com Cristo e com o Espírito Santo. É uma forma de partilhar sentimentos, fazer pedidos e confiar plenamente nas promessas divinas. Acredita-se que, ao orar com fé, Deus escuta e responde.

Na tradição católica, Maria, conhecida como Nossa Senhora, ocupa um lugar de destaque enquanto mãe de Jesus Cristo. A sua figura representa o ideal da fé, da obediência e da pureza. Ao aceitar conceber Jesus através do Espírito Santo, Maria tornou-se um exemplo de fé e de obediência. O Espírito Santo, por sua vez, é a terceira pessoa da Santíssima Trindade, juntamente com o Pai (Deus) e o Filho (Jesus Cristo). Este representa a presença ativa de Deus no mundo, a força que inspira, orienta e transforma os crentes. Tanto Nossa Senhora como o Espírito Santo ocupam papéis centrais na vivência da fé cristã, não só em termos teológicos, mas também na prática espiritual quotidiana dos crentes, sobretudo nas expressões do catolicismo tradicional.

Ao longo da história, o Cristianismo dividiu-se em diversas vertentes entre as quais se destacam três grandes ramos, o Catolicismo, a Igreja Ortodoxa e o Protestantismo. A Igreja Católica Romana é a maior entre todas as igrejas cristãs a nível mundial, contando com cerca de mil milhões de fiéis. Esta igreja teve um papel de grande relevo ao longo da história mundial. No que diz respeito à tradição e à cultura portuguesa, é evidente a forte influência da religião católica. Alias, muitos feriados nacionais têm origem na fé cristã, como a Páscoa, o Natal e a Sexta-Feira Santa. A Igreja Católica continua a desempenhar funções sociais relevantes na sociedade portuguesa, sendo particularmente presente na vida comunitária. A fé católica mantém-se viva no quotidiano de muitas famílias, sobretudo entre os mais idosos, que continuam a assistir à missa aos domingos.

Em 1054, a Igreja Ortodoxa separou-se da Igreja Católica no chamado Cisma do Oriente⁴⁴, motivada por diferenças ideológicas, políticas e culturais e estabeleceu a divisão entre o Cristianismo ocidental e oriental. A ortodoxia preserva com rigor as tradições litúrgicas herdadas da Igreja primitiva, no qual atribui grande importância à

⁴⁴O Cisma do Oriente, ou Grande Cisma, foi a rutura definitiva da Igreja Cristã em 1054 a partir desse momento, o cristianismo dividiu-se em dois grandes ramos: no Ocidente, formou-se a Igreja Católica Apostólica Romana, liderada pelo Papa; no Oriente, estabeleceu-se a Igreja Ortodoxa, sob a autoridade do Patriarca de Constantinopla.

fidelidade e à fé apostólica, transmitida desde os primeiros discípulos de Cristo. Não existe uma figura central como o Papa, em vez disso, a Igreja Ortodoxa é composta por várias igrejas autocéfalas (isto é, independentes entre si), como as igrejas ortodoxas da Grécia, da Rússia, entre outras. O culto ortodoxo mantém uma forte presença na Europa Oriental, na Rússia e no Médio Oriente, onde continua a desempenhar um papel central na vida espiritual e cultural das comunidades:

“A Igreja Ortodoxa, separada assim da Igreja romana, estabeleceu uma hierarquia, uma disciplina que lhe são próprias. Substitui a autoridade única do Papa, pela responsabilidade dividida do Concílio ecumênico. (...) Conserva os mesmos sacramentos que a Igreja romana, mas distribui a Eucaristia sob as duas espécies. Do ponto de vista disciplinar, aceita o matrimônio dos padres mas proíbe-lhes segundas núpcias, e reconhece a instituição monástica. Do ponto de vista litúrgico, por fim, emprega nas cerimônias a língua nacional.” (Aegerter,1966:99)

Por sua vez, a Igreja Protestante nasceu no século XVI, com a Reforma iniciada por Martinho Lutero⁴⁵, na Alemanha, como reação a diversas práticas e doutrinas da Igreja Católica. Em 1517 escreveu as 95 teses, uma lista de afirmações que deram início à Reforma Protestante, uma separação da Igreja Católica que transformou profundamente o rumo da Europa. Este achava, por exemplo, que era errado a Igreja cobrar dinheiro para perdoar pecados (chamava-se venda de indulgências) e que o Papa tinha poder a mais. Lutero acreditava que as pessoas deviam ler a *Bíblia* por si mesmas e que cada indivíduo podia ter uma ligação direta com Deus, sem precisar tanto dos Padres ou de rituais da Igreja. Por isso, iniciou um movimento que ficou conhecido como Reforma Protestante:

“Nos anos anteriores a publicação de suas famosas 95 teses, Lutero produziu diversos escritos e preleções como professor de Wittenberg. Ainda que esses escritos tenham fundamentado o pensamento de Lutero para o futuro projeto de Reforma, não haviam em suas obras nada que indicasse o caminho que seria seguido. Deste momento de Lutero, destaca-se principalmente a forma como ele defendia a interpretação bíblica. Para ele, a Bíblia só pode ser compreendida a partir da experiência religiosa, pondo em prática o que foi aprendido nela através da fé. Com a publicação das 95 teses em 1517, a repercussão foi bem grande. Um professor universitário estava levantando a discussão sobre o sistema de indulgências e sua validade para a salvação.” (Faller, 2019:31)

⁴⁵Martinho Lutero (1483–1546) foi um monge e teólogo alemão que liderou a Reforma Protestante no século XVI. Contestou práticas da Igreja Católica e defendeu que a salvação se alcança apenas pela fé (*sola fide*) e que a Bíblia é a única fonte de autoridade religiosa (*sola scriptura*). Em 1517, publicou as famosas 95 Teses, iniciando um movimento que deu origem ao protestantismo.

A partir desse movimento, formaram-se novas igrejas cristãs distintas da Igreja Católica. Todas essas igrejas compõem o que se denomina de Protestantismo. Os seus seguidores fixaram-se principalmente no norte da Europa, nos Estados Unidos e em algumas partes de África e da Ásia.

No entanto, importa salientar que o Cristianismo não se trata da única tradição monoteísta com raízes históricas. O Judaísmo, religião ancestral do povo hebreu, é uma das mais antigas tradições monoteístas que exerceu forte influência sobre o cristianismo. Presente em diversas regiões da Europa, da América e de outras partes do mundo, o Judaísmo mantém uma identidade religiosa, cultural e filosófica própria, sustentada por textos sagrados e por práticas e rituais que remontam à Antiguidade. Esta doutrina está ligada à história do povo hebreu, marcada pela convicção de que Deus estabeleceu uma aliança com eles, escolhendo-os como seu povo. A ligação com o divino influencia diretamente o modo como os fiéis vivem a sua religiosidade, sendo difícil separar os valores éticos da dimensão espiritual, pois toda conduta humana é orientada pela Lei de Deus, que estabelece normas para uma vida justa e solidária. Os judeus acreditam num único Deus, *Jeová* ou *Iavé*, criador do universo, que guia a humanidade através dos seus ensinamentos, com base no amor, na solidariedade e no respeito para com o próximo. O *Torá*, mais do que um simples livro sagrado, é considerado o elo da relação entre Deus e o povo judeu e constitui a base espiritual, moral e cultural que orienta a vida dos crentes:

“A religião judaica, caracteriza-se por ser uma religião de prática. O judaísmo não é somente uma religião monoteísta, mas sim, também, uma fé composta por leis e costumes que guiam o judeu em sua vida diária: desde o despertar até o fim do dia. No judaísmo, a fé não está ausente da vida, ela é parte integrante desta.

Por este motivo, há quem defina o judaísmo como um "monoteísmo ético". A razão se deve ao fato desta fé não se limitar, apenas, ao campo da teologia, mas sim, e principalmente, ser aplicada no dia a dia, transformando os atos da pessoa em um conjunto de ações morais.” (Birnbaum e Freund, 2015:7)

A morte, no Judaísmo, é vista como parte do plano divino e como passagem para outra forma de existência, reservada àqueles que viveram com dignidade. O respeito pelos mortos manifesta-se através de rituais específicos, como o *taharat*, que representa a purificação do corpo e expressa a honra e consideração pelo falecido. Esta cerimónia é

realizada por membros da *Chevra Kadisha*⁴⁶, responsáveis por preparar o corpo de maneira digna e conforme as suas tradições. O funeral decorre com sobriedade, sem ostentação, flores ou música e inclui gestos simbólicos como o lançamento da terra sobre o túmulo. A memória do falecido continua a ser honrada ao longo do tempo, especialmente no aniversário da sua morte, quando se acende uma vela e se recita o *Kadish*, uma oração que reafirma a fé em Deus. Essas práticas reforçam os valores de reverência à vida, dignidade humana e continuidade espiritual que são fundamentais na tradição judaica.

Por sua vez, o Islamismo, uma das maiores religiões monoteístas do mundo, surgido no século VII, assenta na ideia de entrega total à vontade de Deus, a quem os muçulmanos chamam de *Alá*. O termo “islamismo” significa rendição e submissão à vontade de Deus. Para além da sua dimensão religiosa, este termo refere-se também a um modelo de vida abrangente, que estrutura a sociedade, a cultura e a civilização dos povos muçulmanos. A sua origem está associada ao profeta *Maomé* que, segundo a tradição, recebeu de *Alá* revelações transmitidas pelo Arcanjo Gabriel. Estas mensagens tinham dois propósitos essenciais: incentivar a humanidade a respeitar e a venerar *Alá* e a vinda deste, um dia, para punir os homens de acordo com as suas leis e crenças. O *Alcorão*⁴⁷, livro sagrado do Islão, reúne as revelações divinas e atua como guia para a conduta ética, espiritual e social dos muçulmanos. Desde o nascimento até à morte, cada crente segue este código religioso, que prepara para o juízo final. A prática islâmica baseia-se em cinco pilares fundamentais: a profissão de fé, as orações diárias, a ajuda aos mais necessitados, o jejum durante o mês do Ramadão e a peregrinação à cidade sagrada de Meca⁴⁸. Estes pilares refletem a submissão total à vontade de *Alá* e definem a identidade espiritual e comunitária dos fiéis:

“O culto muçulmano é simples. Quanto ao essencial, resume-se em cinco práticas pias, designadas pelo nome de colunas do Islã: confessar que só existe um deus, *Alá*, e que *Maomé* é seu profeta; entregar-se a exercícios religiosos, orações, genuflexões, saudações em direção a Meca, em horas regulares; dar esmola, isto é, hoje, pagar uma espécie de imposto destinado aos pobres; praticar jejuns atualmente agrupados no mês inteiro do

⁴⁶*Chevra Kadisha* (do hebraico “sociedade sagrada”) é uma organização judaica dedicada à preparação dos corpos para o enterro, segundo os rituais e leis religiosas do Judaísmo.

⁴⁷O *Alcorão* é o texto sagrado do Islão, visto pelos muçulmanos como a palavra direta e final de Deus (*Alá*), transmitida ao profeta *Maomé* ao longo de 23 anos. Composto por 114 capítulos (*suras*), orienta a vida espiritual, moral e jurídica dos fiéis.

⁴⁸Meca é a cidade mais sagrada do Islão, localizada na Arábia Saudita. A entrada na cidade é permitida apenas a muçulmanos.

Ramadã; fazer, pelo menos uma vez na vida, a peregrinação a Meca. Outras prescrições completam essas. O muçulmano deve, com efeito, ser circuncidado, limitar-se a quatro mulheres, não adorar imagens, abster-se de carne de porco e de vinho. Mas o grande dever religioso, além dessas fórmulas e dessas práticas, consiste em subordinar completamente a própria vida à vontade de Alá, em amar Alá sobre todas as coisas.” (Aegerter, 1966:109)

No pensamento islâmico, a morte não significa o fim, mas sim uma transição para uma nova vida. Segundo a doutrina, cada ser humano terá um destino após a morte, que poderá ser o paraíso, reservado aos que viveram de acordo com os princípios de *Alá*, ou o inferno, destinado aos que rejeitaram a fé e desrespeitaram os princípios da religião. O julgamento divino determinará o destino eterno de cada alma, onde reafirma a justiça e a soberania de *Alá* sobre toda a criação.

Pearl S. Buck, ao ser criada na China como filha de missionários protestantes, manteve uma atitude crítica quanto à forma como o Cristianismo era apresentado em contextos culturais distintos. Embora respeitasse os princípios éticos e espirituais da fé cristã, Buck questionava a rigidez com que alguns missionários ocidentais tentavam converter os chineses, muitas vezes desconsiderando os valores e tradições locais. Para a autora, a religião deveria ser um instrumento de compreensão e não de dominação cultural:

“The diferente concepts of religion between the East and the West become a main source of cross-cultural conflict. Pearl Buck presented this sort of conflict in order to illustrate the importance of religious tolerance.” (Chao,1976: 30)

O Cristianismo teve uma presença intermitente na China desde o século VII, mas só ganhou maior expressão a partir do século XVI, com a chegada dos missionários jesuítas europeus. No entanto, nem sempre houve aceitação mútua, pois muitos chineses viam esta doutrina como uma religião estrangeira, associada à presença colonialista do Ocidente, sobretudo a partir do século XIX.

A obra literária *East Wind: West Wind* (*Vento do Oriente, Vento do Ocidente*) reflete essa preocupação com o diálogo intercultural e a valorização da espiritualidade oriental, em contraste com a imposição dogmática do Cristianismo ocidental. Revela, ainda de forma subtil os impactos da interculturalidade entre o Oriente e o Ocidente, sendo o Cristianismo um dos elementos centrais desse confronto. A personagem principal,

Kwei-Lan, representa a tradição chinesa, enquanto o seu marido, educado no Ocidente, encarna valores ocidentais, entre os quais se incluem influências da cultura cristã. O Cristianismo surge como pano de fundo da transformação de valores, especialmente nas questões familiares, espirituais e morais. Embora o livro não seja uma obra de carácter religiosa, é influenciado pela visão crítica e reflexiva de Buck sobre a tentativa ocidental de impor crenças e costumes numa sociedade com uma espiritualidade e ética próprias.

Apesar das diferenças doutrinárias e práticas, as religiões do Oriente e do Ocidente partilham preocupações comuns com a transcendência, a ética e o sentido da existência humana. O Ocidente tende a centrar-se num deus pessoal e transcendente, revelado em textos sagrados e associado à vida após a morte. Já o Oriente privilegia uma visão cíclica da existência, focada na harmonia universal, no autoconhecimento e na libertação espiritual. Em ambas as tradições, encontramos propostas de conduta e valores que moldam profundamente as culturas e sociedades onde se inserem:

“O contexto cultural influencia sobremaneira a definição de religião. Nas sociedades ocidentais, onde se associa a religião à relação com algo transcendente, ela é sistema mediador entre o homem e entidades superiores. O Ocidente, altamente marcado pela cultura judaico-cristã, releva o Deus único e transcendente. Nas sociedades orientais, budistas e hinduístas, a transcendência não está presente, mas antes o panteísmo, um deus em tudo. Assim, a religião não é ligação a algo superior e transcendente, mas à própria natureza, a todos os seres vivos. As enunciações aqui apresentadas privilegiarão o contexto ocidental.” (Coutinho, 2012:176)

Além das dimensões espirituais e filosóficas, é fundamental analisar o papel da mulher, cuja presença e função nas sociedades são moldadas por fatores culturais, religiosos e históricos. A condição social da mulher, os seus direitos e as suas representações variam entre civilizações e refletem as estruturas de poder, bem como os desafios presentes em cada contexto.

Na China, a posição da mulher é muito influenciada pela religião, sobretudo pelo Confucionismo, que estabelece papéis de submissão e de obediência feminina. Foi a partir da dinastia Han⁴⁹ que os princípios do Confucionismo passaram a moldar a estrutura social chinesa, no qual se destacou a mulher, que começou a ser vista como um ser

⁴⁹Dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.) foi uma das mais duradouras e influentes da história da China. Fundada por Liu Bang, este período marcou a consolidação do Confucionismo como ideologia oficial do Estado, o florescimento da cultura, da ciência e do comércio e a expansão territorial do império.

inferior, destinada à obediência e à submissão dentro do espaço familiar e social. No pensamento confucionista, a sociedade organiza-se a partir de cinco relações fundamentais, todas baseadas na hierarquia e na obediência. Entre elas, a relação entre marido e mulher destaca-se como um reflexo claro da desigualdade de gênero, em que a mulher deve se submeter à autoridade do homem. Para que a ordem familiar e social seja mantida, o Confucionismo defende que o elemento feminino (*Yin*) deve aceitar o seu lugar inferior em relação ao masculino (*Yang*), de forma a garantir assim a harmonia e a estabilidade da sociedade. Na China antiga, o princípio da superioridade e do domínio do homem sobre a mulher nunca foi colocado em causa, assim como a estrutura social hierárquica também permanecia intocada. O Estado estendia estes princípios à família, nomeadamente ao filho mais velho que devia obedecer ao pai, o irmão mais novo ao irmão mais velho e a mulher ao marido. No caso da mulher, aplicava-se a chamada lei das três obediências⁵⁰. Em solteira, devia obedecer ao pai, após o casamento ao marido e, em caso de viuvez, ao filho mais velho. Esta norma impunha à mulher uma submissão contínua aos homens da família de origem, da família conjugal e posteriormente, à descendência masculina.

A condição feminina na sociedade confucionista era determinada desde o seu nascimento. Textos fundadores da tradição indicam que a recém-nascida deveria ser colocada debaixo da cama, acompanhada por uma telha de barro, “(...) para indicar sua condição de inferioridade e fraqueza” (Sattler, 2021: 3). Este gesto simbólico tinha dois propósitos, a submissão ao homem, representada pela posição inferior ao leito, e uma vida de trabalho doméstico, simbolizada pela telha. Três dias após o nascimento, realizavam-se sacrifícios aos deuses ancestrais, onde reforçavam o dever da menina de perpetuar a linhagem do futuro esposo. Nas famílias mais pobres, o nascimento de uma filha era recebido com pouco entusiasmo e, infelizmente, o infanticídio feminino⁵¹ era uma prática recorrente, especialmente até o nascimento de um filho varão. Alguns relatos de missionários europeus, como Matteo Ricci⁵² e Gabriel Palatre⁵³, denunciam esses casos, desde o século XVII:

⁵⁰A Lei das Três Obediências era uma norma tradicional da sociedade chinesa antiga, sobretudo no contexto confucionista, que definia o papel da mulher em relação aos homens da família. Refletia uma estrutura patriarcal que valorizava a submissão feminina como parte da ordem social e familiar.

⁵¹O infanticídio feminino é a prática de matar recém-nascidas do sexo feminino, resultado de tradições culturais. As meninas são vistas como um encargo económico e social.

⁵²Matteo Ricci (1552–1610) foi um sacerdote jesuíta italiano, pioneiro na missão católica na China durante a dinastia Ming.

⁵³Gabriel Palatre (1830–1878) foi um jesuíta, atuou como missionário em Xangai no século XIX. Destacou-se pela sua campanha contra o infanticídio feminino na China, onde documentava algumas práticas cruéis.

“The practice of infanticide in China was first mentioned in Europe in Matteo Ricci’s diaries which were published in 1615. A worse evill in some Provinces is theirs, which finding themselves poore, smother their new-borne Babes, specially females, by an impious pietie and pittillesse pitie preventing that sale to slaverie, by taking away that life which even now they had given.” (Sachdev, 2020:30)

Em contextos de extrema pobreza, algumas famílias optavam por abandonar as filhas recém-nascidas à porta de residências ricas, na expectativa de que fossem acolhidas e poupadas à morte. Ao contrário das meninas, que eram frequentemente mortas ou deixadas ao abandono, os rapazes eram entregues para adoção quando os pais não dispunham de meios para os sustentar. Quando se tratava de um filho do sexo masculino com deficiência, era frequente que fosse entregue aos cuidados de monges. Por outro lado, uma filha com deficiência era geralmente rejeitada, sendo muitas vezes abandonada em locais como o lixo, sem que se fizesse qualquer referência a ela posteriormente. O nascimento de um rapaz implicava um período de impureza materna de um mês, enquanto o nascimento de uma rapariga prolongava esse período para quatro meses. Tendo em conta que o nascimento de uma menina não era motivo de celebração, muitas vezes não lhe era atribuído um nome próprio. Caso fosse a segunda filha, era simplesmente designada como “rapariga n.º 2”. Ao contrário do rapaz, conferia-se um nome ao trigésimo dia de vida, momento em que se considerava verdadeiramente vivo e se realizava uma cerimónia festiva para anunciar o seu nascimento à comunidade.

Segundo Irene Rodrigues, “(...) o nascimento de um filho do sexo masculino constituía a segurança social dos pais, tendo o dever de os auxiliar quando chegassem à idade avançada, já as filhas mais cedo ou mais tarde abandonariam a família” (Rodrigues, 2008:117). Esta análise revela como, na estrutura familiar tradicional chinesa, os filhos homens eram valorizados como garantia de suporte para os pais na velhice, enquanto as filhas eram consideradas passageiras no seio da família. Esta forma de pensar influenciou fortemente o lugar que a mulher ocupava na sociedade, o que contribuiu para a desigualdade entre homens e mulheres.

A socialização das meninas orientava-se para a formação de servas submissas ao homem, onde indicavam desde cedo os valores da modéstia, da obediência e da fidelidade como virtudes essenciais da mulher ideal. Ensinavam-lhes a respeitar os homens da família com a mesma atitude de respeito e de distância com que se contempla o céu, com o propósito de reforçar a hierarquia patriarcal e o papel submisso da mulher. A partir dos oito anos, eram proibidas de conviver livremente com os meninos, inclusive irmãos, pois

viviam confinadas ao espaço doméstico apenas com os mais velhos e com as concubinas, o que limitava o seu desenvolvimento social e emocional. Cresciam com uma personalidade introvertida, marcada pela ansiedade e pelo medo. Era também na infância, entre os três e cinco anos, que muitas meninas começavam a experimentar uma forma de sofrimento que as acompanharia até à morte, o de enfaixar os pés. Conhecido como “lótus de ouro” ou “lírios de ouro”, este ritual cruel visava tornar os pés mais pequenos, símbolo de beleza e de submissão, que tinha como objetivo “(...) promover uma futura aceitação de suas filhas na sociedade”, pois “afinal, aos olhos dos membros da sociedade chinesa, era a parte mais erótica do corpo da mulher, transformando-se então, em um objeto de desejo.” (Correa, 2022: 3). Este costume terá surgido no século X, por uma concubina do imperador Li Yu⁵⁴ da dinastia Tang do Sul⁵⁵. A prática de atar os pés tornou-se um dos mais cruéis e duradouros padrões de beleza da história chinesa. Inicialmente restrita à elite, a moda dos pés pequenos rapidamente se disseminou por toda a sociedade, transformando-se num símbolo de estatuto social, feminismo e erotismo. O enfaixamento dos pés mudava a postura do corpo, de maneira a tornar o baixo-ventre mais firme e, de acordo com relatos da época, isso era considerado mais atraente ou excitante para os homens. Mesmo à noite, para dormir, as mulheres mantinham os pés dentro de sapatos macios e impediam que fossem vistos nus. Mais do que uma prática estética, o *foot-binding*⁵⁶ era uma imposição social. Mulheres com pés não atados eram marginalizadas e consideradas impróprias para o casamento. A dor e a deformidade tornaram-se parte da identidade feminina, perpetuadas por mães que, elas próprias, haviam sofrido o mesmo ritual. Esta prática só começou a desaparecer no início do século XX, embora tenha persistido nas zonas rurais.

A partir do século XIX, surgiram movimentos como a Revolta dos Taiping, em 1850⁵⁷, que permitiu a participação feminina no exército e em tarefas logísticas da

⁵⁴Li Yu nasceu em 937 e foi o último governante da dinastia Tang do Sul. Após a queda de seu reino para a dinastia Song em 975, foi levado cativo para Kaifeng, onde escreveu os seus poemas.

⁵⁵A Dinastia Tang do Sul (937–975) foi um dos reinos independentes que emergiram durante o período das Cinco Dinastias e Dez Reinos, após o colapso da dinastia Tang. Destacou-se pela promoção das artes, especialmente da poesia e da pintura, apesar da instabilidade política que marcou a época.

⁵⁶*Foot-binding* (em chinês: 缠足, *chánzú*) foi uma prática milenar na China em que os pés de meninas eram apertados com faixas desde a infância para impedir seu crescimento natural.

⁵⁷A Revolta dos Taiping (1850–1864) foi uma guerra civil catastrófica na China, liderada por Hong Xiuquan, que se dizia irmão de Jesus Cristo. Estima-se que o conflito tenha causado entre 20 e 30 milhões de mortes, tornando-se um dos mais letais da história.

revolução e a Reforma dos Cem Dias⁵⁸. Começaram a surgir mudanças na educação feminina, onde promoveram a escolarização e participação das mulheres em atividades antes exclusivas dos homens. Os seus precursores procuraram modernizar o país, inspirando-se nos modelos políticos, científicos e culturais do Ocidente, e defenderam que as mulheres deviam ter acesso à educação, tal como os homens. Esta reforma desafiou os valores tradicionais e ajudou a fortalecer a noção de que as mulheres também têm direito à educação. Surgiram várias escolas privadas destinadas a raparigas, ainda sem estatuto oficial, mas que desempenharam um papel importante na formação de uma geração de mulheres com espírito crítico e mais abertas à mudança. Com o tempo, essas mulheres viriam a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento do feminismo na China. Esta ideia ganhou impulso com o Movimento de 4 de maio de 1919⁵⁹, que defendeu a igualdade de género e incentivou a criação de escolas destinadas às raparigas. A partir de então, começaram a surgir escolas modernas para raparigas e ampliou-se o debate sobre o papel da mulher na nova China republicana. Com a fundação da República Popular da China, em 1949⁶⁰, a alfabetização feminina tornou-se uma prioridade nacional. Campanhas educativas nas zonas rurais e o acesso crescente ao ensino superior marcaram avanços significativos. No entanto, mesmo após as reformas económicas dos anos 1980⁶¹, continuam a existir desigualdades estruturais no mercado de trabalho e na ocupação dos cargos de liderança:

“É difícil para as mulheres conseguirem um emprego, mesmo que tenham qualificações profissionais. Na maioria, os bons empregos são oferecidos apenas para os homens. Em condições iguais de trabalho, a mulher recebe menos 78% de salário do homem. As mulheres chinesas formam um terço dos trabalhadores nos sectores do comércio, indústria, finanças e comunicação. Elas representam também quase metade dos trabalhadores na área da educação e da saúde. Segundo as estatísticas, mais de 70% do

⁵⁸A Reforma dos Cem Dias (1898) foi um movimento breve de modernização liderado pelo imperador Guangxu, que propôs reformas políticas, educacionais e militares, interrompido pela oposição conservadora da imperatriz viúva Cixi.

⁵⁹O Movimento de 4 de maio foi um conjunto de protestos liderados por estudantes chineses em 1919, em resposta à decisão do Tratado de Versalhes que concedia territórios chineses ao Japão. O movimento marcou um ponto de viragem cultural e político na China, que promoveu novas ideias, como a democracia, a ciência, o nacionalismo, a modernização e a igualdade de género.

⁶⁰A República Popular da China foi proclamada em 1949 por Mao Tsé-Tung, após a vitória comunista na guerra civil. O novo regime implantou reformas agrárias, promoveu a nacionalização e a concentração do poder político nas mãos do Partido Comunista Chinês.

⁶¹Entre 1978 e 1980, Deng Xiaoping iniciou reformas que transformaram a China, onde introduziu elementos de mercado numa economia socialista. Essas mudanças impulsionaram a modernização em áreas como educação, ciência, tecnologia e também promoveram avanços no papel da mulher na sociedade.

abandono escolar são meninas e 70% dos cerca de 220 milhões de pessoas que são semi-analfabetas ou analfabetas na China são mulheres.” (Patrício, 2011:6)

É evidente que, mesmo com qualificações, as mulheres na China enfrentam dificuldades para conseguir bons empregos, e conferindo salários inferiores aos dos homens. Além disso, o alto abandono escolar entre meninas e o elevado analfabetismo feminino mostram que a desigualdade de gênero persiste desde a infância, dificultando a igualdade no trabalho e na sociedade.

A moda feminina também refletiu essas transformações. No início do século, o *Qipao*⁶² tradicional, feito de seda e com cortes elegantes, era símbolo de feminismo e estatuto. Contudo, com a ascensão do regime comunista em 1949 e especialmente durante a Revolução Cultural⁶³, a moda foi uniformizada e despersonalizada. As mulheres passaram a vestir roupas simples, como o casaco *Mao*, que anulavam as distinções de gênero e classe. A estética feminina foi suprimida em nome da igualdade socialista. Só a partir dos anos 1980, com a abertura econômica e cultural, é que a mulher chinesa voltou a explorar a moda como forma de expressão e recuperou elementos tradicionais como o *Qipao*, agora reinterpretado em versões modernas.

Importa ainda destacar que a mulher não tinha direito à posse de bens ou propriedades. Tudo o que levava consigo para o casamento, geralmente o enxoval e alguns objetos pessoais, constituía o seu único patrimônio. Após a união, passava a viver sob a autoridade do marido e da sua família, sem qualquer autonomia econômica ou legal. A propriedade pertencia exclusivamente ao homem e a mulher não podia herdar, comprar ou administrar bens em nome próprio. Mesmo em casos de viuvez, o acesso à herança era limitado e frequentemente contestado pelos familiares do esposo. A ausência de direitos econômicos impedia a mulher de tomar decisões, de se proteger em situações de abuso ou de garantir o sustento dos filhos em caso de separação. Relativamente ao casamento, a mulher chinesa esteve, durante séculos, subordinada a uniões definidas pelas famílias. O casamento era entendido como uma aliança estratégica entre clãs⁶⁴, sem que houvesse

⁶²*Qipao*, também conhecido como *cheongsam*, é um vestido tradicional feminino de origem *manchu*, que se tornou popular durante a dinastia Qing (1644–1912). Caracteriza-se pelo corte justo, gola alta e aberturas laterais, sendo inicialmente usado pelas elites urbanas chinesas.

⁶³Ver nota de rodapé n. °4.

⁶⁴Um clã é um grupo social formado por pessoas que compartilham um ancestral comum, seja por laços de sangue, casamento ou vínculos simbólicos. É uma forma tradicional de organização social presente em várias culturas.

espaço para a vontade da noiva. A mulher era prometida em idade precoce, e o casamento concretizava-se, muitas vezes, na adolescência. Após o casamento, passava a viver com a família do marido e encontrava-se subordinada à autoridade da sogra e do próprio esposo. O amor tinha pouca importância e o divórcio era quase impossível para a mulher, enquanto o homem podia recorrer a várias justificações legais para terminar o casamento. Este panorama viria a alterar-se de forma significativa com a implementação do Código do Casamento de 1950⁶⁵, promovido pelo Partido Comunista, que proibiu práticas como a concubinação e o casamento infantil, e garantiu direitos no divórcio, no planejamento familiar e na igualdade na gestão da propriedade. A mulher passou a dispor, em teoria, da liberdade de escolher o parceiro e de romper o casamento em caso de violência ou de insatisfação.

Nas últimas décadas do século, emergiram novos modelos femininos urbanos, associados à modernidade, à educação e à independência econômica. No entanto, tais figuras também passaram a ser alvo de crítica social, sobretudo quando não correspondiam às expectativas tradicionais do casamento e da maternidade. O termo "mulheres sobrantes" (*sheng nü*)⁶⁶, utilizado para designar mulheres solteiras com mais de 27 anos, ilustra bem a persistência de preconceitos sociais relativamente à mulher que prioriza a carreira ou a autonomia pessoal. Apesar dos avanços legislativos e das mudanças sociais, a luta pela igualdade plena permanece um desafio e exige não só reformas institucionais, mas também uma transformação profunda nas mentalidades e nas práticas culturais.

Na Europa Ocidental, a condição feminina também evoluiu significativamente ao longo do século XX. Inicialmente confinadas ao espaço doméstico e excluídas da vida pública e profissional, as mulheres começaram a conquistar direitos políticos, educacionais e laborais. Apesar da influência das tradições cristãs, que reforçavam o patriarcado, movimentos feministas e de espiritualidade contestaram essas estruturas e promoveram a igualdade de gênero.

O casamento tradicional atribuía à mulher um papel submisso, limitado ao lar e à educação dos filhos. Em vários países europeus, o marido era legalmente considerado o chefe de família e as mulheres casadas careciam de direitos civis plenos. Tanto a

⁶⁵O Código do Casamento de 1950 garantiu igualdade entre os cônjuges, proibiu poligamia e casamentos forçados e assegurou o direito ao divórcio.

⁶⁶*Sheng nü* ("mulheres sobrantes") é um termo usado na China para designar mulheres solteiras com mais de 27 anos, frequentemente alvo de estigma social por não terem casado.

sociedade europeia como a chinesa foram historicamente marcadas por fortes traços de machismo e de patriarcalismo, especialmente no âmbito conjugal. Em ambas as culturas, sobretudo entre as classes mais privilegiadas, o casamento não se limitava à união entre dois jovens pois era, acima de tudo, um pacto entre as famílias, muitas vezes negociado pelos patriarcas com o objetivo de preservar as linhagens e assegurar interesses políticos ou económicos. Contudo, esta prática começou a perder força apenas no século XX, com a transformação das mentalidades e o avanço da igualdade de género, impulsionados por movimentos como a Revolução Xinhai⁶⁷ na China e os ideais da Revolução Francesa⁶⁸ na Europa. No passado, a mulher portuguesa perdia a autonomia legal ao casar, pois ficava dependente do marido, sem direito a administrar os seus bens. O modelo familiar tradicional começou a perder força com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e com o progresso da urbanização. A legislação europeia passou a garantir direitos como licença de maternidade e apoio à parentalidade, mas a responsabilidade de conciliar trabalho e vida familiar continua a recair sobretudo sobre as mulheres, tal como acontece na China.

No início do século, em diversos países europeus, as mulheres já frequentavam o ensino secundário e, gradualmente, o ensino superior, embora com fortes limitações. Durante os anos 1930 e 1940, em contextos autoritários como o Fascismo Italiano⁶⁹, o Nazismo Alemão⁷⁰ e o Salazarismo Português⁷¹, a mulher foi novamente reduzida à figura de guardiã da moral e da família. A sua função era procriar, educar os filhos e manter a ordem doméstica, sendo desencorajada de trabalhar fora de casa ou de participar na vida política:

“Com o advento do Estado Novo em 1933 as mulheres perderam completamente os seus direitos. Elas não podiam votar, ser diplomatas,

⁶⁷Revolução Xinhai, em 1911, derrubou a dinastia Qing, encerrou o sistema imperial e fundou a República da China.

⁶⁸A Revolução Francesa (1789–1799) foi um movimento político e social, que derrubou a monarquia absolutista, aboliu privilégios feudais e instituiu os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade.

⁶⁹Movimento político autoritário e nacionalista liderado por Benito Mussolini, que governou a Itália entre 1922 e 1943. O regime procurava controlar todos os aspetos da vida social, cultural e económica, com o objetivo de promover uma ideologia baseada na força, na disciplina e na obediência ao Estado.

⁷⁰O nazismo foi uma ideologia totalitária liderada por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista (NSDAP), que governou a Alemanha entre 1933 e 1945. Defendia a supremacia racial, o antissemitismo, o nacionalismo extremo, o autoritarismo e o culto ao líder, o *Führer*. O regime instaurou um Estado repressivo e conduziu o país à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto.

⁷¹O Estado Novo foi um regime autoritário liderado por António de Oliveira Salazar, que governou Portugal de 1933 a 1974. Caracterizou-se por um forte conservadorismo, nacionalismo, repressão das liberdades civis, censura, policiamento ideológico (com a PIDE) e uma política de valorização da família tradicional, da religião católica e da obediência à autoridade.

juízes ou trabalhar na administração local. Auferiam salários menores que os homens pelo mesmo trabalho.” (Khvan, 2019: 205)

Apesar das adversidades, muitas mulheres enfrentaram o sistema, envolveram-se em movimentos secretos e assumiram funções decisivas na luta contra os regimes autoritários. Foi nas décadas de 1950 e 1960 que começou a observar-se uma mudança mais consistente e estruturada na sociedade. Os movimentos feministas da segunda vaga, inspirados por pensadoras como Simone de Beauvoir⁷² contribuíram para lançar as bases sociais e culturais da desigualdade de género. Ao contrário da China, onde a promoção da educação feminina foi imposta de forma centralizada, na Europa essa conquista resultou, em grande medida, de reivindicações sociais e mobilização cívica:

“A luta feminista passava, deste modo, pela reivindicação da Igualdade, (mesmo universalista) do reconhecimento de capacidades e direitos para homens e mulheres. Esta tendência foi-se prolongando no feminismo e vê-se reflectida nas obras de Simone Beauvoir (...).” (Nogueira e Silva, 2003:10)

As duas guerras mundiais desempenharam um papel decisivo na redefinição da posição da mulher na sociedade europeia. “As Guerras do século XX, ao mobilizarem os homens para lutar, abriram o espaço público para as mulheres” (Silva, 2019: 190). Com os homens mobilizados para o combate, as mulheres ocuparam postos de trabalho em fábricas, hospitais e serviços públicos, onde conseguiam demonstrar a sua capacidade de contribuir para a economia e para o esforço nacional. Apesar de muitas terem sido empurradas de volta ao lar após o fim da guerra, a experiência abriu caminho para novas reivindicações. O trabalho feminino passou a ter um papel relevante não apenas no reforço do rendimento familiar, mas também pelas suas implicações sociais, como a redefinição das aspirações pessoais e profissionais, o acesso à autonomia financeira e as mudanças nas dinâmicas familiares. As mulheres começaram a reivindicar não apenas direitos políticos, mas também a igualdade no mercado de trabalho, acesso à educação e autonomia sobre os seus corpos, com direito ao aborto e à libertação dos papéis tradicionais impostos pela sociedade patriarcal. Alguns países como a França, Itália, Alemanha e Portugal alteraram os seus códigos legais e reconheceram o direito ao

⁷²Simone de Beauvoir (1908–1986) foi uma filósofa, escritora e feminista francesa, conhecida pelo seu papel central no Existencialismo e na teoria feminista do século XX.

divórcio, ao casamento civil em pé de igualdade e à não discriminação da mulher casada. Estas mudanças decorreram de processos democráticos e debates sociais intensos, em contrapartida com a lógica revolucionária e autoritária das reformas chinesas.

As alterações na sociedade também se manifestaram na forma como as mulheres se vestiam. Na Europa Ocidental, a moda feminina evoluiu como expressão de identidade e emancipação. No início do século, as mulheres usavam roupas que simbolizavam a submissão, como os espartilhos, as saias longas e as blusas fechadas. Com o avanço dos movimentos feministas e a entrada da mulher na vida pública, a moda tornou-se mais funcional e libertadora e os padrões rígidos foram sendo abandonados de forma gradual. A partir das décadas de 1960 e 1970, a roupa passou a representar também contestação e liberdade, com o surgimento de estilos como a minissaia, os *jeans* e o vestuário unissexo.

Tanto na China como em Portugal, as tradições estavam presas na mentalidade coletiva, que refletiam uma estrutura social patriarcal onde os homens detinham a maioria do poder e influência. Em ambos os países, observou-se um processo gradual de separação entre a educação e o papel tradicional da mulher, historicamente associado ao cuidado do lar e da família. Por fim, a implantação da República impulsionou, em certa medida, a educação feminina nos dois contextos, ao promover ideais de modernização e progresso que abriram caminho para uma maior inclusão das mulheres no sistema educativo. No final do século XX, a mulher europeia já ocupava lugares de destaque na política, na ciência, nas artes e na economia. Apesar de ainda existirem desigualdades, como os salários, o século XX foi, sem dúvida, um período de emancipação e de afirmação da mulher tanto no Ocidente como no Oriente.

Apesar dos avanços sociais e culturais, certas práticas do dia a dia mantiveram-se fiéis às tradições que moldaram, durante séculos, o pensamento coletivo no Oriente e no Ocidente. A gastronomia chinesa, por exemplo, manteve-se como uma expressão viva da cultura e da estrutura social, onde revelou, através das suas práticas culinárias, valores como a importância da família, a hierarquia e os papéis de género historicamente atribuídos. Mais do que uma prática alimentar, a culinária chinesa é uma arte que incorpora valores de equilíbrio, simbolismo e harmonia, evidentes na escolha cuidadosa dos ingredientes, na forma como os pratos são preparados e na maneira como são apresentados. Cada região do país desenvolveu sabores e técnicas próprias, moldadas pelo clima, pelos recursos naturais e pelos costumes locais, o que originou uma notável diversidade culinária. Para Chang (1977), o que realmente importa na cultura alimentar chinesa não é a excelência culinária em comparação com outras tradições, mas sim o

significado que a alimentação tem na construção da identidade cultural chinesa. Essa orientação alimentar é uma característica marcante e antiga, refletindo-se nas práticas sociais, nos rituais e nas relações interpessoais:

“Finally, perhaps the most important aspect of the Chinese food culture is the importance of food itself in Chinese culture. That Chinese cuisine is the greatest in the world is highly debatable and is essentially irrelevant. But few can take exception to the statement that few other cultures are as food oriented as the Chinese. And this orientation appears to be as ancient as Chinese culture itself.” (Chang, 1977:11)

Em muitas regiões, é comum cumprimentar alguém com a frase “Já comeste?”. Esta questão não serve apenas para saber se a pessoa está alimentada, mas é uma maneira de mostrar preocupação e carinho. Podemos perceber como a comida tem um papel muito importante na cultura chinesa, pois o ato de comer não significa que seja só uma necessidade, é também um momento de partilha, de estar com a família e de criar laços. Ao perguntar se alguém já comeu, está-se a mostrar respeito e a desejar que a pessoa esteja bem. Esta tradição vem de há muitos séculos, quando a comida era um sinal de estabilidade e segurança, continuando a ser uma forma de aproximar as pessoas.

Ao longo dos tempos, a gastronomia chinesa tem exercido um fascínio crescente sobre o público estrangeiro, não apenas pela diversidade dos seus sabores, mas pela riqueza cultural que envolve cada prato. Mais do que simples receitas, os nomes de muitos pratos chineses são carregados de simbolismo e de memória histórica. O frango “*Gong Bao*” é um exemplo disso, sendo nomeado em honra de Ding Baozhen⁷³ da dinastia Qing⁷⁴. Esta abordagem contrasta com a prática ocidental, onde os pratos são geralmente nomeados de forma literal e funcional. Além disso, na China, os alimentos são frequentemente associados ao simbolismo de prosperidade, como é o caso do amendoim, que representa a longevidade, os bolinhos de arroz à união familiar, as algas à riqueza e os *noodles* como emblemas de vida longa e saúde. É, pois, possível compreender que na cultura chinesa, mais do que alimentar o corpo, a comida expressa os valores e crenças de um povo.

⁷³Ding Baozhen (1820–1886) foi um oficial da dinastia Qing, conhecido pelo seu serviço como governador da província de Sichuan. É conhecido por ter inspirado o nome do prato “*Gong Bao*” (宫保鸡丁), uma vez que o seu título honorífico era “*Gong Bao*” (Palatino da Corte).

⁷⁴A dinastia Qing (1644–1912), fundada pelos manchus, foi a última dinastia imperial da China, marcada por estabilidade política e crescimento económico. O regime enfrentou várias crises a partir do século XIX, com revoltas internas e crescentes pressões ocidentais.

Do ponto de vista social, os utensílios utilizados à mesa revelam algumas diferenças entre a cultura alimentar ocidental e a chinesa. Nas sociedades ocidentais, muitos antepassados dependiam da caça como principal forma de subsistência, o que levou ao desenvolvimento de instrumentos cortantes e perfurantes, como as armas e, mais tarde, os talheres. Os talheres ocidentais, garfo, faca e colher possuem funções distintas e reforçam uma abordagem mais individual à refeição. Por sua vez, na cultura chinesa o *hashi* (pauzinhos) remetem para uma tradição agrícola, já que representam não apenas uma ferramenta prática, mas também um símbolo de partilha e de convivência. Esse modo de se alimentar permite fortalecer os laços sociais e reflete uma concepção coletiva da comida, ligada à história e às tradições chinesas. A alimentação na China baseia-se, essencialmente, em ingredientes simples, mas altamente versáteis, que refletem tanto a diversidade regional como os princípios da medicina tradicional chinesa. No sul da China, o arroz é o alimento base, enquanto no Norte o trigo assume esse papel, sendo consumido sobretudo sob a forma de massas, pão cozido a vapor (*mantou*) e *dumplings*⁷⁵(*jiaozi*): “(...) quando distribuía a ração diária de arroz, azeite e sal”. (Buck,1939:34). Os legumes como a couve chinesa, os rebentos de bambu e o tofu têm um papel central nas refeições do dia a dia, sendo frequentemente salteados no *wok*⁷⁶ com molhos à base de soja, gengibre e alho. A carne de porco é a mais consumida, embora o frango, o pato e, em menor escala, a carne bovina também façam parte da dieta. O peixe e os mariscos são amplamente apreciados, sobretudo nas regiões costeiras. Os chineses zelam a harmonia entre o sabor e a nutrição e para isso selecionam ingredientes que equilibram o *yin* e o *yang* para promover o bem-estar do corpo e da mente. A sopa, servida no início ou fim da refeição, simboliza esse cuidado com a saúde. Este padrão alimentar, embora tenha sofrido adaptações nas grandes cidades, continua a refletir os traços fundamentais da cultura gastronômica chinesa.

Já a alimentação no Ocidente tem sido marcada por uma grande diversidade de influências culturais e geográficas, que refletem a evolução histórica das sociedades europeias e americanas. A dieta ocidental tradicional inclui uma forte presença de proteína animal, como carne de vaca, porco e aves, acompanhada de produtos à base de trigo, como o pão e a massa, bem como de laticínios. Os vegetais e frutas estão presentes, mas

⁷⁵*Dumplings* são pequenos bolinhos de massa recheados, muito populares na culinária asiática, especialmente na China.

⁷⁶*Wok* é uma frigideira funda de origem asiática, geralmente feita de ferro ou aço, ideal para cozinhar a altas temperaturas com pouca gordura.

muitas vezes em menor proporção, especialmente em contextos urbanos. Com a industrialização e o ritmo acelerado da vida moderna, os alimentos processados, as refeições prontas e o *fast food* ganharam espaço, o que levou ao aumento do consumo de açúcar, sal e gorduras saturadas. A França destaca-se pela sofisticação dos seus molhos e pelo rigor técnico das receitas. Já na Itália, a culinária valoriza a simplicidade e a frescura dos ingredientes e, nos Estados Unidos, predominam os sabores intensos e os pratos robustos, como o hambúrguer. Ainda assim, nas últimas décadas tem-se verificado uma crescente preocupação com a alimentação saudável, impulsionada por movimentos ligados à sustentabilidade, ao vegetarianismo, à dieta mediterrânica e à valorização de ingredientes frescos e locais. A comida, no Ocidente, para além de uma necessidade biológica, é também um espaço de prazer, identidade cultural e convívio social. Em termos sociais, torna-se evidente que ambas as culturas reconhecem na partilha das refeições não apenas um gesto quotidiano, mas um elo simbólico que une gerações, transmite memórias e fortalece laços. Ao partilhar alimentos e receitas, cada sociedade preserva os sabores que a definem e reforça a sua própria identidade cultural, feita não só de ingredientes, mas também de histórias, afetos e tradições.

Se a comida é uma expressão diária de cuidado e tradição, as festas representam momentos especiais no qual estes valores se intensificam. De acordo com Eduardo Davel e Leticia Fantinel, “as festividades constituem traço marcante de diversas culturas” (Davel e Fantinel, 2019:1), pois são muito mais do que simples momentos de celebração, são ocasiões que ajudam a organizar a vida social e emocional das pessoas. Cada festa, seja ela religiosa, cultural ou pessoal, assinala uma data significativa, e funciona como uma espécie de ponte entre o passado, o presente e o futuro. Ao celebrar, recordamos tradições, reforçamos identidades e criamos memórias que perduram. As festas têm origem nas sociedades antigas e, tal como muitos outros elementos culturais, evoluíram de formas simples para manifestações mais elaboradas. As festas tradicionais, em particular, desempenham um papel fundamental, pois representam a identidade de um povo, revelam a sua história, os seus costumes, as suas crenças e os seus modos de vida. De forma geral, estão intimamente ligadas ao quotidiano e funcionam como reflexo das múltiplas dimensões culturais de uma sociedade.

Cada cultura tem as suas próprias formas de festejar, com rituais, músicas, danças, trajes e, claro, gastronomia típica. O Ano Novo Chinês, também designado por Festival da Primavera, é uma das festividades mais importantes na China. Celebrado de acordo com o calendário lunar, marca o início de um novo ano e está associado à renovação da

vida e à conexão com os ciclos naturais. Cada ano é representado por um dos doze animais do calendário, que simbolizam diferentes energias e características. Esta celebração expressa um momento de reflexão espiritual, de encontro familiar e de esperança para o futuro. Não é por acaso que na China, o provérbio “Na primavera faz-se planos para o ano, de manhã faz-se planos para o dia” (一年之计在于春 · 一日之计在于晨, *yīnián zhī jì zàiyú chūn, yīrì zhī jì zàiyú chén*) expressa com clareza a importância simbólica desta época, pois a primavera representa o início de um novo ciclo, o momento ideal para traçar metas e renovar energias. Durante o Ano Novo Chinês, os rituais e as tradições não se limitam apenas à celebração de um novo ciclo. A limpeza da casa, realizada antes da chegada do novo ano, simboliza a expulsão da má sorte acumulada e a preparação para receber boas energias. Outro costume importante é a distribuição de envelopes vermelhos, conhecidos como *hongbao*, geralmente oferecidos às crianças e aos mais jovens. O vermelho, cor associada à sorte e à proteção, e o dinheiro no seu interior, símbolo de prosperidade, refletem o desejo de bem-estar e sucesso para os que os recebem. Este gesto reforça a importância da generosidade e da ligação entre gerações e valoriza a preservação dos laços familiares. Os banquetes festivos são também carregados de simbolismo. Os pratos servidos durante o Ano Novo têm significados específicos, como já referido anteriormente, tais como o peixe, os bolinhos de arroz e o arroz. Além disso, muitas famílias realizam oferendas aos antepassados, acendem o incenso e colocam alimentos nos seus altares. Este ritual expressa o respeito pelas raízes familiares e pela continuidade espiritual, revelando a importância da memória e da gratidão na cultura chinesa. Tanto as decorações como os fogos de artifício também são importantes. As casas são adornadas com lanternas vermelhas e imagens dos animais do zodíaco, enquanto os fogos são lançados para afastar os maus espíritos e celebrar o novo ciclo com alegria e proteção. Estes elementos visuais e sonoros criam uma atmosfera vibrante, onde tradição e esperança se entrelaçam:

“No segundo dia do ano novo, (...) Há luz, há risos, há trechos de cerimoniosa conversação. Passam as escravas com bôlos minúsculos nas bandejas de laca vermelha. (...) A mim mesma me estou a ver, senhorazinha e solene, agarrada à mão de meu irmão e a olhar para o fogo que arde o pátio onde estão prontos a ser queimados os deuses da cozinha.”
(Buck, 1939:43/44)

A *Yuanxiao Jie*, conhecida como a Festa das Lanternas, é celebrada no 15.º dia do primeiro mês lunar e representa um dos momentos mais significativos do calendário tradicional chinês. Esta noite, marcada pela primeira lua cheia da primavera encerra as comemorações do Ano Novo Chinês e representa a união entre as famílias, a renovação da esperança e o início de um novo ciclo. À noite, as famílias reúnem-se para admirar as lanternas que enfeitam as ruas e os templos, participar em jogos tradicionais e saborear os doces típicos da ocasião, como o *tangyuan*⁷⁷, que simbolizam a união e a harmonia. A luz das lanternas representa proteção e prosperidade. Ao iluminar a noite, afasta os maus espíritos e torna a Festa das Lanternas uma das mais bonitas e importantes da herança cultural da China.

Outra festividade importante que merece destaque na cultura oriental é o Festival do Barco-Dragão celebrado no quinto dia do quinto mês do calendário lunar. Segundo a tradição, a origem da celebração está ligada a *Qu Yuan*, um poeta que se atirou ao rio como símbolo de protesto, um gesto que marcou a memória cultural chinesa. Para homenagear o poeta *Qu Yuan*, a população começou a lançar bolinhos de arroz ao rio e a organizar corridas de barcos em forma de dragão. Com o passar do tempo, o Festival do Barco-Dragão ganhou vida marcado por emocionantes corridas de barcos, pela confecção dos tradicionais *zongzi*⁷⁸ e por rituais ancestrais destinados a afastar doenças e atrair proteção. Esta festa honra a coragem, os laços familiares e o respeito pela memória histórica.

De forma semelhante, no Ocidente, as festas ocupam um lugar central na vida social e cultural das comunidades. Muitas dessas celebrações têm raízes religiosas, sobretudo cristãs, mas também incorporam vestígios de antigos rituais pagãos e práticas populares transmitidas de geração em geração. Entre as festividades mais emblemáticas do calendário ocidental destacam-se o Natal, o Ano Novo e a Páscoa, momentos de reunião, de reflexão e de renovação. O Natal é celebrado no dia 25 de dezembro, uma festa tradicional muito importante para os portugueses e para a maioria dos ocidentais. A magia do Natal começa a tomar forma dias antes, refletindo-se nas decorações das lojas e na alegria da população. Durante esta época, os portugueses costumam tirar férias e reunir-se com a família. A celebração, inicialmente religiosa, transformou-se num festival global que mistura fé com tradições culturais de vários países. A história do nascimento de Jesus inspirou o presépio, uma tradição antiga em Portugal, no qual as pessoas montam

⁷⁷Bolinhas de arroz glutinoso recheadas com pasta doce, como sésamo preto, feijão vermelho ou amendoim.

⁷⁸ Bolinhos de arroz envolvidos em folhas de bambu.

os presépios em casa, nas igrejas e em outros locais. A árvore de Natal também é essencial, pois sem ela o ambiente festivo perde o seu encanto. Antigamente, os pagãos usavam galhos verdes para simbolizar o renascimento da vida após o inverno, mas foi a partir do século XVI, que os alemães começaram a decorar árvores no Natal. A tradição alastrou-se pela Europa e, no século XIX, chegou aos Estados Unidos. O Pai Natal teve origem no folclore⁷⁹ e inspira-se em São Nicolau, um homem generoso que viveu na atual Turquia, no século IV. A sua imagem é a de um homem de barba branca, vestido de vermelho, que viaja num trenó puxado por renas e as crianças acreditam que transporta consigo presentes, razão pela qual, na véspera de Natal, deixam meias ou sapatos à espera das suas surpresas. No dia 24, as famílias juntam-se para a Consoada, uma refeição rica e animada, semelhante ao jantar de Ano Novo chinês. À meia-noite ou na manhã do dia 25, trocam as prendas, tradição inspirada nos presentes dos Reis Magos. Como o Natal tem origem católica, muitos portugueses participam na Missa do Galo, celebrada à meia-noite do dia 24, para assinalar o nascimento de Jesus.

Em comparação ao Natal, que é uma festa familiar e íntima, o Ano Novo assume um carácter mais festivo e público em Portugal, embora não tenha a mesma importância emocional. O dia 1 de janeiro marca o início do novo ano, mas as celebrações começam na noite anterior. Muitos portugueses saem de casa para festejar em praças e avenidas centrais, como a Praça do Comércio em Lisboa. À meia-noite, inicia-se a contagem decrescente seguida por um espetáculo de fogo de artifício que ilumina o céu por longos minutos. Além disso, há tradições populares, como comer doze uvas-passas, uma por cada badalada. Por fim, a Páscoa é uma das celebrações religiosas mais importantes em Portugal. Derivada da tradição católica, marca a ressurreição de Cristo e envolve vários rituais ao longo da Semana Santa. A celebração inclui também tradições familiares, como a troca de presentes entre padrinhos e afilhados, geralmente amêndoas e ovos da Páscoa. No Domingo de Páscoa, as famílias reúnem-se para um almoço especial, com pratos tradicionais e doces típicos. Para os portugueses, este dia é mais do que um simples feriado, dia santo, é uma ocasião de união e de celebração tão marcante quanto o Natal.

As festividades, tanto na sociedade chinesa como na europeia, revelam valores culturais, sociais e espirituais que definem a identidade de cada povo, assim como a gastronomia. São momentos que reforçam tradições, promovem o convívio e marcam o

⁷⁹Expressão cultural que engloba mitos, contos, festas, práticas religiosas, danças e saberes populares, preservados oralmente ou por tradição, representando a memória coletiva de uma comunidade.

ritmo da vida coletiva. Apesar das diferenças nos rituais e significados, todas partilham a mesma função essencial, a de unir as pessoas, preservar memórias e renovar esperanças.

3.1. A China no início do século XX: Valores, tradições e crenças

Num país caracterizado por uma grande diversidade étnica, como é o caso da China, uma das principais estratégias de construção nacional caracteriza-se pelo esforço persistente para promover a identidade comum entre grupos étnicos e a harmonia entre a identidade nacional e as identidades étnicas, que contribuem para a estabilidade do país. A China possui uma herança civilizacional milenar, sendo uma das culturas mais antigas e duradouras da história mundial. No entanto, a sua origem está envolta de narrativas, que combinam a realidade e a fantasia, de maneira a refletir a profunda riqueza cultural e espiritual do povo chinês. Alguns mitos procuravam explicar não só a criação do mundo, mas também a organização da sociedade e os princípios da vida. Assim, a história primitiva da China não pode ser separada do seu imaginário mítico, que continua, ainda hoje, a influenciar a cultura, os valores e a visão do mundo na sociedade chinesa:

“Quando nos referimos a um País com uma história milenária e berço de uma das mais antigas civilizações deste planeta, temos a tendência a compreender esse povo à luz da História, a refletir como esse mesmo vive ou rejeita o seu passado, o insere no seu presente ou projecta no seu futuro.” (Jesus, 2007:15)

Historicamente, a China foi governada por uma sucessão de dinastias imperiais que dominaram o território até ao início do século XX. Nessa época, o país ainda sofria os efeitos do chamado “Século de Humilhação Nacional” (百年国耻, Bǎinián Guóchǐ), expressão que se refere ao período entre meados do século XIX e a fundação da República Popular em 1949:

“(…) é indiscutível o papel central dado à humilhação histórica sofrida pela China por cem anos entre a primeira guerra do ópio até a chegada do PCCh ao poder, em 1949, na construção de uma identidade coletiva. A promoção de um sentimento nacional de humilhação histórica reflete resultados não apenas na política doméstica, possibilitando a manutenção do regime e das estruturas de dominação do PCCh, mas também na política externa, construindo imagens do Ocidente e do Japão que impactam nas expectativas populares quanto à atuação diplomática que a China deve exhibir.” (Vieira, 2018:132)

Desde meados do século XIX, a China foi abalada por uma série de crises, tanto internas como externas, que enfraqueceram o império e colocaram em risco a sua soberania. A escassez de alimentos, os conflitos sociais, a regressão económica e as derrotas humilhantes frente às potências ocidentais agravaram as condições de vida da população chinesa e abalaram a estabilidade interna. Após o fim das Guerras Napoleónicas, as potências europeias passaram a concentrar-se no Oriente, o que deixou a China sob pressão. Contudo, o Império Chinês mantinha uma política de comércio externo extremamente restrita, de maneira a permitir apenas o contacto com estrangeiros através do porto de Cantão⁸⁰.

Uma ação britânica tentou, sem sucesso, negociar a abertura de outros portos, mas as autoridades chinesas recusaram. Em 1809, o Reino Unido procurou ocupar Macau, com a necessidade de defesa face a possíveis ataques napoleónicos, mas com o verdadeiro intuito de estabelecer ali uma base segura. Mais tarde, em 1816, missões diplomáticas da Rússia, dos Países Baixos e novamente da Grã-Bretanha fracassaram, apesar de oferecerem presentes luxuosos ao imperador. Além disso, a exigência de reverência formal ao imperador por parte dos estrangeiros foi vista como humilhante e ofensiva, o que contribuiu para o agravamento das tensões.

As sucessivas derrotas nas Guerras do Ópio⁸¹ contra potências ocidentais, como o Reino Unido e a França, revelaram a fragilidade militar da Dinastia Qing e resultaram na imposição de tratados desiguais que forçaram a abertura dos portos chineses, à cedência de territórios como Hong Kong e à concessão de privilégios extraterritoriais a estrangeiros. A perda de Taiwan para o Japão em 1895 e a crescente influência de potências estrangeiras sobre o território chinês contribuíram para um sentimento generalizado de impotência. Entretanto, outras revoltas como a dos Taipings⁸² (1850-1864) e a dos Boxers⁸³ (1899-1901) agravaram a instabilidade social e proporcionaram a fragilidade do poder imperial. Estes acontecimentos não apenas enfraqueceram a dinastia

⁸⁰O porto de Cantão (Guangzhou), situado no rio das Pérolas, é um dos mais antigos e movimentados da China, com papel histórico no comércio entre o Oriente e o Ocidente. Foi o primeiro porto chinês a estabelecer relações comerciais, sendo durante grande parte do século XVIII e início do século XIX o único porto autorizado pela dinastia Qing para o comércio externo.

⁸¹As Guerras do Ópio (1839–1842 e 1856–1860) consistiram em dois conflitos entre o Império Chinês e potências ocidentais, principalmente o Reino Unido e a França, motivados pela tentativa chinesa de restringir o comércio ilegal de ópio promovido por comerciantes britânicos.

⁸²Ver nota de rodapé n. °57.

⁸³A Revolta dos Boxers (1899–1901) liderada pela Sociedade dos Punhos Harmoniosos e Justicheiros foi um levante nacionalista e antiocidental no fim da dinastia Qing. O movimento procurava expulsar a influência estrangeira e cristã da China, mas foi derrotado por uma aliança internacional formada por oito potências: Japão, Rússia, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Áustria-Hungria.

Qing, como também alimentaram uma profunda reflexão nacional sobre a necessidade de modernizar a China e de implementar reformas. A memória deste período passou a desempenhar um papel central na construção da identidade nacional chinesa, sendo recuperada mais tarde como elemento simbólico de resistência e de afirmação da soberania do país. A experiência coletiva de submissão e fragmentação nesse período teve um papel decisivo na formação do pensamento político e social da China nas primeiras décadas do século XX, e ainda impulsionou ideais de renovação nacional e de rejeição da influência estrangeira.

No início do século, a China e as potências estrangeiras que ocupavam partes do seu território enfrentaram transformações rápidas e profundas. Após o trágico colapso da Dinastia Qing, em 1911, a China entrou num longo período de fragmentação, semelhante a outros momentos difíceis que a nação já enfrentara ao longo dos seus milênios de existência. A estrutura tradicional do Estado foi profundamente abalada e o país passou de uma monarquia, que durou milênios, para uma república fragilizada. Durante esse tempo, enfrentaram guerras civis, ocupações estrangeiras e regimes radicais, que influenciaram decisivamente o rumo da sua história moderna. Em 1912, a revolução liderada por Sun Yat-sen⁸⁴ marcou o fim de mais de dois mil anos de domínio imperial na China e, após o triunfo revolucionário, assumiu a presidência do governo provisório estabelecido em Nanquim. Contudo, o controlo efetivo do poder passou rapidamente para figuras militares e o país entrou num período de fragmentação política conhecido como a era dos “Senhores da Guerra”. Durante esta fase, vários líderes locais, denominados *warlords*, dividiram o território e disputaram o poder, o que enfraqueceu a unidade nacional. Esta instabilidade facilitou o surgimento de duas forças políticas antagonísticas, o Kuomintang (KMT), liderado por Chiang Kai-shek⁸⁵, defensor de uma república nacionalista e modernizadora, e o Partido Comunista Chinês (PCC), em 1921, que propunha uma alternativa socialista baseada na revolução popular. A rivalidade entre estas duas forças conduziu a uma prolongada guerra civil, iniciada em 1927 e temporariamente interrompida durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa⁸⁶ (1937–1945), em virtude da

⁸⁴Sun Yat-sen (1866–1925) foi médico e líder revolucionário chinês, considerado o “Pai da Nação”. Teve papel crucial na queda da dinastia Qing e na criação da República da China em 1912.

⁸⁵Chiang Kai-shek (1887–1975) foi um político e militar chinês, que liderou o Kuomintang (Partido Nacionalista). Esteve no poder entre 1928 e 1949, período em que governou a China, até ser derrotado pelo Partido Comunista na Guerra Civil.

⁸⁶A Segunda Guerra Sino-Japonesa foi um conflito entre China e Japão que decorreu de 1937 a 1945, marcado pela invasão japonesa da China e por episódios de extrema violência. Este conflito acabou por integrar na Segunda Guerra Mundial e resultou na rendição do Japão, com a China a recuperar os territórios ocupados.

necessidade de união contra a invasão japonesa. Com a rendição do Japão, a guerra civil chinesa retomou força e em 1949 o Partido Comunista Chinês venceu o conflito Mao Tsé-Tung⁸⁷ declarou a fundação da República Popular da China. O KMT retirou-se para a ilha de Taiwan, onde se estabeleceu como um governo separado, mas mantendo a designação de República da China. Com a tomada do poder pelos comunistas, o país entrou num novo ciclo de instabilidade, agora sob a égide de uma revolução comunista radical. Campanhas como o Grande Salto em Frente⁸⁸ (1958–1961), que defendiam a rápida industrialização e coletivização da agricultura, provocaram desastres económicos e uma das maiores fomes da história moderna. Posteriormente, a Revolução Cultural⁸⁹ (1966–1976) mergulhou a sociedade chinesa num ambiente de perseguições políticas, destruição do património cultural e rutura das instituições sociais e educativas, que resultou em mais uma fase de grande perturbação interna.

Após a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, iniciou-se um novo ciclo político com a ascensão de Deng Xiaoping⁹⁰ que, embora não tenha assumido de forma adequada a chefia do Estado, tornou-se a figura central do regime. Durante a sua liderança, foram implementadas as chamadas reformas de abertura e modernização⁹¹, que incorporaram elementos da economia de mercado à estrutura socialista chinesa. Estas reformas consistiram na introdução gradual de elementos de economia de mercado num sistema ainda controlado por um Estado de orientação socialista, o que permitiu, por exemplo, para a iniciativa privada, produção agrícola e investimento estrangeiro. Este novo rumo possibilitou um rápido crescimento económico, que contribuiu para tirar milhões de pessoas da pobreza e transformar a China numa potência emergente. Todavia, estas mudanças não foram acompanhadas por reformas políticas no mesmo grau, ou seja, o governo manteve o controlo político rígido, sem promover reformas democráticas, mantendo-se num regime autoritário apesar da abertura económica. O Partido Comunista Chinês continuou a exercer controlo absoluto sobre o poder político, impedindo a liberdade de expressão e de organização. Esta tensão tornou-se evidente durante os

⁸⁷Mao Tsé-Tung (1893–1976) foi o dirigente revolucionário que proclamou a fundação da República Popular da China em 1949, tendo-se tornado a principal figura política do país. Comandou o país até à sua morte, e foi responsável por profundas transformações políticas e sociais.

⁸⁸O Grande Salto em Frente (1958–1962) foi uma campanha socioeconómica lançada por Mao Tsé-Tung com o objetivo de transformar rapidamente a China numa potência industrial socialista.

⁸⁹Ver nota de rodapé n.º 4.

⁹⁰Deng Xiaoping (1904–1997) foi o líder supremo da China entre 1978 e 1992. É conhecido como o “Arquiteto da Reforma e Abertura”, responsável por modernizar o país e abrir caminho para o crescimento económico acelerado.

protestos estudantis de 1989, quando milhares de manifestantes se concentraram na Praça Tiananmen, em Pequim, com o propósito de “... protestar contra aqueles que haviam travado as reformas e contra a corrupção, e exigir mais liberdade.” (Monteiro, 2011: 79). Porém, a resposta do governo foi uma repressão violenta, na noite de 3 para 4 de junho de 1989, com a mobilização do exército para reprimir os manifestantes. O número de mortos permanece incerto, mas estima-se que centenas ou mesmo milhares de estudantes tenham sido mortos ou feridos. Este episódio permitiu demonstrar os limites da abertura promovida por Deng Xiaoping⁹². Embora as reformas económicas tivessem introduzido elementos do capitalismo, como a livre iniciativa, o investimento estrangeiro e a descentralização da economia, o regime recusava-se a permitir qualquer forma de pluralismo político ou de contestação ao poder do Partido Comunista, o que significou que a abertura foi económica, mas não democrática. A repressão ao movimento estudantil na Praça Tiananmen tornou evidente que, apesar da modernização económica e dos sinais de transformação social, o Estado não tolerava reivindicações por liberdades civis ou reformas políticas. Desta forma, a instabilidade na China não desapareceu com o crescimento económico. Em vez de se manifestar por meio de guerras civis ou de conflitos armados, como no início do século XX, passou a assumir a forma de contradições internas. Por um lado, a nação procurava desenvolver-se, inovar e integrar-se na economia global, enquanto por outro lado, conservava um regime autoritário, marcado por uma censura rigorosa, controlo social e repressão de vozes críticas. Esta tensão entre o desenvolvimento económico e a repressão política tornou-se uma das marcas do sistema político chinês contemporâneo.

Mesmo com a morte de Deng, o Partido Comunista Chinês (PCC) preservou as reformas económicas lançadas durante sua liderança, que foi formalmente assumida por Jiang Zemin⁹³, que já ocupava o cargo de secretário-geral do Partido Comunista Chinês desde 1989, imediatamente após a repressão na Praça Tiananmen. Durante o seu mandato, Jiang procurou articular o crescimento económico com a estabilidade política, de forma a promover a modernização industrial, o crescimento das exportações e o fortalecimento da presença chinesa nos mercados globais.

⁹²Ver nota de rodapé n. °91.

⁹³Jiang Zemin (1926–2022) exerceu a presidência da República Popular da China entre 1993 e 2003 e ocupou o cargo de secretário-geral do Partido Comunista Chinês de 1989 a 2002. Assumiu a liderança após os acontecimentos da Praça Tiananmen e orientou o país por uma década de rápido crescimento económico e de maior integração internacional. Durante o seu governo, ocorreu a devolução de Hong Kong (1997) e Macau (1999) e a adesão da China à Organização Mundial do Comércio, em 2001.

Por outro lado, desde o século XIX, pode dizer-se que as mudanças advindas do Ocidente afetaram muito as sociedades chinesas, que antes viviam num certo equilíbrio apoiado nas suas tradições, organizadas por ciclos da natureza e por regras do governo imperial bem estabelecidas. O choque com a modernidade representada pela industrialização, o avanço científico e tecnológico e a organização político-militar do Ocidente abalaram as sociedades que viviam de forma tradicional, sobretudo no campo, sem grandes mudanças, tendo sido forçadas a ter de decidir, ou modernizar-se para tentar acompanhar o Ocidente, caso contrário arriscavam-se a ser dominadas. Neste contexto, o socialismo surgiu como uma resposta alternativa à hegemonia liberal capitalista ocidental. Ao prometer a justiça social, industrialização sob o controlo estatal e a resistência ao imperialismo apresentou-se como uma proposta ideológica e prática que se encaixava nas aspirações de países como a China, que queriam defender a sua independência enquanto tentavam modernizar o país. Ao mesmo tempo, o processo de modernização, com a criação de sistemas educativos centralizados, a industrialização, a urbanização e a uniformização cultural promovida pelo Estado, contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertença nacional. Como aponta Isabel Estrada Carvalhais, “em Gellner a formação e ascensão do nacionalismo resulta essencialmente de processos sociais específicos da industrialização” (Carvalhais, 2020: 13). O que significa que Gellner defende que o nacionalismo emerge como um subproduto inevitável da modernidade, uma vez que a nova ordem social exige um grau elevado de homogeneização cultural⁹⁴, linguística e institucional, que só pode ser assegurado por um Estado forte. Assim, o nacionalismo moderno não surge apenas de sentimentos históricos ou étnicos, mas sim da necessidade funcional de unir indivíduos dispersos numa nova lógica de organização social e económica.

Neste sentido, a modernização forçada e as tentativas de resistência ao domínio estrangeiro não só incentivaram o nacionalismo chinês, como também o tornaram um instrumento fundamental de coesão social e de reconstrução do poder político, sobretudo após o colapso da Dinastia Qing e durante o processo de transição para a República.

A consolidação de um novo carácter nacional chinês no início do século XX, resultou de um processo de reconfiguração identitária em resposta à modernidade

⁹⁴A homogeneização cultural é o processo em que diferentes culturas passam a tornar-se mais semelhantes entre si, sobretudo como resultado da globalização, da influência dos meios de comunicação e da difusão de valores e produtos de culturas dominantes. Esse fenómeno pode levar à uniformização de comportamentos, práticas sociais e identidades, muitas vezes em prejuízo da diversidade cultural.

ocidental e ao modo de produção capitalista. Neste contexto, surgiu uma nova comunidade imaginada⁹⁵, conceito que remete para a construção simbólica da nação como um corpo coeso de cidadãos que partilham uma história, uma cultura e um destino comum. Esta comunidade não se desenvolvia de forma isolada, mas sim em constante confronto e diálogo com os valores e as estruturas da modernidade capitalista ocidental, que desafiavam a soberania nacional e os valores culturais tradicionais da China. Como consequência, fortaleceu-se entre os chineses o desejo de permanecerem unidos dentro das suas fronteiras históricas, sob o seu próprio sistema político e cultural, e de recusar-se a submeter-se às normas impostas por potências estrangeiras. Esta nova identidade nacional afirmou-se com uma consciência moderna e global, uma vez que o cidadão chinês se via como um participante legítimo no cenário internacional, mas exigia uma inserção autónoma e pragmática, baseada na soberania e nos valores próprios da nação. Assim, o novo nacionalismo chinês passou a integrar os ideais da modernidade, sem abdicar da afirmação cultural e da política da China no cenário internacional.

A partir de 1978, foi iniciado um amplo processo de modernização na China, conhecido como Reforma e Abertura que visava revitalizar a economia nacional através da introdução gradual de elementos de mercado numa estrutura ainda socialista. Esta transformação teve como base as chamadas quatro modernizações, que foram na agricultura, indústria, ciência, tecnologia, e defesa nacional. Tinham como objetivo aumentar a produtividade, atrair investimento estrangeiro e promover a inovação tecnológica. Para este efeito, foram criadas zonas económicas especiais, que funcionou como uma espécie de laboratório do capitalismo, onde se implementaram políticas mais liberais voltadas para a integração no comércio internacional. Como afirma Romana:

“A finalidade da política de reformas gizada por Deng Xian Ping foi o de alcançar as quatro modernizações: indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e defesa nacional. Os dois grandes objetivos consagrados no terceiro plenário foram o da adaptação do sistema de gestão económica, que deveria descentralizar a economia planificada, e o abandono da política de isolamento para integrar os países na economia mundial.” (Romana, 1999: 33)

⁹⁵O conceito de comunidade imaginada foi desenvolvido por Benedict Anderson para explicar o surgimento do nacionalismo moderno. Diz respeito aos grupos sociais em que os indivíduos, mesmo sem manter contacto direto entre si, reconhecem uma sensação comum de identidade e pertença.

As reformas económicas na China desde o ano 1979 podem ser entendidas em três grandes fases. A primeira, entre 1979 e 1984, centrou-se no campo, com mudanças que deram mais autonomia aos agricultores e acabaram com as comunas, mantendo-se ainda o planeamento central como estrutura dominante. Nessa época, a abertura ao exterior deu os seus primeiros passos de forma cautelosa, com a intenção de atrair investimento estrangeiro. A segunda fase, de 1985 a 1991, voltou-se para as cidades, com o objetivo de introduzir gradualmente mecanismos de mercado nas zonas urbanas mais desenvolvidas, como o Guangdong⁹⁶ e o Fujian⁹⁷. O Estado manteve algum controlo, mas permitiu mais liberdade às empresas, flexibilizou os preços e dinamizou o comércio externo. Contudo, a repressão de Tiananmen em 1989 levou a uma pausa no processo, que só retomaria com força após a visita de Deng Xiaoping ao sul do país em 1992. Foi aí que se iniciou o terceiro momento, marcado pela decisão oficial de construir uma economia socialista de mercado, assumida no Congresso do Partido Comunista em 1992

A China começou a alinhar-se com o resto do mundo, adotando práticas financeiras internacionais, sistemas compatíveis com os modelos globais e novos padrões de consumo. Entre 1978 e 1995, as importações cresceram mais de mil por cento, e o investimento estrangeiro aumentou drasticamente, no qual passaram de 14,4 biliões de dólares até 1983 para mais de 229 biliões em 1995. Na década de 1990, o avanço das telecomunicações e da eletrónica destacou-se de forma significativa. Foi a partir de 1996 que a televisão se tornou um elemento central na vida quotidiana dos chineses, com mais de 80% da população a acompanhar regularmente a programação. Nesse período, a televisão por cabo expandiu-se nas áreas urbanas, enquanto o tráfego de telecomunicações registava um crescimento anual de cerca de 50%, resultado dos investimentos realizados tanto pelo Estado como pelo setor privado. Este avanço tecnológico abriu espaço para novas formas de acesso à informação e liberdade individual, o que desafiou o controlo ideológico do regime:

“Esta verdadeira explosão informática terá, inevitavelmente, enormes repercussões no quotidiano do chinês, em particular nos grandes centros, contribuindo para o acesso a uma rede global e planetária, de contactos e

⁹⁶Guangdong é uma província costeira no sul da China, situada na margem norte do Mar da China Meridional. A sua capital é Guangzhou (Cantão), uma das cidades mais importantes do país. Com mais de 126 milhões de habitantes, Guangdong é a província mais populosa da China e um dos seus principais centros económicos, industriais e comerciais.

⁹⁷Fujian é uma província no sudeste da China, com capital em Fuzhou. Situa-se junto ao mar, em frente a Taiwan, e faz fronteira com outras regiões como Zhejiang, Jiangxi e Guangdong. É conhecida pela sua variedade cultural e linguística e tem uma história ligada ao comércio por mar.

informações, que para além das implicações nos padrões de consumo e no próprio conceito de informação, permite criar um espaço de liberdade de acção individual, que põe em causa toda a lógica do sistema político ideológico chinês, que o regime pretende preservar na sua essência.” (Romana, 1999: 43)

O crescimento económico levou também a uma transformação nos hábitos de consumo, com maior racionalidade e liberdade de escolha, marcada pelo declínio do coletivismo. Em cidades como Pequim, Xangai, Guangzhou e zonas económicas especiais, assistiu-se à substituição das antigas lojas estatais por centros comerciais modernos, símbolos visíveis desta nova era.

Apesar destas transformações económicas profundas, o regime manteve-se politicamente autoritário e preservou as estruturas ideológicas e institucionais herdadas da tradição comunista. Esta dualidade, modernização económica sem liberalização política, ilustra de forma clara a tensão entre a rutura com o passado e a continuidade de elementos tradicionais, numa tentativa de adaptar o modelo chinês às exigências da modernidade sem abrir mão do controlo centralizado:

“(…) aos trinta anos de desgraça durante a governação de Mao, seguiram-se trinta anos de crescimento acelerado, que permitiram à China recuperar parte do seu atraso face ao Ocidente.” (Monteiro, 2011:82)

A influência do Ocidente na China ao longo do século XX constituiu um dos fatores mais marcantes na reconstrução da identidade, das estruturas políticas e das dinâmicas socioculturais do país.

Tal como tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, a China encontrava-se, no final do século XIX, num estado de profunda decadência política e de crescente perda de soberania, resultante das intervenções ocidentais desse período, nomeadamente as Guerras do Ópio e a imposição de tratados desiguais por parte de grandes potências como o Reino Unido, a França, a Alemanha e os Estados Unidos da América. As concessões estrangeiras estabelecidas nas cidades costeiras como Xangai, Tianjin e Cantão tornaram-se símbolos visíveis de domínio ocidental. O contacto com o Ocidente introduziu novas correntes de pensamento político, entre as quais se destacam o

liberalismo⁹⁸, o republicanismo⁹⁹ e o marxismo¹⁰⁰, que exerceram uma influência significativa sobre reformadores e intelectuais chineses, levando-os a equacionar alternativas ao sistema imperial em declínio. Estas ideias estiveram na gênese da Revolução de 1911, que culminaria com a proclamação da República da China, em 1912. Nas décadas seguintes, a influência ocidental continuou a intensificar-se, particularmente no domínio cultural e intelectual. O Movimento de 4 de maio¹⁰¹, que teve lugar em 1919, desempenhou um papel crucial na aproximação da China aos valores e influências culturais do Ocidente. Este movimento, liderado por estudantes e intelectuais, defendia a valorização da ciência, da democracia e da modernização, enquanto dirigia críticas recorrentes à tradição confucionista, que era vista como um obstáculo ao progresso. As instituições de ensino superior passaram a incorporar conteúdos e metodologias pedagógicas de matriz ocidental, enquanto muitos jovens chineses se deslocaram para outros países como o Japão, os Estados Unidos da América e a França, onde tinham contacto direto com ideologias modernas.

Nas décadas de 1920 e 1930, o cenário político da China foi dominado pelo confronto entre o Partido Nacionalista (Kuomintang) e o recém-formado Partido Comunista Chinês, ambos influenciados por correntes ideológicas de origem ocidental. O comunismo, em especial, difundiu-se na China a partir do impacto da Revolução Russa, tendo servido de inspiração direta para a criação do Partido Comunista Chinês em 1921. Embora o marxismo-leninismo tenha sido adaptado às especificidades da realidade rural chinesa, a sua matriz ideológica apresentava raízes ocidentais:

“Como é amplamente conhecido, Mao Tsé-tung é o expoente mais representativo das forças na China. Sua maior contribuição à Revolução Chinesa é a de ter integrado a verdade universal do marxismo-leninismo com a prática revolucionária concreta e a de ter resolvido de uma maneira correta e brilhante os numerosos problemas que surgiram no transcurso da revolução. Desenvolveu criativamente a ciência do marxismo-leninismo, aplicando-a às condições chinesas e as do Oriente, e levou desta maneira o povo chinês à vitória.” (Chen Po-Ta,2018:19)

⁹⁸O liberalismo é uma ideologia que defende a liberdade individual, o direito à propriedade privada e a limitação do poder do Estado. Surgiu na Europa entre os séculos XVII e XVIII e influenciou fortemente a criação de democracias modernas

⁹⁹O republicanismo é uma ideologia política que defende a república como forma de governo, onde o poder é exercido por representantes eleitos pelo povo. Valoriza princípios como a liberdade, a igualdade perante a lei, a soberania popular e a separação de poderes, em oposição à monarquia ou regimes autoritários.

¹⁰⁰O marxismo é uma corrente de pensamento criada por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX. Critica o sistema capitalista e propõe a construção de uma sociedade igualitária, sem divisões de classe, onde os meios de produção pertençam coletivamente à comunidade.

A partir de 1949, com a fundação da República Popular da China liderada por Mao Tsé-Tung, a política externa chinesa passou a distanciar-se radicalmente do Ocidente. O regime rompeu relações com os Estados Unidos e aproximou-se da União Soviética cuja doutrina, apesar da origem europeia, representava uma alternativa ideológica ao capitalismo liberal. Durante a Revolução Cultural, a rejeição da cultura ocidental e de certos elementos da tradição chinesa refletiu o esforço do governo consolidar o pensamento maoista e de garantir que as suas ideias fossem seguidas por toda a população. Nesse contexto, o Ocidente passou a ser retratado como símbolo de decadência moral, corrupção política e por práticas imperialistas violentas. No ano 1978, a China iniciou um processo de abertura económica, que redefiniu a sua relação com o mundo ocidental. Embora tenha mantido o monopólio do poder político sob um regime comunista, o Estado chinês começou a adotar práticas económicas de natureza capitalista, inspiradas nos modelos ocidentais de mercado e de investimento. A criação de Zonas Económicas Especiais em regiões costeiras foi crucial, ao permitir a entrada de capital estrangeiro, o estabelecimento de empresas multinacionais e a transferência de tecnologias do Ocidente. O acelerado crescimento económico do país, a partir de 1980, resultou em grande medida de uma integração estratégica na economia global, baseada nos fluxos comerciais, na inovação tecnológica e na crescente presença de bens de consumo ocidentais no mercado interno chinês. Ao mesmo tempo que a economia se abria ao exterior, a presença da cultura ocidental tornava-se cada vez mais evidente na vida quotidiana da população urbana chinesa. Elementos como a moda, o cinema, a música *pop* e os estilos de vida ocidentais conquistaram setores da juventude, contribuindo para o surgimento de uma nova cultura urbana híbrida. Todavia, este processo revelar-se-ia ambivalente, pois enquanto promovia a liberalização económica, o governo chinês intensificava o controlo político e impunha restrições à difusão de ideias ocidentais associadas aos direitos humanos, à liberdade de expressão e à democracia.

No final do século XX, a relação entre a China e o Ocidente revelava uma clara ambivalência. Por um lado, verificava-se uma crescente integração económica e abertura ao investimento e comércio internacionais e, por outro lado, persistia uma firme oposição às ideias políticas e aos valores ideológicos ocidentais, sobretudo no que respeita à democracia liberal e aos direitos humanos. A China revelou uma notável capacidade para seleccionar as influências externas, e integrar apenas os elementos que servem os seus objetivos estratégicos, perante os seus interesses. Esta atitude seletiva tornou-se essencial no caminho da modernização do país, permitindo-lhe tirar proveito de ideias e recursos

ocidentais sem perder o controle sobre as suas decisões internas. Assim, a influência do Ocidente na China ao longo do século XX foi decisiva para a sua transformação, mas não correspondeu a uma mera importação de modelos. A resposta chinesa a essa influência foi marcada por resistência, criatividade e, sobretudo, por uma impressionante capacidade de adaptação seletiva, que continua a moldar a posição do país no cenário global contemporâneo.

No romance *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, Pearl S. Buck constrói uma narrativa marcada pelo confronto entre dois mundos, o tradicional mundo chinês e os valores ocidentais. Através da protagonista Kwei-Lan, a autora revela como as crenças ancestrais, os costumes familiares e os códigos sociais moldam as identidades e as relações. A obra não se limita a retratar um choque cultural superficial, pois mergulha nas tensões internas vividas pelos indivíduos que se encontram entre os dois sistemas de pensamento. Para isso, propomos analisar os valores, as tradições e as crenças presentes na obra, com o intuito de evidenciar os conflitos, as resistências e as transformações que surgem quando o Oriente e o Ocidente se cruzam.

Como procuramos demonstrar anteriormente, através da análise da história da China, julgamos melhor compreender como os costumes orientam o comportamento social do cotidiano, de forma a determinar desde a maneira de cumprimentar até aos rituais que envolvem os momentos importantes da vida, como o casamento. Fei Xiaotong (1992) destaca que a cultura chinesa valoriza os rituais e a continuidade das tradições, de maneira a entender o indivíduo como parte de um coletivo que se estende no tempo através da linhagem familiar. Por meio dessas práticas, a sociedade chinesa assegura uma convivência harmoniosa baseada no respeito e na responsabilidade social:

“An order established through rituals may be the same as what some people commonly call “a rule of people.” (...) Rituals come from tradition, and the whole history of a society goes into maintaining this order. A society governed by rituals cannot easily appear in an era of rapid changes. But such a system of rule is characteristic of Chinese rural society.” (Xiaotong, 1992:100)

Em qualquer sociedade, os símbolos são essenciais para manifestar e comunicar as práticas sociais que envolvem o conhecimento e as habilidades de uma cultura. Os processos simbólicos constituem a forma através da qual as sociedades expressam e mantêm o seu conhecimento cultural, por meio de rituais e ações sociais. Tal como afirma Gonçalves “os processos simbólicos assumem importância fundamental na exteriorização

das práticas sociais ritualizadas, referentes ao saber e ao saber-fazer de qualquer cultura e sociedade.” (Gonçalves,1999:337). No contexto da obra, os símbolos culturais chineses, tornam-se o foco de tensão e de reflexão, ao revelar o impacto que a modernidade e o contacto intercultural exerce sobre a identidade individual e coletiva. Deste modo, a obra *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)* não se trata apenas de uma história de amor ou de conflitos culturais, mas também constitui uma metáfora poderosa sobre o processo de transformação social perante os desafios da globalização e da modernidade.

Lu Xinchun inicia a sua análise ao afirmar que “firstly, depictions of folk-customs seem more authentic in the eye of a Chinese local person.” (Xinchun, 2022:32). Esta observação remete para a ideia de que um indivíduo pertencente à cultura chinesa possui uma capacidade mais refinada para reconhecer a autenticidade das representações dos seus costumes tradicionais, devido ao seu conhecimento dessas práticas.

Desde as primeiras páginas da obra, percebe-se que Kwei-Lan vive num universo moldado por regras ancestrais e rituais preservados. Cada gesto e cada decisão refletem a força da tradição. Ao longo da narrativa, Pearl S. Buck mostra como esses costumes marcam a vida da protagonista e funcionam como uma fonte de segurança, mas também de conflito. Para compreender essa influência começamos pela educação, o primeiro domínio onde a tradição se manifesta e determina o papel da mulher na sociedade.

A protagonista começa por afirmar que foi educada segundo os valores do Antigo Império, o que mostra uma forte ligação à tradição que orienta a sua forma de encarar o mundo. Os chineses preservavam com zelo a educação tradicional, baseada nos ensinamentos confucianos. A formação intelectual e moral era considerada como um pilar da civilização e qualquer influência externa era frequentemente olhada com desconfiança. Portanto, Kwei-Lan não apenas afirma a sua origem, mas também limita uma fronteira cultural, pois rejeita o desconhecido e prefere manter-se fiel à sua herança:

“(…) não me sentiria à vontade com uma dessas estrangeiras que não conhecem o meu povo, nem a nossa maneira de viver desde o Antigo Império. (...) Assim me educaram meus pais – de acordo com as tradições acatadas. Nunca me passaria pela idéia querer ser de outra maneira.” (Buck, 1939:19/20)

Kwei-Lan apresenta uma clara valorização dos hábitos antigos, que estão em consonância com a educação que recebeu. Essa ligação entre a tradição e a formação pode ser entendida na afirmação: “Ensinamós-te a tocar a harpa antiga, que as nossas mulheres fizeram ressoar durante tantas gerações para alegria dos seus senhores” (Buck,1939:25). A prática de tocar a harpa não é apenas uma habilidade musical, mas um símbolo de preservação cultural e de transmissão dos valores femininos dentro da estrutura familiar. Ao aprender esse costume, a protagonista honra as mulheres que a precederam e reforça o papel da educação.

A educação tradicional, tal como é vivida pela protagonista, não se baseia apenas na transmissão de saberes ou de hábitos culturais, pois está ligada à continuidade da linhagem. A citação “dos cinco irmãos de meu marido, nenhum tinha filhos. Daí que, se meu filho fosse um rapaz, tornaria lugar, depois do primogénito, na família e na grei e seria o herdeiro dos bens” (Buck, 1939:27) revela como a educação está orientada pelas expectativas sociais. Como já foi referido no capítulo anterior, o nascimento de um filho, especialmente do sexo masculino, carrega consigo não apenas esperança, mas também responsabilidade, pois deve ocupar um lugar na estrutura familiar e assegurar a continuidade do património ancestral. Esta perspetiva reforça ainda a ideia de que a educação é também preparação para o cumprimento de papéis definidos pela tradição. Ao afirmar “O meu filho será meu por muito pouco tempo” (Buck, 1939:28), a mãe de Kwei-Lan expressa a consciência de que o filho pertence, em última instância, à família, pois ao casar, irá viver como a esposa, conforme as tradições.

Durante a infância, a matriarca acreditava que o filho deveria estudar em casa, de forma a seguir o exemplo do pai e do avô, que também completaram a sua educação no ambiente familiar:

“Teu pai e teu avô foi em casa que completaram a sua educação (...) Chegamos a mandar vir T’Ang, o letrado de Szechnen, para te iniciar nos segredos da poesia. Esse saber estrangeiro de nada servirá na tua situação. Partindo para essas regiões longínquas pões em perigo uma vida que só será plenamente tua quando nos tiveres dado um filho para continuar o nome ancestral.” (Buck, 1939:133)

Para esta, o lar era o lugar ideal para adquirir não apenas conhecimentos básicos, mas também valores, costumes e disciplina que moldam o carácter. Essa preferência reflete confiança na tradição e na autoridade dos mais velhos, que transmitiam o saber de forma oral e prática. A afirmação “Em meninos aprendemos Éditos Sagrados que um

homem não deve amar a sua mulher mais do que ama os que lhe deram o ser” (Buck, 1939: 245) reforça a ideia de que a educação doméstica ultrapassa o domínio intelectual, ao formar também o senso de dever e de hierarquia familiar. A educação tradicional era considerada como suficiente e até mais valiosa do que aquela oferecida no estrangeiro, como um risco à continuidade dos valores familiares:

“Esse saber estrangeiro de nada servirá na tua situação. Partindo para essas regiões longínquas pões em perigo uma vida que só será plenamente tua quando nos tiveres dado um filho para continuar o nome ancestral.” (Buck, 1939:133)

No que diz respeito à mulher, a educação recebida pela protagonista é marcada por uma clara orientação para a submissão e o serviço, especialmente em relação ao marido e à sua família.

“Cuidando de te educar pensei, em duas pessoas: na mãe de teu marido e no teu próprio marido. Em atenção a ela te ensinei a preparar e apresentar o chá a uma pessoa de idade, a estar na sua presença como convém, e a ouvir em silêncio as suas palavras, sejam elas de louvor, ou de censura. Ensinei-te a submeter-te, quaisquer que sejam as circunstâncias, da mesma forma que uma flor suporta o sol e a chuva.” (Buck, 1939:24/25)

Esta forma de educação valoriza a obediência, a submissão e o respeito em detrimento da autonomia ou da expressão individual. A mulher é ensinada a ocupar um lugar de silêncio e de serviço, a adaptar-se às exigências dos outros sem levantar questões, como parte de um ideal de conduta feminina imposto pela tradição.

Durante a infância de Kwei-Lan, o espaço doméstico era rigidamente dividido entre “o pátio das mulheres” e as “salas dos homens” (Buck, 1939:130). O acesso a estas últimas era-lhe proibido. Aos nove anos, o irmão foi retirado dos aposentos femininos e transferido para o setor masculino. Este afastamento, determinado pelas normas sociais, não se baseava apenas na separação física, mas também na construção de papéis distintos para homens e mulheres desde tenra idade:

“Quando chegou à idade de nove anos e meio e eu à idade de seis, passaram-no dos aposentos das mulheres para aqueles onde vivia meu pai. A partir de então poucas vezes nos encontramos. Ele achava que era deshonroso visitar mulheres.” (Buck, 1939:30)

A protagonista não podia manifestar saudades do irmão, pois tal sentimento era considerado inadequado. A partir desse momento, deveria esquecê-lo e concentrar-se nos estudos e no futuro casamento. O afeto entre irmãos ficava subordinado às prioridades que a sociedade atribuía às mulheres, preparar-se para ser esposa e mãe. “Não vejo como poderá a tua sogra encontrar quaisquer falas na minha obra” (Buck, 1939:26). Competia-lhe também a preparação das roupas e a assimilação dos ensinamentos sobre o comportamento esperado no ambiente doméstico, especialmente no que dizia respeito ao marido, aos sogros e às concubinas.

É neste momento que começa a rutura com as tradições ancestrais. Quando a protagonista vai viver com o marido é exposta a uma realidade que contrasta com os valores rígidos da sua educação. Longe da vigilância familiar, começa a experimentar uma nova forma de vida, marcada por uma maior liberdade de pensamento e pela descoberta de si mesma. O próprio marido, também vítima de um casamento arranjado, revela uma visão progressista e igualitária:

“(…) Obrigaram-nos, tanto a um como um outro, a êste casamento. “.... Pela minha parte, quero seguir os rumos novos. Quero considerar-vos, em tudo, igual a mim. Nunca usarei a imposição. Vós não sois propriedade minha, um objeto que me pertença.” (Buck,1939:49)

Esta atitude representa uma quebra dos valores patriarcais e abre espaço para uma relação baseada no respeito e na liberdade individual. Na China antiga, o casamento era levado muito a sério pela população. Desde cedo as mulheres são preparadas para esse momento, não como escolha pessoal, mas como dever social e familiar:

“Kwei-Lan, minha filha, disse-me ela, estás em vésperas de desposar o homem a quem foste prometida antes de nascer, O teu pai e o dêle, como amigos fraternos, juraram unir-se pelos seus filhos. Teu noivo tinha seis anos. Tu nasceste no círculo dêsse ano.” (Buck,1939:24)

Kwei-Lan está habituada à tradição e não deseja nada fora do habitual. Mesmo diante das mudanças, questiona apenas: “Porque é que as coisas não podiam passar-se segundo a ordem convencional?” (Buck, 1939:50). A sua atitude revela uma tentativa de conciliar a tradição com o afeto, mas continua a manter a honra e o silêncio como forma de resistência.

Na casa dos sogros, a presença de escravas e concubinas reforça a estrutura hierárquica tradicional. Ao procurar demonstrar respeito à sogra, Kwei-Lan leva-lhe uma bacia de água com o auxílio da criada. Após obter um gesto de aprovação, deixa escorrer discretamente algumas gotas sobre a cama. A reação da sogra é imediata e exaltada, marcada por gritos que revelam uma postura inflexível e severa. Para a esposa do filho, esse comportamento é visto como desproporcional e inaceitável e reflete uma falta de tolerância e rigidez excessiva. Ao sair do quarto, encontra o marido irritado, que lhe diz que não quer que faça trabalho de criada para a sua mãe. Ela responde que o gesto foi uma forma de homenagem e revela o peso da tradição na sua conduta: “Procurei explicarlhe que quizera prestar a sua mãe a homenagem que convinha” (Buck,1939:54). Os pais do marido insistem para que este permaneça sob o teto ancestral e respeite os costumes antigos, pois “(...) três gerações de homens debaixo do mesmo teto são um espetáculo que praza o céu” (Buck,1939:55). No entanto, o marido recusa: “Mas eu desejo trabalhar, meu pai! Exerço uma profissão científica, a mais nobre do mundo ocidental” (Buck, 1939:55). A protagonista ouve esta conversa e reflete:

“Se fosse o primogénito, ou então se tivesse sido educado à moda antiga, nunca poderia resistir assim ao pai. Os anos passados longe, em países onde os mais novos não respeitam os mais velhos, fizeram-no menos filial.” (Buck,1939:55)

Podemos perceber que este momento marca o conflito entre as tradições ancestrais e as ideias ocidentais. Após este desentendimento, o casal escolhe mudar de casa, para longe da influência dos pais do marido. Este gesto marca uma nova etapa, em que ambos procuram construir uma vida fora da estrutura ancestral e espaço para as escolhas pessoais, uma relação mais igualitária.

Na China antiga, as mulheres eram forçadas, desde a infância, a enfaixar os pés, um costume que representava o ideal de beleza e delicadeza da época. O marido, médico com formação ocidental, interroga-se sobre essa prática: “Desde o nosso casamento que ando para vos perguntar se não desejais desligar os vossos pés. Isso faz-vos mal o corpo todo. Vêde como são os nossos pés” (Buck, 1939: 66). Kwei-Lan fica surpreendida, pois nunca mostrara os pés ao marido. “Nós as mulheres chinesas, nunca os mostramos. Da noite, mesmo, usamos peúgas de linho branco” (Buck,1939: 66). Durante a infância, era a própria mãe que supervisionava os banhos e apertava as ligaduras todas as noites. “Quando eu chorava, de tanto sofrer, ela pedia-me que pensasse no dia em que meu

marido havia de elogiar a beleza dos meus pés” (Buck,1939: 67). A protagonista sente-se indignada com o comentário do marido e recusa-se aceitar que ele ache os seus pés feios, depois de tantos anos de dor e sacrifício. Na sociedade chinesa, as famílias controlavam o tamanho dos pés das filhas, que deveriam medir entre 8 e 10 cm, para realçar a delicadeza. Este costume levava à deformação e, em casos extremos, à perda dos próprios pés. “É frequente, nas mulheres já de uma certa idade, os pés ligados mortificarem-se e chegarem a cair até, às vezes” (Buck,1939:95). Esta, começa a perceber que muitos dos sacrifícios que fez em nome da tradição não têm valor para o novo mundo que começa a conhecer.

Na tradição chinesa, quando um filho se casa, uma criada da família acompanha-o até à nova casa e mantém os cuidados que lhe prestava antes. Para que isso aconteça, torna-se essencial que o irmão de Kwei-Lan tenha um herdeiro o quanto antes. “Meu irmão, logo na sua infância, foi prometido em casamento à filha de Li. ... não é bonita. Mas isso pouco importância tem ao lado dos desejos de minha mãe” (Buck,1939:74). O casamento, mais uma vez, é tratado como um dever familiar, não como escolha pessoal.

No capítulo VIII, Kwei-Lan anuncia que está grávida, o que irá marcar um novo momento na sua vida e reforçar a ligação com os costumes tradicionais. A sogra dá-lhe conselhos baseados nas crenças da sua terra: “Entre outros recomendou-me que não arranjasse nenhum vestidinho antes do menino nascer” (Buck, 1939:107). De acordo com os antigos costumes, evitar preparar roupas antecipadamente impedia que os deuses cruéis tomassem conhecimento do nascimento e tentassem algo contra a criança. Acrescenta ainda que “deveis envolvê-lo (...) nos fatos mais velhos do pai. Dá felicidade. Foi assim que fiz com os meus seis filhos, e eles viveram todos” (Buck,1939:107). A tradição estende-se até aos detalhes da chegada do bebé, sempre com o objetivo de proteger e garantir a continuidade familiar. Em relação à amamentação, a cultura chinesa reservava essa tarefa às escravas, especialmente nas famílias de estatuto elevado: “Não é uso das mulheres de qualidade ou de uma certa situação de bens. Não faltam escravas para esta tarefa” (Buck, 1939: 108). A maternidade, assim, era mediada por práticas que afastavam a mãe biológica de certos cuidados e tarefas, reforçando a hierarquia social e o papel simbólico da mulher.

A protagonista visitava a senhora Liu, amiga estrangeira do marido, e observava os filhos desta com admiração. Desejava que a deusa lhe concedesse um filho como os dela: “direitos, corados e com olhos tão brilhantes” (Buck,1939:115). As crianças, com roupas vermelhas às pintas, simbolizam o ideal de beleza e saúde na tradição chinesa. Ao

vê-las, Kwei-Lan comenta: “Mantendes os nossos velhos costumes, disse-lhe eu vendo as crianças e soltando um suspiro de satisfação” (Buck,1939:109). A frase revela o conforto que sente ao reconhecer os valores da sua tradição, mesmo num momento de transição.

O pai da protagonista desejava que o seu filho casasse com a filha de Li, e garantisse um neto que perpetuasse os costumes da família. Quando Kwei-Lan levanta a hipótese de o irmão casar-se com uma estrangeira, o pai reage com indignação. Para ele, tal possibilidade é inadmissível, pois um filho jamais poderia tomar uma decisão tão importante sem a autorização dos pais:

“E se ele casar com uma estrangeira, meu pai?” É este receio que atormenta a alma de minha mãe (...), a resposta é imediata: “É impossível! ... Como podia casar-se sem o meu consentimento? Não seria legal. Tua mãe agita-se inutilmente neste caso.” (Buck,1939:157)

Podemos entender como a tradição não admitia a união com estrangeiros, nem a quebra da autoridade parental. A forma como se vê as mulheres continua a ser marcada pelo desprezo: “Ah como as mulheres são teimosas! E até as melhores permanecem ignorantes, enclausuradas, longe do mundo!” (Buck,1939:159).

Ao tentar alertar o pai sobre a recusa do irmão em casar com a noiva prometida, este exclama: “Recusar! Nunca em parte alguma, um filho poderia dizer não a seu pai” (Buck,1939:159). A educação tradicional exigia obediência absoluta. Apesar disso, Kwei-Lan continuava a cumprir os costumes. Veste o filho com roupas tradicionais, com “casquinho de seda vermelha, calçõesinhos verdes, sapatinhos bordados a flores de cerejeira, chapelinho com Budas doirados e cadeia de prata” (Buck,1939:173). Ensinava-o a saudar à maneira oriental, com vénia e com as mãos juntas, e curvava-se três vezes perante a avó, como manda a tradição.

Após o regresso do irmão, acompanhado por uma mulher estrangeira, esta desafia abertamente os costumes tradicionais, introduzindo novas ideias e comportamentos que contrastam com os valores familiares estabelecidos. Passeia sozinha, sem acompanhamento, o que Kwei-Lan considerava impróprio: “É evidentemente pouco correto para uma mulher, mas ele não diz nada...” (Buck,1939:191). Quando o irmão fala de forma desrespeitosa à mãe, Kwei-Lan sente vergonha: “Devia ter considerado a sua idade e a sua posição” (Buck,1939:198). Recorda as palavras da senhora Liu, que dizia

que os tempos modernos são penosos para os mais velhos, pois na China é um dever respeitar os mais velhos e nunca, sem exceção, uma mulher poderia andar sozinha na rua.

Preocupada com a saúde da mãe, Kwei-Lan decide visitá-la. Recusa escrever ao pai, pois acredita que “não sou mais que uma simples mulher” (Buck,1939:227). Para aliviar a angústia, queima incenso em segredo, com receio do riso do marido: “Orei à deusa antes do nascimento do meu filho, ela ouviu-me” (Buck,1939:228). A fé e os rituais continuam a fazer parte da sua vida, mesmo que o marido não acredite. Após a morte, cumpre o ritual fúnebre: perfuma o corpo com óleo de flores de acanto, envolve-o em gazes de seda amarela, deposita-o num caixão de canforeiro e coloca pedras de jade sobre as pálpebras. Chama o geomante¹⁰² para consultar o livro das estrelas (Buck,1939:233). Estes gestos revelam como os rituais religiosos e simbólicos continuam a moldar o quotidiano e os momentos solenes, mesmo num contexto de mudança cultural. A espiritualidade, longe de desaparecer, adapta-se e resiste, preserva ao mesmo tempo a identidade e os valores ancestrais.

Na cultura chinesa, o amor entre marido e mulher era raro, apenas as concubinas e as escravas o demonstravam. Kwei-Lan, no entanto, muda os seus costumes por amor, tal como o irmão e a estrangeira. Mesmo assim, a aceitação da estrangeira permanece impossível: “O sangue que lhe corre nas veias é inalterável. O seu coração é fiel a leis que nos são desconhecidas. Os filhos do seu seio não podem ser filhos de Han” (Buck,1939:147). Kwei-Lan compreende que o futuro do sobrinho dependerá dele próprio: “O Oriente e o Ocidente, nele fundidos, não-de desconhecê-lo e repudiá-lo um e outro. Creio, no entanto, que se herdar da energia dos pais, saberá compreender estes dois mundos e há-de triunfar” (Buck,1939:254). Após o nascimento do sobrinho, Kwei-Lan e o marido contemplam a lua e refletem sobre tudo o que viveram. O menino, cuja aparência recorda a avó, torna-se símbolo da cruel ironia do destino:

“Veio ao mundo o filho do nosso irmão e da nossa irmã no meio de verdadeiras angústias. Sua mãe sae do seu país e da sua raça; a mãe do seu pai renuncia dolorosamente ao filho único; o pai infeliz abandona os seus antepassados, a sua casa, e o sacratíssimo passado!” (Buck,1939:259)

O livro termina com uma reflexão sobre o confronto entre tradição e mudança, onde o marido da protagonista afirma que “não queiramos que o nosso filho seja encadeado por velhos e inúteis costumes” (Buck,1939:259). Esta afirmação representa a

¹⁰²Indivíduo que prevê o futuro por meio da terra, da areia ou de pedras, com base na prática ancestral da geomancia.

vontade de quebrar com os valores antigos que restringem a liberdade individual. A união entre culturas, apesar de difícil, abre caminho para uma nova geração livre das ligações do passado.

No sub-capítulo seguinte, propomo-nos refletir sobre o modo como a narrativa aprofunda os conflitos entre as tradições orientais e os valores ocidentais, e de que forma essas tensões moldam as escolhas, as relações e o destino das personagens.

3.2. O confronto entre tradições ancestrais e ideias ocidentais

Eu acredito no respeito pelas crenças de todas as pessoas, mas gostaria que as crenças de todas as pessoas fossem capazes de respeitar as crenças de todas as pessoas.

José Saramago

Interpretar uma cultura diferente da nossa implica evitar a aplicação direta dos nossos próprios valores e referências, a fim de evitar uma abordagem etnocêntrica. Como salienta Gomes “para tentar compreender uma cultura diversa não podemos usar os nossos próprios parâmetros, ... só é possível olhar o outro a partir do próprio ponto de vista” (Gomes,2005:39). É inevitável que a nossa percepção seja condicionada pelo contexto cultural no qual fomos socializados, uma vez que pensamos, sentimos e interpretamos o mundo com base nas nossas experiências e no enquadramento simbólico que nos é familiar. Entender o outro implica tentar, de forma consciente, não o julgar segundo os nossos valores. Mesmo que essa interpretação nunca seja totalmente imparcial, ela pode ser mais clara e enriquecedora se tivermos uma atitude aberta, crítica e consciente das nossas limitações culturais. Esta perspectiva assume especial relevância na análise da obra *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, de Pearl S. Buck, onde o encontro entre tradições orientais e os costumes ocidentais desencadeia tensões e transforma o destino das personagens.

Por sua vez, o choque cultural representa uma das manifestações mais intensas do encontro entre diferentes sistemas de valores, normas e práticas. A diferença entre a cultura de origem e a cultura de acolhimento pode gerar tensões, incompreensões e, por vezes, resistência à adaptação, sobretudo quando os indivíduos se veem confrontados com hábitos que desafiam as suas convicções. Rino (2013), afirma que o choque cultural pode surgir tanto na entrada de uma nova cultura como no regresso à cultura de origem, fenómeno conhecido como retro choque. Em ambos os casos, o indivíduo enfrenta um processo de adaptação perante uma realidade distinta, marcado pela ansiedade, expectativa e confronto com valores diferentes dos seus:

“O choque cultural, a ansiedade, a expectativa, pode ocorrer quando um indivíduo imerge numa cultura diferente da sua. Mas neste sentido esta crise, nomeadamente nos “sojourners”, pode ocorrer em dois momentos: na sua entrada numa nova cultura e na sua reentrada na cultura de origem, a que iremos chamar retrochoque. Ambos os processos, que são processos de aculturação a uma cultura, são caracterizados por um “choque”, uma adaptação a uma realidade diferente daquela de que saíram.” (Rino, 2013:30)

Neste sentido, um dos primeiros conflitos culturais no romance acontece quando o irmão de Kwei-Lan regressa a casa com novos hábitos e aparência ocidental. A mãe, fiel à tradição, não aceita essas mudanças e é apanhada de surpresa:

“Minha mãe sofria com isso, pois não via utilidade nesses conhecimentos ocidentais para a vida de um fidalgo chinês. Da última vez que veio a nossa casa, meu irmão apareceu vestido como um estrangeiro, e isso descontentou profundamente minha mãe (...) “Quê é isso? Nunca mais te atrevas a aparecer-me assim, com uma fardeta tão absurda.” (Buck, 1939:32)

A própria protagonista reconhece que, com o traje tradicional, o irmão tinha um poder digno, mas com as roupas ocidentais, perdia a imagem respeitável que a família valorizava: “Com o seu trajo chinês, meu irmão tinha um porte majestoso, era um verdadeiro estudante, mas com as pernas a verem-se, com essas vestes esquisitas, não se parecia em nada com o que a nossa família até aí vira ou conhecera” (Buck, 1939:32). Este momento revela a tensão entre os valores ancestrais e a influência do mundo ocidental, e é onde marca o início da rutura entre as culturas. O mesmo tipo de confronto repete-se na relação entre Kwei-Lan e o marido que estudou no Ocidente e regressa com costumes e ideias diferentes das que ela aprendeu. A protagonista sente-se despreparada para lidar com essa realidade: “A vós me pergunto, minha Irmã, como é que eu assim durante anos educada posso estar preparada para o homem que é o meu marido!” (Buck, 1939:45). Durante a cerimónia do vinho, observa-o com estranheza: “Vi-o de pé, com o seu rígido fato negro de estrangeiro” (Buck, 1939:47). A aparência ocidental do marido contrasta com tudo o que ela associa à figura masculina tradicional. A nova casa onde passa a viver reforça esse desconforto. Os degraus altos assustam-na, os móveis não se encaixam, e até o riso do marido lhe causa receio:

“A nova casa não se parece nada com o que até aí tinha visto. Pátios não há. A entrada é uma só, minúscula quadrada, para onde dão as outras divisões da casa e donde sobe uma escada muito inclinada (...) ele ri depressa e dum modo brusco e faz muito barulho a rir. Temo o seu riso.” (Buck, 1939:49)

Imersa num universo que lhe é alheio, a protagonista sente-se deslocada, sem conseguir adaptar-se aos ambientes e hábitos do Ocidente: “Não há maneira de me habituar a estas estrangeirices” (Buck, 1939:50). A casa ocidental, com a sua luminosidade excessiva e a ausência de elementos arquitetónicos tradicionais, é vista como “horrenda”. A protagonista não está habituada à luz direta, que revela o rosto sem a delicadeza proporcionada pelas rótulas e esculturas chinesas. “Poderei eu alguma vez ser bela aos olhos dele numa casa destas?” (Buck, 1939:59). Esta questão mostra a insegurança causada pela mudança de ambiente e pela falta dos elementos estéticos que antes definiam a sua identidade feminina. Esta oposição mostra o choque entre os costumes que lhe são familiares e a realidade nova que lhe foi imposta, o que revela o afastamento entre os valores tradicionais e os modos de vida modernos.

A tensão entre os dois mundos manifesta-se não só nos espaços físicos, mas também nos símbolos e nas práticas quotidianas. Quando o marido exhibe os seus diplomas, Kwei-Lan tenta compará-los ao prestigiado título de “Han-Lin¹⁰³”, mas ele limita-se a rir. O diploma emoldurado ocupa, para ela, o espaço de prestígio que, na casa da mãe, era dedicado ao retrato do imperador Ming. Esta diferença mostra como cada um atribui sentidos distintos aos objetos e à autoridade: o marido valoriza o saber ocidental, enquanto Kwei-Lan mantém o respeito pelos símbolos da tradição imperial. Além disso, para ela, a religião era uma parte essencial da vida, uma fonte de orientação e conforto, algo que o marido nunca compreendeu nem valorizou.

O marido, por outro lado, mostra preferência por uma aparência sem maquilhagem, pois valoriza uma beleza natural. Na sua perspetiva, a mulher deve ser genuína, sem evitar esconder-se por detrás da maquilhagem ou submeter-se a padrões estéticos rígidos. Esta valorização da aparência sem maquilhagem reflete não apenas um gosto pessoal, mas também uma visão ocidentalizada da mulher, onde o natural é exaltado em detrimento do construído. Até os sapatos ocidentais, que fazem ruído a casa passo, tornam-se símbolos de desconforto. A protagonista descreve o costume ocidental como

¹⁰³A Academia Hanlin (Hanlin Yuan) foi uma instituição imperial chinesa fundada durante a dinastia Tang.

“nojento” (Buck,1939:59), o que reforça a sua oposição à assimilação cultural¹⁰⁴. Estes elementos mostram que o conflito não é apenas externo, mas também íntimo, pois a protagonista sente que está a perder a sua identidade, o seu lugar no mundo e até a sua essência num espaço que não lhe é familiar.

A alimentação é outro campo de conflitos culturais. Ao pensar no que aprendem com a mãe, Kwei-Lan dedica-se à cozinha com devoção e prepara pratos tradicionais com ingredientes escolhidos ao detalhe, como “o frango acabado de matar, gemas de bambu de Hang-chow, peixes mandarins, gengibre, açúcar mascavado e molho de favas” (Buck, 1939:62). Espera que o marido se encante com os sabores e exclama: “Ah! O melhor foi guardado para o fim! São iguarias de Imperador!”. (Buck,1939:62). No entanto, este reage com indiferença. A decepção leva-a a procurar respostas junto da sogra, que explica:

“Antes de atravessar os Quatro Mares, gostava da carne de pato assado, bem dourada e bem temperada em geleia de azerola brava. Mas depois de ter passado estes anos todos a comer a comida bárbara e meio crua dos Ocidentais, perdeu o gosto, e não dá importância a iguarias requintadas.” (Buck,1939:63)

Este afastamento dos costumes orientais estende-se também à música e à estética. A protagonista sente saudades da sua casa e da harpa que costumava tocar a pedido da mãe. Decide tocar novamente, mas o som não corresponde às suas expectativas, devido ao ambiente pesado da nova casa. O marido, ao ouvir, levanta-se e diz: “Sinto-me feliz por que saibas tocar. Hei-de comprar-vos um piano um destes dias e podereis aprender a música do Ocidente” (Buck,1939:65). A proposta revela o desejo de substituir os símbolos da tradição por elementos da cultura ocidental. O piano, estranho aos seus afetos e memórias, representa a distância cultural que a separa do novo mundo. Ao arrumar a harpa, renuncia simbolicamente à sua identidade e à ligação com o passado.

A diferença entre os dois mundos torna-se ainda mais clara quando o marido pergunta a Kwei-Lan se “não desejais desligar os vossos pés” (Buck,1939:66). Ao mostrar à mulher a forma natural dos pés, ele evidencia a diferença em relação à tradição chinesa, que moldava o corpo segundo padrões rígidos e dolorosos. Este gesto, aparentemente simples, permite revelar o profundo abismo entre os ideais físicos e estéticos do Oriente e do Ocidente, um confronto entre a liberdade corporal e a pressão cultural.

¹⁰⁴Ver nota de rodapé n. °18.

Casada com um homem que adotou o estilo de vida ocidental, sente-se deslocada. Ao pensar no marido, vestido com fato ocidental e instalado numa casa estrangeira, questiona a sua capacidade de adaptação. A afirmação de que “nunca podes ser igual ao teu marido” (Buck,1939:79) mostra que, no Ocidente, a mulher ocupa um lugar diferente, enquanto na China dão importância à tradição.

Apesar de tentar agradar ao marido, fá-lo sempre dentro dos limites da tradição. “No dia seguinte de manhã, antes do sol nascer, saí à socapa de casa (...) fui comprar paus de incenso, queimei-os diante da negra e pequenina Kwan-Yin” (Buck,1939:109). Essa diferença tornava-se ainda mais evidente, quando aceita receber a presença de estrangeiros em casa. Quando a campainha toca, é o marido quem se levanta para abrir a porta, um gesto simples que a surpreende. Kwei-Lan observa os trajes com surpresa e assiste a um gesto ocidental, o marido aperta a mão da convidada com entusiasmo e risos. A mulher ocidental, inicialmente vista com estranheza, começa a despertar admiração. A protagonista repara no seu aspeto físico, “cara larga e vermelha, cheia de bom humor, olhos simpáticos, enrugados pelo sorriso, porém redondos” (Buck,1939:89), roupa simples e pés calçados como os de um homem. A presença da convidada na sala, até ao fim, como se fosse um homem, causa-lhe choque. Num contexto onde se espera que as mulheres se retirem mais cedo ou assumam um papel secundário, a sua atitude firme e igualitária desafia as normas sociais e culturais estabelecidas. O simples facto de permanecer ali, com naturalidade e confiança, torna-se um gesto silencioso de resistência e é precisamente isso que provoca o choque.

Aos poucos, a protagonista começa a modernizar-se, ao aproximar-se da senhora Liu, cuja atitude mais aberta e contemporânea lhe serve de inspiração. Sente que algo nela está a mudar e acredita que o marido percebe essa transformação. Pergunta se os estrangeiros consideram os chineses estranhos e surpreende-se ao descobrir que os ocidentais consideram igualmente esquisitos os seus trajes, as suas casas e os seus costumes. Mas, rapidamente apercebe-se de que essa impressão é recíproca, pois também os orientais consideram os hábitos ocidentais curiosos e fora do comum. Este espelho cultural revela que, apesar das diferenças, ambos os mundos partilham preconceitos e incompreensões.

Ao descobrir que estava grávida, o marido decide levar a protagonista a uma casa ocidental, não com o intuito de a fazer imitar os costumes estrangeiros, mas para alargar os seus horizontes. Quer mostrar-lhe como os ocidentais cuidam dos filhos, oferecendo-lhe uma nova perspetiva. O primeiro confronto dá-se logo na saudação, quando o

estrangeiro estende a mão, aperta-a com vigor e “sacode-a para cima e para baixo”, mas esta esconde as mãos nas mangas e inclina-se, de forma a seguir o protocolo oriental. A diferença entre os gestos revela o contraste profundo entre as duas culturas. Ao observar os pés do estrangeiro, compara-os ao tamanho de uma “pá de bater arroz” (Buck,1939: 112) e mostra o espanto perante a constituição física ocidental. Ainda assim, não deixa de reconhecer a boa vontade dos estrangeiros, mesmo quando falham perante alguns costumes chineses, como “ofereciam as malgas do chá com uma só mão e serviam-se antes que a meu marido” (Buck,1939:113) e, num gesto considerado ofensivo, um homem dirige-lhe a palavra diretamente, fitando-a no rosto. Na tradição chinesa, o homem tende a ignorar a presença da mulher em contextos sociais formais, atribuindo-lhe de forma discreta o papel de mediadora, responsável por manter a harmonia sem se destacar.

Já no quarto das crianças, surpreende-se com os cabelos brancos e o aspeto saudável dos pequenos. Confirma-se a ideia de que os estrangeiros têm uma natureza oposta à dos chineses. Ao regressar a casa, a protagonista comenta com o marido que viu uma mãe alimentar o filho ao seio, pois na China esse papel está reservado às concubinas. O marido, por sua vez, revela admiração pelas mulheres ocidentais, onde destaca a liberdade dos seus gestos e comportamentos. A protagonista, desconfortável, interrompe o discurso, considerando-o inadequado e questiona, com espírito crítico, se essa liberdade e exuberância não seriam também indícios de ignorância. Esta reação evidencia não apenas um profundo choque cultural, mas também a assimilação dos valores patriarcais da tradição chinesa, em relação à condição da mulher.

Após receber a notícia de que o irmão pretende apresentar uma namorada estrangeira à família, o pai de Kwei-Lan reage com indiferença. A sua única resposta é “que se distraia com a sua estrangeira” (Buck,1939:157). Esta reação revela uma atitude de desprezo, não só pela mulher em questão, mas também pela ideia de integrar alguém de fora na estrutura familiar. Esta postura é reforçada por comentários como “Lá como cá, as mulheres são todas iguais” (Buck,1939:158) e “Ah como as mulheres são teimosas! E até as melhores permanecem ignorantes, enclausuradas, longe do mundo!” (Buck, 1939: 159), que evidenciam uma visão profundamente desvalorizadora do papel da mulher, marcada por preconceitos e superioridade masculina.

Ao partilhar o que sucedeu com o marido, Kwei-Lan confronta-se com uma nova camada de tensão cultural. O marido reconhece que a mulher ocidental dificilmente aceitará uma posição subalterna, afirmando: “Não é hábito no seu país que um homem tome uma Segunda Esposa” (Buck,1939:160). Esta observação revela a tensão entre dois

sistemas de valores especialmente no que toca à concubinação. As dificuldades de adaptação manifestam-se também nas rotinas do dia a dia, como no caso do uso de *hashi*, designação para os pauzinhos para comer: “Quando estamos sentados a comer o arroz, ela não consegue servir-se dos pauzinhos” (Buck,1939:172), uma diferença cultural aparentemente banal, mas que possui um forte valor simbólico e identitário na China.

As diferenças culturais nos modos de agir e nas regras de etiqueta despertam desconforto. O comportamento da estrangeira, que sustenta o olhar diante dos homens, interrompe as conversas sem hesitação e expressa afeto em público, contrasta com as expectativas locais: “É certamente diferente das nossas mulheres” (Buck,1939:174). Estas ações entram em choque com a norma imposta às mulheres chinesas, que deveriam passar despercebidas e evitar qualquer demonstração de amor perante terceiros. Esta espontaneidade leva Kwei-Lan a comentar: “Esta mulher não respeita a decência. (...) Esta liberdade de maneiras não a compreendo. Como é estranho! Nada disto se parece às nossas mulheres” (Buck,1939:178). Apesar das tensões, a estrangeira procura adaptar-se. Veste um traje tradicional e aprende a forma correta de se inclinar perante os mais velhos, atitude que impressiona Kwei-Lan, levando-a a reconhecer a sua própria transformação sob influência do marido: “Tomo abertamente partido contra a minha mãe, eu que em toda a minha vida nunca discuti suas vontades (...) Foi meu marido que operou em mim esta transformação” (Buck,1939:179). Este momento ocorre quando o irmão de Kwei-Lan apresenta formalmente a esposa à mãe, e esta declara que, embora de sangue estrangeiro, “o seu coração se tornou chinês” (Buck,1939:185).

Contudo, a aceitação não é mútua, pois a mãe mostra-se desconfiada e mantém uma atitude de rejeição perante a estrangeira, sem esconder o seu preconceito: “Era impossível suportar as suas mãos desajeitadas e a sua aparência bárbara” (Buck,1939:209). Para ela, a estrangeira dificilmente poderia tornar-se verdadeiramente como os chineses. Esta perspectiva é reforçada por diferenças profundas de valores, como a valorização exclusiva dos descendentes do sexo masculino, incompreensível para a mulher ocidental, que afirma não dar importância a não ter irmãos homens.

Apesar de prometer adotar por completo a cultura chinesa, a estrangeira depara-se com barreiras emocionais e sociais que a mantêm à margem e que dificultam a sua integração. A ausência de compreensão, o peso das convenções e a hostilidade da sogra acabam por a deixar infeliz e desiludida, concluindo-se que a sua adaptação plena era impossível. Estes episódios permitem ilustrar, de forma concreta, os limites da integração quando duas culturas com valores e códigos de conduta distintos se cruzam. A análise das

interações entre a mulher estrangeira e a família de Kwei-Lan comprova que o encontro entre culturas distintas raramente se processa de forma fácil ou harmoniosa, sobretudo quando valorizam muito as suas tradições. Embora procurasse adaptar-se e não revelasse abertamente o seu desconforto, a estrangeira também foi afetada pelo choque cultural, ao ser obrigada pela sogra a seguir, durante um ano, as tradições e as regras chinesas. Esta, enfrentou uma realidade para a qual não estava preparada. Este processo, marcado pela imposição e pela ausência de espaço para preservar elementos da sua própria identidade, levou-a a ocultar da sua família a situação que vivia, ou seja, o sofrimento íntimo, não declarado, que acompanha a adaptação forçada a um sistema de valores desconhecido.

O romance mostra assim que o choque entre culturas vai além das diferenças mais óbvias como a roupa, a comida ou os costumes. A obra também envolve aspetos mais profundos, como as crenças, a forma como as famílias se organizam e os papéis que homens e mulheres têm na sociedade. Esses elementos influenciam a maneira como as pessoas se identificam e como o poder é distribuído entre elas. A história mostra que, quando não há vontade real de entender e respeitar o outro, a convivência entre culturas diferentes pode acabar por obrigar uma das partes a mudar completamente, o que pode causar sofrimento e afastamento. A mulher estrangeira, mesmo com vontade de adaptar-se à cultura chinesa, enfrenta grandes dificuldades por causa do preconceito, das tradições rígidas e da falta de aceitação por parte da sogra e das pessoas à sua volta.

Deste modo, os episódios apresentados que ultrapassam a dimensão ficcional dada a experiência de vida de Pearl S. Buck assumem-se como uma reflexão pertinente sobre os desafios da adaptação cultural e da necessidade de um diálogo intercultural. A autora, com a sua escrita sensível e crítica, revela que a convivência entre o Oriente e o Ocidente só se torna possível quando existe uma verdadeira abertura para com o outro. Pela sua voz, a protagonista expressa essa ideia ao afirmar: “Sou como uma ponte, ligando através do infinito o passado e o presente” (Buck, 1939:166). Isso significa estar disposto a ouvir, a ceder em certos pontos e a construir uma relação baseada no respeito mútuo. Pearl S. Buck revela, que sem esse esforço de ambas as partes, o encontro entre culturas pode transformar-se num confronto, pois em vez de enriquecer os indivíduos envolvidos, gerando sofrimento, isolamento e rejeição. A narrativa assume-se, assim, como uma denúncia às barreiras impostas pela rigidez cultural e como um apelo à empatia, entendida como condição essencial para superar os conflitos e mal-entendidos se emergem do encontro entre diferentes universos culturais.

Conclusão

Com esta investigação, acreditamos que cada cultura tem as suas normas de conduta e formas de interpretar o mundo, o que lhe confere uma identidade própria e singular. Esses sistemas culturais não apenas regulam o comportamento individual e coletivo, mas também determinam a forma como os grupos se relacionam entre si e percebem a alteridade. O encontro entre culturas, embora seja um fenómeno recorrente na história da humanidade, adquire particular relevância quando envolve universos aparentemente opostos, como o Oriente e o Ocidente. Nesses contextos, emergem choques e confrontos entre tradições ancestrais e ideias modernas, que podem resultar em incompreensão, resistência ou mesmo em conflito. Não obstante, é precisamente nesses espaços de tensão que se abre a possibilidade de uma transformação.

No primeiro capítulo da dissertação, procurámos contextualizar e analisar a vida e a obra de Pearl S. Buck, destacando-se a sua identidade bicultural como ponto de partida para a sua perspetiva literária. A infância passada na China, no seio de uma família missionária, moldaria a sua sensibilidade para as tensões entre as culturas oriental e ocidental. Este capítulo tentou explorar de que forma essa experiência de vida influenciou a sua escrita, em particular, a sua capacidade de humanizar o povo chinês e de questionar os preconceitos e estereótipos da época. Ao focar-se na obra *East Wind: West Wind (Vento do Oriente, Vento do Ocidente)*, o conflito vivido por uma jovem chinesa entre a luta pela tradição e modernidade revelou uma capacidade precoce para compreender as dinâmicas sociais que moldaram a China ao longo do século XX. A análise constatou como Buck, a partir da sua experiência pessoal, se tornou uma ponte cultural, com recurso à Literatura como ferramenta de diálogo e de compreensão mútua entre diferentes povos e culturas.

Para compreender o outro, torna-se necessário entender conceitos específicos que moldam as interações e a perceção humana. No segundo capítulo, foi propósito aprofundar o conceito de cultura, uma vez que para compreender o outro e a dinâmica das relações humanas, é essencial perceber que cada comunidade desenvolveu a sua própria forma de vida ao longo do tempo. O texto sublinha que esta compreensão é crucial, pois a convivência entre diferentes culturas, num mundo cada vez mais globalizado, revela-se complexa e suscetível de gerar diversos desafios. Apesar da diversidade, barreiras como preconceitos e estereótipos surgem, muitas vezes, da dificuldade de se reconhecer que as diferenças não são um problema, mas sim uma parte intrínseca da identidade de cada grupo. O capítulo procurou assim defender que a interculturalidade é um processo que

exige a superação desses obstáculos, de maneira a transformar a diversidade e promover um diálogo capaz de fortalecer os laços e contribuir para a criação de sociedades mais equilibradas.

Foi pois, possível identificar os aspetos culturais que definem o Oriente e o Ocidente e que se refletem de forma central na obra. Por sua vez, o terceiro capítulo procurou aprofundar essa perspectiva, explorando alguns dos aspetos culturais que definem esses dois mundos. Ao iniciar um retrato da China do século XX, percebemos como alguns temas como a religião, a condição da mulher, a política, a gastronomia e as tradições são a base para uma complexidade das interações sociais e culturais. Gostaríamos de sublinhar que o encontro entre esses dois universos não se resume a uma relação de oposição, mas sim de tensões e de influências recíprocas que moldaram as sociedades e as identidades.

O romance *Vento do Oriente, Vento do Ocidente* de Pearl S. Buck revelou-se um retrato literário das tensões culturais vividas na China do início do século XX. Através da protagonista e do seu casamento, a narrativa expôs o peso das tradições confucianas, em contraste com os valores ocidentais de igualdade e liberdade individual. Ao dar voz a uma mulher chinesa, Buck rompeu com a visão orientalista e ofereceu ao leitor ocidental um olhar mais próximo da realidade vivida no Oriente, sublinhando os desafios da adaptação, da identidade e da convivência entre culturas, através de um olhar real transposto para a ficção.

Acreditamos que através dos exemplos apresentados na obra, a análise do confronto cultural demonstrou que a relação entre tradição e modernidade não é apenas de choque, mas também de transformação. A narrativa de Buck revelou como o choque entre paradigmas culturais ocidentais e práticas tradicionais chinesas gerou dinâmicas de conflito, mas também impulsionou processos de transformação e renovação cultural. A condição da mulher, as relações familiares e a própria identidade cultural foram campos privilegiados dessa disputa. Podemos, pois, concluir que a interculturalidade, apesar das tensões que provoca, pode abrir espaço para a criação de novas formas de vida e de identidade, capazes de integrar elementos de ambos os mundos. O diálogo intercultural, longe de ser simples, revela-se um processo contínuo de negociação, resistência e adaptação, que enriquece tanto os indivíduos quanto as sociedades.

É com base nestas ideias que o percurso desenvolvido nesta dissertação tentou demonstrar a relevância da Literatura como mediadora de processos culturais e como espaço e voz privilegiados para refletir sobre os desafios e as possibilidades da

convivência entre diferentes sistemas de valores. Pearl S. Buck, pela sua identidade bicultural e pela sua obra, mostrou que é possível construir pontes entre o Oriente e o Ocidente, mesmo em contextos de conflito e de resistência. Mais do que forças opostas, a tradição e a modernidade revelam-se como dimensões complementares, cujo diálogo poderá sempre abrir horizontes para sociedades mais conscientes da riqueza da diversidade cultural. Neste sentido, a interculturalidade emerge não apenas como uma realidade incontornável da era contemporânea, mas também como um vetor essencial para a construção de um futuro pautado pela inclusão, pela justiça social e pelo respeito mútuo entre culturas.

Referências Bibliográficas

- Adkins, L. (1999). *The case of Pearl S. Buck: Neglect and Abandonment vs. Recognition and Recovery*. University of Northern Iowa.
- Aegerter, E. (1966). *As grandes Religiões*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Amaro, A. M. (1998). *O Mundo Chinês: Um longo diálogo entre culturas Vol. I*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amaro, A. M. (1998). *O Mundo Chinês: Um longo diálogo entre culturas Vol. II*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amaro, A.M. (2004). “Confúcio: Patrono da VI Semana Cultural da China”, Amaro, Ana Maria et.al, *Estudos sobre a China VI*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amaro, A.M., Justino, Carlos. (1999). *Estudos sobre a China II*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- André, J.M. (2012). *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem*. Palimage.
- Bauman, Zygmunt. (2012). *Ensaio sobre o conceito de cultura*. (Carlos Alberto Medeiros, Trad.). Zahar.
- Bhabha, H.K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Buck, P. S. (1931). Chinese Women: Their Predicament in the China of Today. *Pacific Affairs*, vol 4 (10), 905–909. <https://doi.org/10.2307/2750494>
- Buck, P. S. (1939). *Vento do Oriente, Vento do Ocidente: East Wind, West Wind*. Lisboa: Publicações Internacionais, Ltd
- Calçada, L.A.Z., H.J. (2018). Do multiculturalismo ao interculturalismo: fracasso ou aperfeiçoamento. *Redes – Revista Eletrônica do Direito e da Sociedade*, 6 (2), 159-170. <https://doi.org/10.18316/REDES.v6i2.3800>.
- Cariço, A. (2015). A Cultura Estratégica da China: Evolução na Continuidade. *Proelium X*(10), 57 – 88.

- Carvalhais, Isabel. E. (2019). Nacionalismo: back to basics. *Relações Internacionais (R:I)*, (62), 09-24. <https://doi.org/10.23906/ri2019.62a02>
- Castles, S. Davidson, A. (2000). *Citizenship and Migration: Globalization and the Politics of Belonging*. New York: Routledge.
- Chang, K.C. (1977). *Food in Chinese Culture: Anthropological and Historical Perspectives*. London: Yale University Press, Ltd.
- Conn, P. (1996). *Pearl S. Buck A cultural Biography*. Cambridge University Press.
- Correa, C.D. (2022). *Pés de lótus: Estudo da relação entre a simbologia do objeto fetichista e a cultura chinesa*. Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/6379f8ac-0b01-439c-834e-87d8675ff2f0/content>
- Cortesão, L. Stoer, S. (1996). A interculturalidade e a educação escolar: dispositivos pedagógicos e a construção da ponte entre culturas. *Revista Científica Nacional*, 9, 35-51. <https://hdl.handle.net/10216/56270>
- Costa, C.D.S. (2021). Política do reconhecimento: do reconhecimento à identidade em Taylor. *Revista Primordium*, vol. 6 (11), 71-92. <https://doi.org/10.14393/REPRIM-v6n11a2021-58404>.
- Coutinho, J.P. (2012). Religião e outros conceitos. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXIV, 171-193. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1412>
- Cunha, A.C. (2014). *Multiculturalismo e educação da Diversidade*. Portugal: Whitebooks.
- Damázio, E. da S.P. (2021). Multiculturalismo versus Interculturalismo: Por uma proposta intercultural do Direito. *Desenvolvimento Em Questão*, 6 (12), 63-86. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2008.12.63-86>.
- Dantas, Sylvia Duarte (org.). 2012. *Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e Intervenções Psicossociais*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

- Davel, E., & Fantinel, L. D. (2019). Festa, Organização e Cultura: Uma Introdução. *Pensamento & Realidade*, 34 (1), 1–2. <https://doi.org/10.23925/2237-4418.2019v34i1p1-2>
- Dias, L.F. (2018). Antropologia e usos devidos e indevidos do relativismo cultural e da Tolerância. In: Salatini, R, Dias. L.F (orgs). *Reflexões sobre a Paz Vol.11-paz e Tolerância*, sv, 163-174. São Paulo. <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0>
- Eliot, T.S. (1998). *Notas para uma definição de cultura*. Edições século XXI.
- Faller, R.S. (2019). *A Reforma Protestante: Martinho Lutero, Thomas Müntzer e a Guerra Camponesa de 1525. Ações e reações sobre a ordem do mundo* [Bacharelado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Faure, B. (1996). *O Budismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Freund, M. Birnbaum, R.E. (2015). *Você tem raízes Judaicas?*. Israel: Organização Shavei Israel.
- Fuhua Zhang. (2024). Contrast between Chinese and western Cultural values and its effects on english learning in China. *Transformação: Unesp journal of philosophy, Marília, Vol.47*, 1-13. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2024.v47.n4.e0240062>
- Godoy, E.V, Santos, V.M. (2014). Um olhar sobre a cultura. *Educação em Revista v.30*, (3),15-41. <https://www.scielo.br/j/edur/a/g9PftWn8KMYfNPBs7TLfC8D/?format=pdf&lang=pt>
- Gomes, R. (2005). A tradição do ator entre oriente e ocidente. *Sala Preta*, 5, 39-46. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v5i0p39-46>
- Gonçalves, A.C. (1999). A Memória cultural na simbolização dos rituais sociais. In G. Universidade do Porto. Faculdade de Letras (Ed) <http://hdl.handle.net/10216/8367>
- Gonçalves, J.C. (2012). Cultura e Religião. *theologica*, 47, 309-318. <https://doi.org/10.34632/theologica.2012.2332>.
- Goody, Jack. (1998). *O Oriente no Ocidente*. Trad. João Pedro Jorge. Portugal: DIFEL.82- Difusão Editorial, S.A.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Editora UFMG.

- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. (11ª edição). Rio de Janeiro: Guaracira L.Louro.
- Hunt, M.H. (1977). Pearl Buck – Popular Expert on China, 1931-1949. *Modern China*, 3 (1), 33-64. <http://www.jstor.org/stable/188911>
- Jesus, José, D. (2004). “A China e o Ocidente: Valores Culturais – Duas Percepções”, Amaro, Ana Maria et.al, *Estudos sobre a China VI*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- José, M.D de J. (2007). *Faces da China*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Khvan, M.S. (2019). O Papel da mulher na sociedade portuguesa: um olhar pelo lado de fora (uma breve revisão). *Studia Iberystyczne*, 18, 201-212. <https://doi.org/10.12797/SI.18.2019.18.14>
- Kyokai, B.D. (2024). *A Doutrina de Buda*. Japão: 17 edição.
- Lao Zi. (2019). *Tao Te Ching: O Tratado do Caminho e da Virtude*. Trad. Fang Chen. (1ª edição). Jozias Martini.
- Leong, K.J. (2005). *The China Mystique*. London: University of California Press.
- Lipina, V. (2013). The Transformation of American Orientalism: The chinese novels of Pearl. S. Buck. In Lipina V. Li Cao & Li Jin (Eds). *New Pilgrimages*, sv ,193-203.
- Malheiros, J.M. (2010). *Promoção da interculturalidade e da integração de Proximidade*. Lisboa.
- Martins, E. C. (2002). A interculturalidade como uma pedagogia do encontro. *Espaço S: Revista de Educação Social*, (5), 21–31. Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE. <http://hdl.handle.net/10400.11/833>
- Monteiro, L. (2011). *Portugal e a China Uma relação com Futuro*. Coimbra: Edições Almedina.
- Moura, A.C.G.G. (2014). *A Filosofia Confucionista e as Sociedades Modernas*. [Dissertação de mestrado. Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44353/1/Alexandra%20Castro%20Godinho%20Gomes%20de%20Moura.pdf>

- MUNGELLO, D.E. (2008). *Drowning Girls in China: Female Infanticide since 1650*. United States of American: Rowman & Littlefield Publishers, INC.
- Nogueira, C., Silva, S.M. (2003). *Um olhar sobre os feminismos: Aprofundar a democracia no mundo da vida*. Porto: Edições Umar.
- Oliván, Mario. (2023). Between East and West: Reassessing and Rediscovering Pearl S. Buck. *China Studies Review*, 17, (2), 27-46. <https://doi.org/10.18002/sin.v17i2.8231>
- Pires, M.D.J. (2020). A Cultura Chinesa: das dimensões culturais de Hofstede às perspectivas asiacêntricas de comunicação. *Anuário Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, V.10, 147–166. [DOI:10.17951/al.2020.10.147-166](https://doi.org/10.17951/al.2020.10.147-166)
- Pires, M.L.B (2006). *Teorias da Cultura*. Lisboa: Universidade Católica Editora, Unipessoal Lda.
- Po-ta, Chen. (2018). *Mao Tsé-tung na Revolução chinesa*. Edições Nova Cultura.
- Proczinski, D. (2017). *A construção da Mulher na China: Submissão e feminicídio*. Florianópolis.
- Rachman, S., & University, M. S. (2017). Pearl S. Buck in Literary History. *Literature of the Americas*, (2), 8–42. <https://doi.org/10.22455/2541-7894-2017-2-8-42>
- Ramos, N. (2008). *Saúde, migração e interculturalidade*. Brasil: Editora Universitária da UFPB.
- Ramos, Natália. (2012). Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. *Educar e Formação de adultos: Políticas, práticas e investigação*, sv, 189-200. http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0228-8_16
- Rino, J.M.B. (2013). *Estudantes portugueses nos EUA: experiências de intercâmbio no desenvolvimento da interculturalidade: um estudo exploratório*. [Dissertação de mestrado]. Universidade de Lisboa.
- Rodrigues, Irene. (2008). *No Feminino Singular. Identidades de Género de Mulheres Chinesas Migrantes em Lisboa*. Lisboa: Instituto superior de ciências sociais e políticas.
- Rowland, R. (1987). *Antropologia, História e diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rubim, L. Miranda, N. (orgs). (2008). *Transversalidades da Cultura*. Salvador: UDUBFA Editora da Universidade Federal da Bahia

- Sachdev, R., 2010. Contextualizing Female Infanticide: Ming China in Early Modern European Travelogues. *ASIANetwork Exchange: A Journal for Asian Studies in the Liberal Arts*, 18(1), 24–39. DOI: <http://doi.org/10.16995/ane.194>
- Sanson, V.F. (1988). *Estoicismo e Cristianismo*. Caixas do Sul: Editora da Universidade de Caixas do Sul.
- Santos, B.V. (2003). *Reconhecer para libertar os caminhos do Cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- SILVA, C., (2019). Protestos no feminino na Europa: das “Marias da Fonte” às marchas mundiais das mulheres. *The Overarching Issues of the European Space- a strategic (re)positioning of environmental and socio-economic problems?*, sv, 184-196 <http://10.21747/9789898969149/prote>
- Silva, T.T. (2012). (org). *Identidade e diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis.
- Simões, A. S. A., Gomes, I. F., & Gnerre, M. L. A. (2011). Confucionismo e ética: uma prática integrada à vida. *Religare*, vol 8, 80-86. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/10946>
- Sousa, P. (s.d). *As 95 teses de Martinho Lutero*. Instituto Reformado Santo Evangelho-IRSE. <https://santoevangelho.com.br/wp-content/uploads/2021/11/AS-95-TESES-DE-MARTINHO-LUTERO.pdf>
- Sousa, V. de. (2021). Identidade e cultura. As identidades culturais num mundo globalizado. A lusofonia enquanto possibilidade intercultural. In M. L. Martins & R. Silva (Eds.), *Culturas e turismo: Reflexões sobre o património, as artes e a comunicação intercultural*, 92–104. Universidade do Minho. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.48.10>
- Spurling, Hilary. (2010). The Question of Pearl Buck. *The New York Review of Books*, sv, 304.
- Stephens, R.J. (2011). China, The West, and Pearl Buck: Na Interview with Hilary Spurling. *Historically Speaking*, 12(1), 27-28. <https://dx.doi.org/10.1353/hsp.2011.0007>.
- Taylor, C. (1994). The Politics of Recognition. In T. Amy Gutmann (Ed), *Multiculturalism examining the politics of recognition* (25-74). Princeton University Press.

Tulcidás, J. (1997). *Negociar na Ásia: República Popular da China*. Macau: Livros do Oriente.

UNESCO. (2001). *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. <https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-diversidadecultural.pdf>

Vieira, V.C.C. (2018). A humilhação nacional como instrumento de construção da identidade e da estabilidade política na China. *Diálogos*, v.22 (3), 128-148. <http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i2>

Von der Leyen, U. (2024). *As escolhas da Europa: Orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2024–2029*. Comissão europeia.

Xiaotong, Frei. (1992). *From the Soil: The Foundations of Chinese Society*. Los Angeles: University of California Press.

Xinchen, Lu, (2022). A Post-Colonial Inquiry of Pearl S. Buck's Narratives. *Lecture Notes on Language and Literature Vol. 5 (6)*, 29-35 <http://dx.doi.org/10.23977/langl.2022.050605>.

Yuh-chao, Yu. (1976). "A Cross-cultural Approach to Literature,". *Literature and Society: Cross-cultural Perspectives*, sv, 260- 76.

Referências Webgráficas

Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental. (s.d.). *Um olhar sobre a migração*. Nações Unidas - ONU Portugal. Disponível em: <https://unric.org/pt/um-olhar-sobre-a-migracao/> Acesso a 19/05/2025.

Sattler, J. (2021). Conheça as Lições para Mulheres da filósofa chinesa Ban Zhao. *Germina*. Disponível em: <https://germinablog.wordpress.com/2021/03/24/licoes-mulheres-filosofa-chinesa-ban-zhao/>

Liao, Si. (2022). *Festivais chineses: descubra quais são os 8 mais famosos*. Clube de Chinês. Disponível em: <https://www.clubedechines.com.br/blog/festivais-chineses/> Acesso a 10/06/2025.

Pearl S. Buck International. (2021). *What We Do*. Disponível em: <https://pearlsbuck.org/about/what-we-do/> Acesso a 16/01/2025

Pinto, P.A.P. (2020). Artigo: China - O Vento que sopra do Oriente. Disponível em: <https://areferencia.com/asia-e-pacifico/artigo-china-o-vento-que-sopra-do-orient/> Acesso a 10/01/2025.

The Nobel Prize. (1998). Prize in Literature 1938 – Banquet speech. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1938/buck/speech/> Acesso a 12/02/2025.